



Sinduscon-GO

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

75 anos



IÚRI RINCON GODINHO

2023

IÚRI RINCON GODINHO



D&D COMUNICAÇÃO
2023

APOIO



RAM



**SANTA
TEREZA**



FORMAS
ANDAIMES
ESCORAMENTOS



Copyright © 2023 by: Lúri Rincon Godinho

Capa: Pannel de M. Cavalcante instalado no Sinduscon-GO. Chamado de Ideogramas Contemporâneos foi realizado em Brasília durante o Salão Nacional 90 Horas de Pintura Contemporânea, em 1994. Reflete as tendências sócio-políticas dentro de um universo contemporâneo, onde as partes se complementam como um todo.

Editora: D & D Comunicação

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte
Dartony Diocen T. Santos CRB-1 (1º Região)3294

G585 Godinho, Iuri Rincon.
Sinduscon-GO 75 anos, Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás. / Iuri Rincon Godinho. - Goiânia: D & D Comunicação, 2023.

128p. : il.

ISBN:

1. História. 2. Sindicato. 3. Indústria. 4. Construção GO.

I. Título.

CDU: 94(817.3)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil – 2023

Índice para catálogo sistemático:

CDU: : 94(817.3)

DIREITOS RESERVADOS — É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei n.º 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 48 do Código Penal.



SINDUSCON 75 ANOS

CEZAR VALMOR MORTARI

Engenheiro civil, mestre em engenharia de produção, empresário, presidente do Sinduscon-GO

Este livro foi escrito por centenas, quiçá milhares de goianos e chegantes, ao longo destes 75 anos. Iuri Godinho nos brinda com a materialização da história desta entidade que ajudou a construir, desde 1948, a capital do Brasil Central que nascera poucos anos antes, a Goiânia dos goianos. O Sinduscon Goiás surgiu na reconstrução do pós-guerra mundial, viu um Goiás longínquo se transformar na 9ª. economia do país, construiu uma cidade dos seus primórdios até se transformar numa das melhores capitais para se viver. Logo ali depois, no final dos anos 50, construtores goianos ajudaram a levantar a Brasília, capital de todos.

Muita coisa pra contar, e Iuri Godinho, um historiador atento aos detalhes do nosso tempo, o faz com maestria. Conta dos primeiros tempos difíceis, quando a capital sequer tinha universidade federal e os engenheiros tinham que formar em outros centros. Tempos onde tudo faltava, ferramentas, equipamentos, energia, água e aquela poeira desértica. Sobrava, no entanto, a vontade inabalável, o espírito empreendedor, os trabalhadores incansáveis. Guerras pelo mundo, turbulências internas, secas e enchentes, mas o Sinduscon estava lá, com seus abnegados diretores e associados, construindo um novo estado e assistindo o Brasil rural se transformar num país urbano, com crescimento sustentado por décadas. Entre 1930 e 1980 o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo, com a introdução de uma indústria forte e diversificada, sendo capitaneada pela construção civil. De

1980 para cá crescemos aos trancos e barrancos, nos acomodando na armadilha da renda média.

De todas as maneiras fizemos de Goiás um estado vibrante, com agricultura de ponta, um parque industrial tecnologicamente modernizado, com serviços de saúde e educação em bons níveis. Haja vista a pujança do mercado imobiliário atual que repercute a vocação para liderança regional das principais cidades do estado, em especial a capital.

Muitos fizeram e muito se fez, mas os dias estão aí, com novos desafios, novas ameaças e suas oportunidades, dificuldades a serem resilientemente superadas e a certeza de que a entidade sempre sobreviverá, fortalecida pela vontade da vitória das pessoas, estas sempre as protagonistas .

Eis que a nós é dada a tarefa de deixarmos um legado. Não um legado de poses, de heranças ou de prestígio, mas, sim, a geração que lutou pela sobrevivência do planeta, que buscou técnicas construtivas sustentáveis, que privilegiou a convivência entre os diferentes, que praticou a responsabilidade social, que projetou lugares melhores para se viver, em paz. Devemos ser a geração que atuou para diminuir as desigualdades e que erradicou a pobreza do nosso país e do mundo.

A nós é dada a tarefa de utilizarmos de maneira sábia as novas tecnologias. Da inteligência artificial, da internet das coisas, dos equipamentos vestíveis e da robótica virão as oportunidades de construirmos um país mais justo e feliz.

Ganhará o mercado da construção, ganhará a sociedade, ganhará o nosso querido país.





TRABALHO INCANSÁVEL

RENATO DE SOUSA CORREIA

Presidente da CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Prezado Presidente Cezar Valmor Mortari!

É com grande satisfação que me dirijo a você e a Diretoria do Sinduscon, em nome da CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção, para parabenizá-los pelo 75º aniversário do Sinduscon-Go, comemorado no dia 21 de novembro de 2023.

Ao longo dessas sete décadas e meia, o Sinduscon tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento da indústria da construção em Goiás. Sua atuação incansável em promover o crescimento sustentável do setor, bem como a defesa dos interesses dos seus associados, empresas e a sociedade Goiana, é digna de reconhecimento e admiração.

O Sinduscon tem sido um verdadeiro agente de transformação, contribuindo para o avanço tecnológico, a capacitação profissional e a melhoria das condições de trabalho em toda a cadeia produtiva da construção civil. Seu compromisso com a ética, a transparência e a responsabilidade social tem sido um exemplo a ser seguido por outras entidades sindicais.

Além disso, o Sinduscon tem desempenhado um papel ativo na promoção do diálogo entre os diversos atores do setor, incluindo empresários, trabalhadores, governo e sociedade civil. Através de sua atuação proativa, tem contribuído para a construção de um ambiente favorável aos negócios, à geração de empregos e ao desenvolvimento econômico de Goiás.

Neste momento de celebração, gostaria de expressar minha gratidão e reconhecimento a todos os membros do Sinduscon, que ao longo dos anos têm dedicado seu tempo, esforço e expertise em prol do crescimento e fortalecimento da indústria da construção em Goiás. Seu trabalho incansável tem sido fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do estado.

Desejo que o Sinduscon continue a trilhar o caminho do sucesso, sempre buscando a excelência em suas ações e contribuindo para o avanço do setor da construção em Goiás. Que os próximos anos sejam marcados por conquistas ainda maiores e que o Sinduscon continue a ser uma referência para outras entidades sindicais em todo o país.

Parabéns pelos 75 anos de história e sucesso!

Atenciosamente,





SINDUSCON-GO, 75 ANOS: ALICERCE DA FIEG

SANDRO MABEL

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) orgulhosamente compartilha da comemoração dos 75 anos do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-go). Ambas as entidades são pioneiras e participantes ativas do então incipiente processo de industrialização goiana, a partir de atuação no fim da década de 40. Historicamente, a Fieg nasceu em 1950 tendo o Sinduscon-Go como um dos cinco alicerces de sua criação – dividida com os Sindicatos da Indústria de Alfaiataria e Confecção de Roupas de Homem, das Indústrias de Calçados, de Alimentação e Gráficas no Estado de Goiás.

Ligados umbilicalmente desde o início, portanto, Sinduscon e Fieg seguem juntos, numa parceria consolidada ao longo dos anos, integrando o hoje Sistema Indústria em Goiás, composto por 35 sindicatos das diversas cadeias produtivas, além das instituições Sesi, Senai e Iel.

À frente de um dos segmentos industriais que mais crescem em Goiás e que mais demandam serviços dos portfólios do Senai, em qualificação profissional e soluções tecnológicas; do Sesi, em educação, saúde e segurança do trabalho; e do Iel, em estágio e soluções de gestão, o Sinduscon tem no Sistema Fieg, incluindo nossa Câmara da Indústria da Construção (Cic), um braço forte, com o qual pode



contar sempre, sobretudo em seu desafio por industrialização, em busca de um futuro com obras limpas, agilidade na execução, menos esforço humano e zero risco de acidentes.

Exemplos de parcerias não faltam, evidenciando uma integração de sintonia perfeita. Numa das últimas ações conjuntas, a construção civil e as particularidades de seus processos produtivos inspiraram nossos alunos da rede Sesi e SENAI na criação de projetos no Grand Prix de Inovação, realizado em agosto. A competição reuniu nada menos do que 50 estudantes de escolas Sesi Senai de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, da aprendizagem industrial à graduação tecnológica, que foram desafiados e criaram soluções para otimizar a movimentação de materiais nos canteiros de obras.

Noutro exemplo, no Senai Canaã, em Goiânia – unidade referência na formação de profissionais para o setor –, as empresas do setor contam com o Laboratório de Construção Civil, complexo que obteve recentemente acreditação pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). A certificação reconhece a competência técnica do laboratório para realizar determinados tipos de ensaios, de acordo com os requisitos estabelecidos pela Abnt Nbr ISO/Iec 17025:2017 – norma técnica internacional que define os pilares para a implementação de sistemas de gestão da qualidade para laboratórios de ensaio e calibração.

O novo status garante às indústrias a confiabilidade dos resultados dos ensaios e a rastreabilidade das medições realizadas pelo laboratório, tornando os processos mais seguros e eficientes.

Oportunamente, reiteramos nosso orgulho e alegria em partilhar essa comemoração de 75 anos do Sinduscon-Go, hoje sob a batuta de Cezar Valmor Mortari, sucedendo lideranças mais recentes como Eduardo Bilemjian Filho, Carlos Alberto de Paula Moura Junior, Justo Oliveira D' Abreu Cordeiro, Roberto Elias, Joviano Teixeira Jardim, José Rodrigues Peixoto Neto, Sarkis Nabi Curi, Mário Valois e Paulo Afonso Ferreira.

Parabéns a todos!





PARABÉNS À FAMÍLIA SINDUSCON

PAULO AFONSO FERREIRA
Ex-presidente do Sinduscon e da CNI

Parabéns, Sinduscon-GO pelos seus 75 anos. Sinto uma grande honra de ter participado de parte dessa história, juntamente com companheiros valorosos. Somos uma instituição que dignifica e qualifica o setor empresarial de Goiás. Tive o privilégio de ter pessoas que estimularam a minha inserção nas entidades de classe, que foram peças fundamentais dentro do sindicato. Tive a honra de suceder meu grande amigo, irmão e companheiro, José Alves Fernandes Filho, um ícone e exemplo da dedicação, que sucedeu vários outros grandes homens dentro do Sinduscon.

Tenho orgulho também da importância da entidade hoje, com representatividade nacional extremamente expressiva e postura de pró-atividade de gestão, de coparticipação nas questões nacionais e na melhoria das condições de negócios empresariais. Nossa instituição é composta por uma plêiade homens e mulheres de bem, que participaram ao longo desses anos dando a sua contribuição.

O sindicato tem participado ativamente na relação das entidades de classe de Goiás, uma participação importante dentro da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), bem como junto a outras entidades públicas e provadas.

Vejo nossa diretoria atual, presidida pelo Cezar Valmor Mortari, com um trabalho espetacular avançado, dando dedicação máxima à entidade.



Só tenho que parabenizar toda a diretoria, da qual eu também faço parte, pelos seus 75 anos. É uma história, um legado e sacerdócio. Dedicamos boa parte de nossas vidas nessa importante entidade, que é uma família empresarial. Agradeço a Deus o privilégio de trabalhar em prol de Goiás e do Brasil. Cada membro filiado pode se sentir extremamente homenageado por essa marca tão importante dos 75 anos. É muito tempo, muita história, muita luta, muita contribuição e muitos resultados auferidos.

A engenharia goiana cresceu muito nesses últimos anos, com qualidade e competência. O Sinduscon tem um papel fundamental nisso, com novas tecnologias de inovação, com projetos arrojados e extraordinários.

Só nos resta celebrar com alegria essa data tão importante e esse momento tão significativo para todos nós.





O SINDUSCON NA HISTÓRIA DE GOIÁS E DO BRASIL

IÚRI RINCON GODINHO

Em 2023 o presidente do Sinduscon, Cezar Valmor Mortari, me procurou com o desafio de atualizar a história do Sinduscon de 2008 (quando a entidade fez 60 anos) até hoje. Na gestão do presidente Roberto Elias foi publicado um primeiro volume, que deu o norte e serviu de base para a atual edição.

Durante muito tempo acompanhei a entidade trabalhando na revista Goiás Industrial, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). Foi na época do presidente José Alves Fernandes Filho, quando o sindicato deu um grande salto, cerca de 30 anos atrás, com o Sinduscon se posicionando como entidade poderosa e respeitada. Tinha já uma equipe completa, jurídico, comunicação e institucional, realizava grandes eventos, suas intervenções ouvidas e consideradas.

Quando o presidente Cezar Valmor Mortari ofereceu a oportunidade deste livro, imediatamente tudo isso me voltou à lembrança. Imaginei a Goiânia de 1948, quando o sindicato foi fundado (o primeiro da indústria em Goiás) e quis escrever um livro que mostrasse a evolução de Goiás, de Goiânia e do setor da construção, com a contribuição dada pela entidade.

Ela não foi pouca. O ex-presidente Paulo Afonso Ferreira mais tarde iria dirigir a entidade e ser o primeiro goiano presidente da poderosa Confederação Nacional da Indústria (CNI). O vice-presidente Roberto Correa assumiu este ano a

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Pelos eventos da entidade goiana passaram presidente da República, governadores e prefeitos.

O Sinduscon aperfeiçoou e fez evoluir o segmento. Acompanhou o avanço da tecnologia e muitas vezes foi o seu indutor. Quando as crises vieram (e elas não foram poucas, em especial as políticas e econômicas) navegou a nau da construção para portos seguros. Na pandemia de 2020 teve papel fundamental na preservação de vidas e de trabalho, com o presidente Eduardo Bilemjian Filho.

É uma bela história, sobretudo de esforço, dedicação e pioneirismo. Goiás não seria o mesmo sem o Sinduscon e seus abnegados colaboradores.

Disso é feita a história.





Goiânia nos anos 1940, quando o Sinduscon nasceu
REPRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

A GOIÂNIA DE 1948, ANO DE NASCIMENTO DO SINDUSCON

Goiânia já era uma cidade consolidada em 1948, quando o Sinduscon recebeu a sua carta sindical. A jovem capital, com 15 anos de vida, misturava casos graves com outros pitorescos. Dois vereadores foram atropelados por uma bicicleta em janeiro e havia reclamações contra os namorados que se excediam em beijos nos bancos da Avenida Goiás, em especial nos locais onde os globos de luz estavam quebrados pelo vandalismo. Quando a população se recolhia em suas casas, os pontos escuros da Avenida Goiás eram os locais escolhidos por policiais de folga. Não iam fazer a ronda e nem zelar pela ordem pública, mas ficar com as prostitutas que faziam ponto no Centro.

A dois quarteirões dali, o aeroporto passara a dar dor-de-cabeça. Os pousos e decolagens no campo do atual Setor Aeroporto, ao lado do Estádio Pedro Ludovico, ficou muito “enfiaado” na cidade. Quando a aproximação das aeronaves era feita pelo Sul, passava rente às casas e ao próprio Palácio das Esmeraldas. Havia capacidade para receber mais voos, mas o local se tornara inadequado com o crescimento habitacional e as novas construções.

Assim, foi sem espanto que o goianiense começou a ouvir notícias cada vez mais contundentes de que um novo aeroporto seria construído. Dois engenheiros especialistas no assunto estiveram com o governador Jerônimo Coimbra Bueno em janeiro, quando ele anunciou a construção de um aeroporto internacional, com capacidade para receber voos internacionais e que exigiam pistas mais largas e extensas. Havia a possibilidade de Goiânia ser incluída na escala da linha Miami-Rio, feita pelos imensos quadrimotores que estavam substituindo os tri e bimotores. Para isso seriam construídas duas pistas asfaltadas, a maior delas com quase três quilômetros, próximo aos córregos Cascavel e Macambira, entre Goiânia e Inhumas.

O governador Jerônimo Coimbra Bueno queria uma super estrutura, e diversos testes deviam ser feitos das amostras do terreno para se saber se seria possível a construção. O Ministério da Aeronáutica autorizou o novo aeroporto em abril e ele deveria começar ainda em 1948, com recursos da União e do governo de Goiás. Em agosto o governo federal colocou à disposição do Estado dois conjuntos de veículos para os serviços iniciais. Mas os próprios engenheiros que viram o local duvidavam do projeto, que jamais saiu do papel. Um deles chegou a definir a obra como “por demais melindrosa”.

No Centro da cidade, próximo do aeroporto em linha reta, o Cine-Teatro Goiânia continuava sua caminhada ladeira abaixo. Sem reforma, os problemas se



avolumavam. Goteiras na sala de projeção e pintura desgastada eram as principais reclamações. Junto da umidade, a fumaça dos cigarros consumidos no bar do saguão invadia a sala de projeção, tornando o ambiente quase insalubre. Os aparelhos de projeção, nunca atualizados, falhavam de maneira constante.

A população fazia tanta algazarra e criava tantos problemas durante as sessões que a Empresa Goiana de Cinemas distribuiu em fevereiro uma cartilha sobre como se comportar durante os filmes. Mas a própria administração também colaborava para a bagunça. Os estudantes que desejassem pagar meia-entrada tinham de enfrentar a burocracia e a má vontade dos proprietários das salas, encarregados de fazer as carteirinhas estudantis.

Como o público do Cine-Teatro Goiânia era de gente importante — funcionários públicos, comerciantes e prestadores de serviço —, o Palácio das Esmeraldas sentiu a pressão e recuou de sua intenção inicial de manter a administração com a Empresa Goiana de Cinemas. Em abril enviou mensagem à Assembleia Legislativa voltando atrás e solicitando um crédito especial para tocar o espaço. A resposta da empresa responsável pelo Cine-Teatro veio rápida, e uma reforma foi anunciada para junho.

Também continuavam as reclamações contra a falta de água. A caixa d'água que não conseguia mais suprir a necessidade da capital — e ficava na parte de trás do Palácio das Esmeraldas — necessitava de reparos e havia denúncias de que pássaros se afogavam ali e por ali ficavam até se decomporem.

O sistema de captação e distribuição continuava o mesmo planejado em 1933. Não existia tratamento químico, e para se beber a água tinha de ser fervida antes. O governo do Estado analisava vagarosamente as opções para tratar do problema.

Apenas em julho, faltando dois meses para a estação seca, o governador Jerônimo Coimbra Bueno abriu licitação para melhoramentos e ampliação da captação da rede. Em setembro o líquido parou de pingar das torneiras. Bairros como Vila Nova e recém-fundada Vila Operária passavam dias sem uma gota. Pensou-se em criar chafarizes nestes locais, iguais aos que existiam na Cidade de Goiás e que tantas críticas sofreram por parte de Pedro Ludovico em seus argumentos iniciais sobre a necessidade de se construir uma nova capital.

Em outubro as aulas foram suspensas no Colégio Estadual por falta de água. A administração pública estudava estender a paralisação para outras escolas. Goiânia sofreu um surto de tifo e paratifo, contabilizado na conta da escassez do líquido. Até o Centro da cidade, onde os problemas costumavam ser menores, penou com a situação. A população encheu os baldes nas margens da fonte mais próxima, o barrento Córrego Botafogo — de novo ele salvando os goianiense —, para se aliviar. Refrigerantes sumiram dos bares e mercados. Idem picolés e sorvetes.

Goiânia voltava a crescer e embora todos soubessem que a infraestrutura da capital não estava preparada para tantas pessoas, uma ação derivada do fim da Segunda Guerra Mundial trouxe mais gente para a cidade. Muitos europeus não tinham condições de viver em uma Europa devastada, seus lares destruídos, os parentes mortos ou aleijados pelo conflito, os campos incendiados e minados. A Organização Internacional de Refugiados tentava recolocá-los nos países com melhores condições para recomeçarem a vida e no Brasil surgiu o Departamento Nacional de Imigração, para realocar essas famílias.

O governador Jerônimo Coimbra Bueno simpatizava com a ideia. Esteve no Rio de Janeiro para escolher pessoalmente as primeiras 30 famílias de imigrantes que viriam para Goiás. Tinha especial predileção pelos ucranianos, pois sabia que eles eram especialistas no plantio do trigo, uma cultura que o Estado patrocinava para alavancar a economia. Mas também desejava trazer técnicos da construção ou engenheiros para trabalharem na ampliação da estrada de ferro entre Leopoldo de Bulhões e Goiânia, pois a obra voltara a andar com a chegada em maio dos trilhos que seriam instalados no trecho. Alguns dos refugiados da Segunda Guerra Mundial ficariam morando nas regiões vizinhas a Goiânia. Outro contingente iria para a Chapada dos Veadeiros.

A primeira leva de imigrantes desceu no aeroporto de Goiânia dia 4 de novembro — mais duas chegaram até o final do ano. Foram encaminhados para o andar superior da Penitenciária Estadual, em Campinas, que era arejada, com refeições regulares, entrada independente e isolamento dos presos comuns. Ali eles poderiam se refazer com tranquilidade da viagem para depois seguirem até Formosa, onde morariam. Os que chegaram depois já ficaram em uma hospedaria, com todas as comodidades dos demais hóspedes.

A população os recebia com curiosidade e de maneira amistosa. Os estrangeiros falavam no máximo bom dia e obrigado em português e aos poucos foram aprendendo a língua, se entrosando de maneira calma e orgânica à vida da cidade. A família polonesa Rushiesky, por exemplo, ficou famosa em Campinas. Construíram uma casa toda quadrada, que lembrava um bunker antibombas. Pedro Rushiesky, que chegou a Goiânia na casa dos 20 anos, jogou futebol amador como centroavante no Palmeirinha. Era chamado de alemão por ser branco e, quando corria ou tomava sol, ficava vermelho. Mudou-se para Curitiba e depois foi para os Estados Unidos, onde se alistou no Exército de Libertação da Polônia, que lutava contra os russos que dominaram o país após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. De maneira geral, os imigrantes foram melhor tratados do que os pracinhas que lutaram no conflito.



Estes se sentiam abandonados pelo governo e se organizaram para lutar pelos seus direitos. Havia uma opinião cristalizada entre os ex-combatentes goianos de que o poder público não os reconhecia. Qualquer fato ou ação que atingisse um deles era tratado como crise de lesa-pátria, conforme aconteceu com a demissão da Penitenciária do Estado do pracinha Sebastião Galanti, em fevereiro. Do lado de dentro das grades, outro ex-combatente, Aristides Mendes, com sinais de problemas mentais, ficara preso por três meses por alcoolismo. Andava pelas ruas falando coisas sem sentido, mergulhado em um delirante mundo interior cheio de bombas e devastação. Eles ganharam a guerra, voltaram como heróis momentâneos e passaram rapidamente a pessoas comuns.

Essa situação levou ao surgimento da Associação dos Ex-Convocados, instalada em 27 de maio na Rua 3, número 74, no apartamento 1, com certeza moradia de um dos membros da diretoria. Seu presidente era Antonio Rocha. Logo começaria uma disputa entre esta entidade e a Associação dos Ex-Combatentes de Guerra-Seção Goiás. Em comum as duas entidades reclamavam da falta de assistência.

Cuidar dos ex-combatente não “dava cartaz” para ninguém, para ficarmos com uma expressão da época. A população acompanhava outros assuntos com mais interesse, como a novelinha da visita do presidente Eurico Gaspar Dutra a Goiânia. Até então, o primeiro e único chefe do Executivo nacional a colocar os pés no Estado havia sido Getúlio Vargas em 1940. O governador Jerônimo Coimbra Bueno era próximo ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e seria um prestígio trazê-lo para uma visita. O cerimonial da Presidência confirmou a visita para a primeira semana de abril. Seriam quatro dias conhecendo diversas regiões goianas.

A viagem foi adiada para maio e depois para junho, mas com a novidade de que uma recepção para 200 convidados estava preparada no Palácio das Esmeraldas. Depois foi remarcada para agosto e não duraria quatro dias, mas apenas dois. Visitaria Aragarças, sobrevoaria a área da futura capital da República e viria a Goiânia para ser recebido com festa no Palácio das Esmeraldas. Outra vez foi adiada para outubro e não se falou mais no assunto naquele ano.

Despertavam a atenção daquela capital nascente o carnaval e a saúde. O primeiro, de longe a principal festa da cidade nos anos 40 depois do esvaziamento das comemorações do 24 de outubro, aniversário de Goiânia. A folia de Momo teve duras regras em 1948. Ficou vedado pela primeira vez o uso de lança-perfume e proibida a venda de bebidas alcoólicas nas vesperais juvenis, sob pena de prisão em flagrante. Ninguém obteve autorização para usar máscaras e durante os

quatro dias de folia menores de 21 anos ficaram impedidos de entrar em “cabarés ou casas de tolerância”.

No dia 6 de novembro foi inaugurado o primeiro hospital particular de Goiânia, o Santa Luiza, na esquina das avenidas Goiás e Paranaíba, praticamente onde acabava a cidade. Era uma das casas de saúde mais bem montadas do Centro-Oeste, com 20 apartamentos — sendo dois de luxo — salas para cirurgias “esterilizadas”, raio-x, sala para pequenos procedimentos e outras para fisioterapia e ortopedia.

Para que se preocupar com os pracinhas, se Goiânia tinha 420 portadores de hanseníase — doença que apavorava a população, por não ter cura? Os “leprosos”, como eram chamados, recebiam tratamento na Colônia Santa Marta, que na verdade funcionava como uma cidade separada, com toda estrutura para existir sem que qualquer doente tivesse de vir ao Centro de Goiânia. Viviam segregados.

Quem se importava com os pracinhas se em fevereiro nem dava para usar telefone? Os funcionários do Serviço Telefônico pediram demissão em massa em solidariedade a alguns companheiros afastados. O governo tentou sanar a situação convocando guardas civis para fazerem o trabalho, mas não adiantou. Sentindo-se fortalecidos, os servidores da área passaram a reclamar aumento de salário e pediram para ser qualificados como técnicos de serviços telefônicos e não como eletricitas. Até o final do mês, o serviço continuaria paralisado. A medida afetou quase exclusivamente o Estado e a prefeitura, já que ambos dependiam dos telefones para que os órgãos da administração se comunicassem entre si. O grosso da população nem imaginava ter um aparelho em casa. O problema, então, se resumiu quase aos proprietários de empresas e funcionários públicos. Quando a situação se resolveu, ainda naquele mês, foi como se nada tivesse acontecido.

Se Goiânia não tinha água, se a energia elétrica continuava vacilante, se o telefone emudecia, na educação o progresso encantava e orgulhava os moradores. Depois da Faculdade de Direito, que estava sendo federalizada, a de Farmácia e Odontologia vivia seu primeiro ano com sucesso. Dezenove acadêmicos começaram o curso de Farmácia e 18 de Odontologia. Em maio se falou pela primeira vez em uma futura Faculdade de Medicina, dirigida pela Sociedade São Vicente de Paulo, que geria a Santa Casa de Misericórdia desde a fundação, na década de 1930.

A Sociedade era ligada à Igreja Católica e sempre que se falava em cursos superiores em Goiás o assunto passava pelo religioso Dom Emanuel Gomes de Oliveira, que seria conhecido no futuro como o Arcebispo da Instrução. Ele e a Igreja estavam ligados também à criação da Universidade do Brasil Central, cuja intenção era reunir as faculdades existentes mais a de Filosofia, autorizada em 20



de outubro. Esse seria o embrião da Universidade Católica de Goiás (em 2023, Pontifícia Universidade Católica, PUC).

O futebol goiano, desorganizado como sempre, teve o jogo final do campeonato de 1947 em janeiro de 1948, entre Vila Nova — que iniciou o ano com o nome de Operário — e Associação Bancária, mesmo com o título definido a favor do Atlético. Ou seja, o jogo não era amistoso mas não valia nada. Para complicar, a Federação Goiana de Futebol marcou para abril uma disputa entre o campeão de 1947, Atlético, e o campeão do interior, o Anápolis, para decidirem de novo a competição. Em uma reviravolta digna do amadorismo, o time anapolino venceu por 3 a 2 e virou, em 1948, o novo campeão goiano de 1947, embora até hoje o time de Campinas seja considerado o vencedor da competição.

Entretanto, a principal notícia do início do ano no esporte foi o desmoronamento dos muros do estádio do Atlético Clube Goianiense, devido aos temporais de janeiro. Pelo mesmo motivo, o prédio de uma oficina de materiais de construção desabou na Rua 68 e um raio danificou os transmissores da Rádio Clube, a primeira emissora da capital, fundada seis anos antes, em 1942.

Com a interdição do campo do Atlético, o Estádio Pedro Ludovico voltou a ser a única praça de esportes da capital. Lá treinavam e jogavam os titulares do Campeonato Goiano e os da competição infantil. O governador Jerônimo Coimbra Bueno não tinha interesse em continuar gastando com o local e o repassou para a Federação Goiana de Futebol. Manteria ali dois servidores para os serviços de limpeza e ponto final. O estádio necessitava urgente de uma ampliação, motivo pelo qual a Federação começou em maio a Campanha do Tijolo para a construção da tão sonhada arquibancada definitiva — desde, lembrando, que não fosse tão alta a ponto de comprometer pousos e decolagens do aeroporto. Um mês depois havia dinheiro para a aquisição de 11 mil tijolos para três pequenas arquibancadas.

Na briga pela altura com o aeroporto, a guerra da Federação Goiana de Futebol começava perdida. Em julho a entidade teve de se contentar com uma arquibancada de cinco metros, e não oito, como desejava. O mais dispendioso, os tijolos, não era mais problema depois da campanha. Mas a esperada construção, antes prevista para o aniversário da cidade em 24 de outubro, teve de ser adiada para o final do ano. No campeonato deu Goiânia, que venceu o Atlético no jogo final por 3 a 1. O principal certame do futebol ganhou novos clubes. O Anápolis não disputaria, mas dois outros daquele município competiram: Flamengo e União Esportiva Operária. Na capital, levaram seus times a campo o Botafogo — pela primeira vez —, Atlético, Goiânia, Vila Nova, Goiás, Associação Bancária. Havia ainda o Inhumas.

Campinas, afastada e pobre, viveria mais um ano sem esgoto e água, embora o prefeito de Goiânia, Eurico Viana tivesse se empenhado. Em 18 de fevereiro se reuniu com empresários no Palace Hotel, quando foi criada uma comissão para tratar do assunto, que parece jamais ter funcionado.

A prefeitura continuava dependente das verbas do Estado. Seu poder era limitado e qualquer coisa que criava tinha ares de grandeza, como o surgimento dos Comandos Sanitários para fiscalizar a higiene de bares, restaurante, hotéis e pensões. Goiânia pertencia ao governo de Goiás, pois assim quisera o ex-governador Pedro Ludovico. Agora que a capital era administrada pelo PSD (partido de Pedro) e o Estado pela UDN (partido de Jerônimo Coimbra Bueno), isso se voltaria contra o próprio Pedro, pois seu correligionário e prefeito Eurico Viana não conseguia progresso sem a mãozinha amiga do governador Coimbra Bueno.

Casos como o da água e esgoto de Campinas andariam mais rápido se contassem com a ajuda do governador, o que não acontecia. Foi um ano difícil para o prefeito Eurico Viana. Ele parecia se mover em um pântano, lentamente. Com 1948 terminando, abriu licitação para a construção da sede própria da prefeitura. Já existia na época um rebuscado projeto arquitetônico deixado pelo seu antecessor Venerando de Freitas Borges. Essa prefeitura, no entanto, jamais seria construída.

A capital vivia de pires na mão e Eurico Viana queria o dinheiro dos impostos para ter fôlego financeiro para administrar a cidade. Desejava arrecadar sobre as construções de Goiânia, cujos recursos em forma de taxa iam para o Estado. Uma guerra jurídica começava, com implicações políticas. Em julho a lei número 39 autorizava o prefeito Eurico a contratar advogado para acionar o Estado, com o objetivo de “reivindicar o seu patrimônio territorial, arrecadar livremente as suas rendas e exercer livremente as suas atividades funcionais”. Um objetivo por demais amplo e que demandaria uma longa, cara e complicada contenda jurídica, que seria resolvida apenas na década seguinte.

Coimbra Bueno não estava disposto a ceder parte da arrecadação — ainda mais no mercado imobiliário — para a prefeitura. Afinal, era engenheiro e construtor, tinha interesse em controlar da maneira mais próxima possível a expansão da cidade. Em março determinou uma nova demarcação dos lotes da Vila Nova, ao mesmo tempo que não coibia a retirada de madeira do Bosque dos Buritis. A região continuava desabitada. Era a mata de Goiânia, a 300 metros do Palácio das Esmeraldas e da Praça Cívica, onde animais pastavam tranquilamente em frente ao Ateneu Dom Bosco e ao Grupo Escolar Padrão, em frente ao Jôquei Clube.

Uma grande obra que o governador tocava com carinho era a construção da estrada que ligaria Goiânia a Inhumas, com o objetivo final de cruzar a Cidade de Goiás e chegar às margens do Rio Araguaia, um trecho de mais de 300 quilômetros.

No Lago das Rosas, o governo fez uma pequena reforma, garantiu a qualidade da água que vinha de uma nascente próxima e transferiu a Guarda Civil para um prédio no local. Com isso as duas piscinas públicas — a de adulto, com o trampolim; e a infantil para crianças até 10 anos, adjacente ao lago que existe em 2023 — voltaram aos bons tempos, embora não houvesse a mínima segurança para os banhistas que continuavam morrendo afogados. A região em volta do lago começou a ser habitada na segunda metade dos anos 40. Pelas adjacências já se notavam algumas casinhas humildes iluminadas à luz de velas. Não havia energia, nem postes de iluminação, muito menos calçadas — apenas trieiros.

Coimbra Bueno tinha problemas mas jamais poderia imaginar que sofreria com uma greve, manifestação duramente coibida nos anos que trabalhou como construtor de Goiânia, durante a gestão de Getúlio Vargas. Era a democracia cobrando seu preço. A dor de cabeça do governador começou como uma reação a um posto fiscal instalado entre Goiânia e Anápolis e a proibição dos caminhões de transportarem passageiros, provavelmente por pressão das empresas de ônibus. Em junho os caminhoneiros fecharam a ligação da capital com Anápolis. Os postos de combustíveis cerraram as portas em solidariedade e pararam a cidade. O comércio não abriu.

Logo a manifestação chegou a Goiânia. Caminhões de frete estacionaram nas Avenidas Goiás e Anhanguera, na altura da Praça do Bandeirante, travando o trânsito. Pelo menos uma companhia de ônibus — Bandeirantes — apoiou os motoristas. A polícia foi acionada e chegou atirando para liberar a via. Pressionado e assustado, Jerônimo Coimbra Bueno retornou às pressas de uma viagem ao Maranhão, deu um passo atrás e mandou que o posto fiscal apenas orientasse, sem multar. Recebeu as lideranças do movimento e prometeu estudar a questão do transporte de passageiros.

Neste seu segundo ano de governo, Coimbra Bueno também cedeu em outro ponto: deu sinal verde para a realização das comemorações do 24 de outubro, aniversário da capital. Mas elas passaram longe das realizadas durante a gestão de Pedro Ludovico. Teve desfile de escolas e uma guarnição do Exército de Ipameri apareceu. Os pracinhas goianos que lutaram na Segunda Guerra Mundial não foram convidados a sair nas ruas.

O governo ia pela metade e Jerônimo Coimbra Bueno continuava avesso às longas reuniões políticas. Mudou sua rotina em Palácio. Recebia das 8 às 12 horas para expediente interno e despachos do cotidiano. Reservava as tardes para as

autoridades e quem mais aparecesse na Praça Cívica. Recebia seu secretariado e os deputados que o apoiavam apenas três vezes por semana, às 21 horas. Como se pedisse que eles saíssem logo, pois o governador precisava dormir.

Jerônimo Coimbra Bueno fazia com frequência o que gostava: voar, entre Goiânia e Rio de Janeiro, em especial para tratar da mudança da capital. Em abril participou das reuniões da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. Em maio acompanhou de perto e visitou o acampamento que a comissão levantou na área onde poderia ser construída a futura cidade, que incluía uma pista de pouso com dois quilômetros de extensão, suficiente para os DC3 de carga da Força Aérea Brasileira (FAB).

Viajado e bem informado, o governador acreditava que a comissão escolheria facilmente Goiás como local para a construção. Quando a confirmação veio em julho com uma votação por larga vantagem, ele comemorou discretamente. No íntimo sentia-se vingado pelas críticas de que viajava demais. Goiás como sede da futura capital da República justificava seu esforço e constantes idas ao Rio de Janeiro, tanto que no dia da decisão ele nem estava em Goiânia.

Como bem sabia Jerônimo Coimbra Bueno, uma cidade não se materializava da noite para o dia e ele jamais veria um prego ser colocado na futura capital da República enquanto fosse governador. Nas suas conversas com o general Djalma Polly Coelho, presidente da comissão que escolheu o local, a estimativa era de que a inauguração não se daria nos próximos 10 anos. Mesmo assim, Coimbra Bueno dedicava boa parte de seu tempo para discutir o assunto. Em outubro apresentou no Rio de Janeiro o projeto de lei para desapropriação das terras onde seria erigida a futura capital. E garantiu que, se precisassem de mais áreas, ele conseguiria.

Sua alma de engenheiro exultava com a construção de uma nova cidade. As possibilidades financeiras e de inscrever seu nome mais fundo na história faziam seu olho brilhar. No dia 21 de outubro se reuniu no Palácio das Esmeraldas até 1 hora da manhã com o deputado federal Galeno Paranhos, do oposicionista PSD, e combinou um plano para acelerar a construção. Ambos atuariam conjuntamente — Galeno na Câmara Federal, Coimbra Bueno com o presidente Eurico Gaspar Dutra. Requentariam a ideia de Goiânia ser capital da República, com transferência ainda durante a administração de Jerônimo e Dutra. O Palácio das Esmeraldas seria a residência oficial do presidente. Os prédios da Praça Cívica abrigariam ministérios e Judiciário, pelo menos provisoriamente. As áreas próximas seriam desapropriadas para futuros prédios da administração federal. Câmara e Senado realizariam suas sessões no Teatro Goiânia. Anápolis sediará a capital goiana,



enquanto outra seria erigida na Chapada dos Veadeiros. Faltava só confirmar e validar o projeto com o resto do Brasil, o que, claro, jamais aconteceu.

Mas nada nesse movimentado ano em Goiânia foi maior do que o Congresso Eucarístico Nacional. O evento era uma ocasião em que a Igreja Católica reafirmava seu poder e prestígio, fazendo com que toda a cidade parasse e voltasse a atenção para grandes manifestações populares em torno do catolicismo.

Seriam quatro dias de festa, de 3 a 6 de junho. Antes, em maio, haveria outros quatro dias de bailes noturnos no Jóquei. Uma Comissão de Hospedagem trabalhou durante meses no levantamento da capacidade de receber visitantes da capital. Listaram hotéis, pensões, casas de família, colégios públicos e particulares que pudessem abrigar quem participasse. Empresas aéreas e de transporte ferroviário deram descontos na viagem durante o encontro. Uma agência de viagem, a Exprinter, foi contratada no Rio de Janeiro para organizar caravanas com destino a Goiânia. O cardeal-arcebispo daquele estado, dom Jaime Barros Câmara, chegaria à capital não em avião de carreira, mas em um voo especial da Força Aérea Brasileira, um luxo para a época. Seria hóspede do Palácio das Esmeraldas. Durante o evento foram suspensas as aulas nas escolas e os expedientes no Estado, prefeitura, Assembleia e Câmara de Vereadores.

Uma semana antes os romeiros começaram a chegar em massa, junto com os religiosos católicos de suas paróquias e os alunos e professores de escolas católicas não apenas de Goiás, mas também do Triângulo Mineiro. Só a caravana de Iporá, que nem foi uma das maiores, veio com 100 pessoas, a maioria de mulheres. Não havia mais quarto em hotéis e pensões.

Acostumada a quase dois mil anos de eventos, a Igreja incentivava a disputa entre as cidades. Porto Alegre faria seu congresso depois de Goiânia, em outubro, e já iniciara no primeiro semestre a construção de uma cruz de 37 metros de altura para a missa campal. Os goianos não ficariam atrás e levantariam a maior estrutura que já ocupou a Praça Cívica até 2018, a data em que este livro foi escrito.

Para esta tarefa monumental e paga pelo governo do Estado, foi contratado o arquiteto José Amaral Neddermeyer, o mesmo que projetara o Teatro Goiânia e um fã confesso do art deco. Ele planejou um altar monumento gigantesco, da largura do Palácio das Esmeraldas, mas com uma cruz ao centro que dava duas vezes a altura dos dois andares do principal prédio de Goiás. O altar ficaria instalado na Praça Cívica, no mesmo local onde esteve o palanque das atividades do Batismo Cultural de Goiânia. A arquitetura do monumento “conversava” com todos os prédios adjacentes, como se tivesse sido construído na mesma época, ou seja, nos anos 30. Coimbra Bueno aprovou com satisfação o projeto com a alta di-

reção da igreja na capital. O relacionamento entre ambos era excelente, reforçado pela primeira-dama Ambrosina, uma católica praticante das atividades religiosas.

O altar da celebração ficava situado no centro do monumento, acessível depois de se vencer dois lances de escada com mais de 20 degraus, todos cobertos por um tapete vermelho. De cada lado, quatro colunas com imensas bandeiras. Ladeando o altar, duas estruturas cobertas para as autoridades civis, políticas e religiosas. Em frente ao monumento — e de frente para o Palácio das Esmeraldas — cerca de 10 fileiras de bancos de madeira sem encosto (iguais às das igrejas) para a população, indo até o início da Avenida Goiás. Caberiam sentadas ali, facilmente, entre cinco mil e 10 mil pessoas.

Na quinta-feira, 3 de junho, às 7 horas — primeiro dia do Congresso Eucarístico Nacional —, uma grande aglomeração já lotava a Avenida Anhanguera, entre o Teatro Goiânia e o Jóquei Clube. A avenida começava ali. De lá até Campinas se considerava não uma rua, mas a estrada — a Avenida Getúlio Vargas que depois seria chamada de Avenida Anhanguera — ligando a capital ao seu principal bairro. Todos aguardaram até as 8h20 a chegada da imagem do Divino Padre Eterno, que veio de Campinas e quase não chegou, pois dois rapazes tentaram, apenas por diversão, cortar os freios do veículo que foi buscar o santo. Acabaram na cadeia.

Junto à imagem do Divino, o prefeito Eurico Viana fez um breve discurso de boas-vindas e uma procissão se formou pela Avenida Araguaia até o altar-monumento da Praça Cívica para a primeira missa do dia. Lá a banda da Polícia Militar executou o hino composto especificamente para a ocasião. A organização estimou em três mil as pessoas que tomaram a comunhão naquela manhã, na Praça Cívica. À tarde, reuniões com muitas orações no Cine-Teatro Goiânia e no Cine Goiaz. A Rádio Clube transmitiu os principais eventos.

Por onde se andava nas ruas do Centro se encontrava uma procissão, gente com o terço nas mãos, mulheres com véus nas cabeças, todos concentradas em oração. As atividades começavam ao raiar do dia e a última missa aconteceria às 23h30. Meninas se reuniam todos os dias para sessões de estudo na Igreja Coração de Maria, na Avenida Paranaíba com a Araguaia. Meninos no Ateneu Dom Bosco e senhoras na Igreja Nossa Senhora Aparecida, a primeira de Goiânia, na Rua 19 quase esquina com a 10 — onde em 2023 está o Edifício Dom Abel.

No balanço geral foram dias gloriosos e de paz, de alta venda no comércio. Um dos únicos prejudicados da festa foi Sebastião Fleury, cuja casa pegou fogo enquanto ele assistia à missa na Praça Cívica.

Foi nesta Goiânia dinâmica e já cheia de contrastes, que o Sinduscon nasceu.



*Nesta casa na Rua 4 aconteceram algumas reuniões do Sinduscon
criação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás na Rua 4, Centro, Goiânia*
REPRODUÇÃO

CAPÍTULO 2

NASCE O SINDUSCON, O PRIMEIRO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA HISTÓRIA DE GOIÁS

Com o crescimento acelerado de Goiânia, era questão de tempo até os empresários da construção se organizarem para fundar uma entidade que pudesse ajudá-los a resolver os problemas comuns de toda categoria.

Pelo menos desde 1947 os empresários do segmento se reuniam para tratar da fundação do sindicato. Paralelamente, conversavam com outras lideranças empresariais, já no intuito de fundarem também a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, a Fieg.

Em 1948 as articulações se encontravam avançadas e foi um feito um pedido formal no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC àquela época), no Rio de Janeiro, pedindo a fundação de um sindicato com base territorial em Goiás. Nenhuma entidade atuava no país sem esse documento, que servia ao mesmo tempo de data de nascimento e autorização de funcionamento.

A carta sindical do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado de Goiás foi aprovada e homologada em despacho no dia 9 de setembro de 1948. De acordo com o estatuto, que trata da organização do sindicato, em seu capítulo I, art. 1º: “é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica da indústria da construção, na base territorial do Estado de Goiás, com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade social e da subordinação aos interesses nacionais”.

Com o passar do tempo e o avanço da sociedade civil organizada, a entidade perderia a palavra Mobiliário, gerando a criação de outro sindicato. Da mesma maneira, também diminuiria sua base de atuação, com o surgimento de entidade similar na cidade de Anápolis.

Naquele final de década de 1940, as instituições ainda se organizavam em Goiás. Havia algumas faculdades em funcionamento, como a de Direito, mas não existia universidade. Não existia, por exemplo, faculdade de engenharia e nem de arquitetura, fundamentais para o segmento. Algumas entidades robustas surgiam, como foi o caso da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Goiás (Fecomércio GO), que teve sua carta sindical aprovada no mesmo ano do Sinduscon.

Quando o sindicato teve seu registro de nascimento homologado pelo Ministério do Trabalho, Goiânia completava apenas 15 anos. As empresas construtoras desses anos iniciais da nova capital eram de empresários vindos de fora do Estado. A maior e mais famosa de todas, a Coimbra Bueno, de propriedade dos irmãos

Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno. Parentes do interventor Pedro Ludovico, os irmãos haviam chegado de Rio Verde a Goiânia na primeira metade dos anos 1930 para assumirem de primeira um grande empreendimento: as obras dos Correios da Praça Cívica, bancada pelo governo federal.

A partir dali, os irmãos Coimbra Bueno se transformaram na maior construtora da cidade. Aumentou poder e prestígio quando sua concorrente, Lar Nacional, faliu depois de ter sido contratada pelo governo estadual, nos anos 1930, para levantar as primeiras casas residenciais no Centro de Goiânia.

Em 1948 o ritmo da construção da cidade era tão frenético e importante que o próprio engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno era o governador, sendo eleito por voto direto em 1946 e estando exatamente na metade do mandato de quatro anos. Detalhe importante: Jerônimo brigou com o parente Pedro Ludovico e foi eleito pela oposição, depois de uma eleição apertada contra o candidato governista Altamiro de Moura Pacheco.

O mercado da construção foi se formando aos poucos e começando por baixo. Como Goiás não formava engenheiros e arquitetos, inexistiam empresas dessas áreas na capital, a não ser escritórios de firmas de outros estados, como a própria Coimbra Bueno. Os que atuavam localmente eram fornecedores de materiais básicos, como cimento, areia, cal, tijolos e telhas. Além dessas, muitas marcenarias.

Tudo passava pela supervisão e pelo bolso do governo estadual. Goiânia não possuía autonomia administrativa. Água, luz, asfalto, construções e outros ficavam nas mãos do governador. O prefeito podia pouco e pedia muito ao chefe do Executivo estadual. Quem desejasse empreender no mercado da construção teria de ter, quase sempre, as bênçãos do principal governante goiano.

Foi justamente nos anos 1940 que começaram a ser fundadas as empresas iniciais de engenharia e arquitetura, invertendo o processo de ter apenas técnicos de fora trabalhando na cidade. Elas passaram a contratar engenheiros e arquitetos formados em outros Estados já foi um avanço considerável em relação à década anterior.

Assim, o Sinduscon-GO estabeleceu em seu estatuto que teria como funções “congregar as empresas que atuam nos segmentos da construção civil (inclusive montagens industriais, estrutura e engenharia consultiva, mármore e granito); construção pesada (construção de estradas, pavimentação, obras de terraplanagem em geral, barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva); construção de rede elétrica e de telefonia; montagens e estrutura, para o estudo, defesa, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica da indústria da construção, na base territorial do Estado de Goiás”. Um leque amplo de atuação, pensado não apenas para aquele momento, mas também para os anos vindouros.



O primeiro presidente do Sinduscon foi o empresário José Alair Baptista, presença fundamental desde a criação do sindicato, em 1948. Goiano natural de Niquelândia, advogado, começou a vida profissional na Cidade de Goiás, transferindo-se para Goiânia em 1937, quando a capital tinha apenas quatro anos de idade. Passou a exercer o cargo de secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças, sob o governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Em 1940, serviu a Delegacia Regional de Recenseamento. A seguir, foi superintendente da Legião Brasileira de Assistência em Goiás. Seis anos depois foi nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado.

No final da década de 1940 desenvolve suas atividades na iniciativa privada como comerciante de materiais de construção e sócio-proprietário de empresas de construção. Ou seja, o presidente José Alair Martins Baptista faz sua vida profissional do mesmo modo de tantos empreendedores que viram em Goiânia uma oportunidade de crescimento e de negócios. Sua diferença foi que atuou nas duas pontas, a de fornecimento de material básico e a de construtor de obras, provavelmente pequenas residências.

José Alair Martins Baptista era uma liderança incontestada não apenas no Sinduscon, mas também junto a outros sindicatos do setor industrial que nasciam, até porque sua entidade foi a primeira do setor industrial a ser criada. Ao Sinduscon seguiu depois o Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas no Estado de Goiás, em 9 de setembro de 1949, por coincidência exatamente um ano depois da concessão da carta sindical à entidade da construção. Este fato mostra que durante 12 meses o Sinduscon reinou sozinho em seu pioneirismo como o primeiro sindicato da indústria de Goiás.

Em seguida surgiram o Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (25 de outubro de 1949), Sindicato das Indústrias de Alimentação (22 de dezembro de 1949) e o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (em 24 de outubro de 1950). Essas cinco passaram a se reunir em uma casa alugada pelo empresário Gilson Alves de Souza, na Rua 4, Centro, de propriedade do então deputado federal Galeno Paranhos. Ali discutiam a fundação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás. O primogênito Sinduscon, por meio do presidente José Alair Martins Baptista, participou de todas as articulações para o nascimento da Fieg e seria diretor da entidade por vários anos.

Quando o sindicato completava quatro anos, em 1952, finalmente nasceu a Federação, em 1º de maio, não coincidentemente Dia do Trabalho. José Alair Martins Baptista estava lá, junto com os demais quatro sindicatos pioneiros. Tinha relação de extrema proximidade com o primeiro presidente da Fieg, o alfaiate An-



tônio Ferreira Pacheco, cuja entidade, o Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas no Estado de Goiás, nascera um ano depois do Sinduscon.

Foi também em 1952, sob a presidência de José Alair Martins Baptista, que nasceu a Escola de Engenharia do Brasil Central. Foi o início da formação técnica que o segmento mais necessitava para se desenvolver. Houve apenas 72 candidatos no vestibular, tendo conseguido a vaga 24 alunos. A primeira turma formou-se em 1959, colando grau em 1960. Quando a Universidade Federal de Goiás foi fundada, a Escola de Engenharia do Brasil Central foi uma das componentes da instituição de ensino. A educação repetiu os mesmos passos da indústria em sua formação no Estado.

O início da década de 1950 foi excelente para o Sinduscon, pelo crescimento acelerado de Goiânia na construção civil. A capital completava menos de 20 anos de vida mas estava pronta para um crescimento irresistível. Continuava sem autonomia administrativa e dependia em quase tudo do Estado. Por isso, quando retornou à governadoria, em 1951, Pedro Ludovico Teixeira prometeu luz elétrica para Vila Nova, Nova Vila, Botafogo e Vila Operária. Garantiu mais estradas, indústrias, melhoria no transporte coletivo e concorrência para os serviços funerários. Cumpriria pouco essas promessas. “De 1945 a esta parte, praticamente nada se fez”, argumentou ele, referindo-se a Goiânia e ao governo do antecessor Jerônimo Coimbra Bueno.

A cidade se desenvolvia mais do que o planejado. De todas capitais brasileiras, foi a que mais cresceu, de acordo com o censo demográfico de 1940, incríveis 174,9%. Como a necessidade de financiamento do Estado aumentava com o progresso de Goiânia, os políticos começaram a pensar na criação de um banco ligado ao poder público estadual, que conseguisse financiar as obras. Em maio de 1951 uma discussão na Assembleia Legislativa se voltou para a fundação do Banco do Estado de Goiás.

Este crescimento contínuo levou a vários problemas. Durante a Segunda Guerra Mundial houve racionamento de sal, açúcar e gasolina. Eles só podiam ser encontrados por fora, no mercado negro, a preços altíssimos. Em 1951 os produtos não faltavam, embora derivassem em outro tipo de negócio, o chamado “câmbio negro” de materiais de construção. Quem estivesse construindo sabia que existiam dois valores: o oficial, sempre em falta, e um mais caro, onde se podia encontrar o básico, como tijolos, telhas, cimento, etc.

Mergulhada na escuridão da madrugada pela falta de energia elétrica, o negro da noite fez aumentar a criminalidade. Em 27 de agosto de 1951 houve uma fuga em massa da penitenciária do Estado porque faltou luz e os presos pularam o muro sem se importar com os fios de alta tensão. Até a casa do secretário de



Segurança Pública, Zaqueu Crispim, foi assaltada em novembro por duas pessoas (uma delas descalça), que roubaram roupas e um rádio.

Mas foi a explosão habitacional que fez com que as páginas policiais todos os dias noticiassem crimes de cidade grande. Houve uma semana de julho em que as delegacias registram seis casos de estupro. Em apenas uma noite de agosto, quatro assaltos. A polícia contava com um veículo, que tinha até nome, “Viuvinha”, eternamente estacionado na oficina desde que batera em um muro da Avenida Araguaia, no início do ano. Em agosto, outro acidente: deu marcha-a-ré e colidiu com um Ford zero quilômetro que acabava de sair da concessionária.

A Avenida Anhanguera, entre o Centro e Campinas, principal rua do transporte coletivo, era só terra e buraco. Em Campinas também não havia asfalto e apenas um caminhão irrigava de vez em quando a Avenida 24 de Outubro e uma ou outra localidade. O jornal Folha de Goiaz resumia a situação com a manchete em 14 de setembro: “Afoga-se no pó o povo de Campinas”.

Desde maio estavam em Goiânia dois britadores de pedra de seis toneladas cada para o asfaltamento. Mas apenas para o Centro da cidade, nas Ruas 6 e na região depois da Avenida Anhanguera, no sentido da Estação Ferroviária. Em julho, o prefeito adquiriu em São Paulo maquinário para uma usina de asfalto em construção em uma pedreira próxima à capital. Sua intenção era justamente começar pela Avenida Anhanguera — ou seja, o caminho que levava a Campinas — o asfaltamento, tanto que reservou um espaço adjacente ao Lago das Rosas, para misturar a massa asfáltica e agilizar a instalação.

O prefeito Venerando de Freitas Borges também havia retornado à municipalidade, desta vez pela via direta. Ele sabia que teria trabalho como nunca antes. Quando assumiu o município, no final de 1935, por via indireta, Goiânia era apenas uma hipótese. Podia ou não dar certo. Mas em 1951 a cidade explodira. Os problemas da expansão física começavam logo atrás do Palácio das Esmeraldas, onde nascia o Setor Sul. Projetado pelo urbanista inicial de Goiânia, Attilio Correa Lima, foi modificado posteriormente pelo arquiteto Eurico de Godoy. Enquanto o primeiro previa ruas retas, uma continuação do Centro, o segundo projetou um bairro de curvas, as casas viradas para praças, como que as abraçando. No dia 1º de fevereiro, os 462 lotes começaram a ser abertos. Apesar de já ter sido criado, o Setor Sul estava abandonado, pois ninguém se mudaria para um local sem uma casa construída, sem asfalto, eletricidade e água tratada. Para atrair os compradores, o preço chegava a 12 vezes menos do que o cobrado por lotes em outras regiões de Goiânia

Pela primeira vez o governo de Goiás, que cuidava do crescimento da cidade por meio de sua Divisão de Terras e Colonização, entregou a venda para correto-



res imobiliários. Vinte e dois deles ficaram com 21 lotes cada, o que foi criticado porque era o poder público que deveria pagar os corretores. Havia o receio também que os próprios corretores adquirissem os lotes do Setor Sul e os segurassem, esperando uma valorização, o que impediria o crescimento da região. Em junho foi oficialmente aberto o primeiro trecho, com as Ruas 86 e 87.

No mesmo período saiu a autorização para a comercialização da área que ia da Avenida Anhanguera até a região onde em 2023 está a Praça Tamandaré. A abertura de ruas teve início, primeiro em um novo setor, chamado de Oeste, e depois no Sul, a passos lentos, e só estaria concluída no final de 1951.

Outro bairro nascia, chamado de Jardim Goiaz (assim mesmo, com a letra “Z”), do empresário Lourival Louza. O loteamento existia no papel desde 1º de maio de 1947, ainda na gestão do ex-prefeito Eurico Viana, mas a venda de lotes só começou em 1951. Se para os goianienses o Setor Sul já era um descampado, o que dizer do Jardim Goiaz, que ficava bem depois, para além do fim da cidade, que chegava apenas até a atual Praça do Cruzeiro — sem falar que não havia um só buraco cavado ali para a construção de residências.

O Jardim Goiaz podia ser visto pela população como uma outra cidade, tão distante quanto Campinas. Um lugar ermo, sem uma construção sequer, com lotes a preços reduzidos, bem abaixo, por exemplo, de locais menos nobres como Vila Nova e Vila Coimbra. Não se pode afirmar com certeza, mas talvez o Jardim Goiaz fosse o empreendimento imobiliário de valor mais baixo em 1951. Aproveitando a oportunidade, o Sindicato dos Bancários adquiriu ali uma área para a construção de 150 casas destinadas a funcionários de bancos da capital.

No Botafogo, mais antigo, próximo e habitado desde que os primeiros moradores atravessaram o córrego do mesmo nome e ocuparam onde em 2023 está a Praça do Botafogo, todas as construções eram irregulares, mas o governador Pedro Ludovico prometeu uma solução até o final do ano. Vila Nova e Nova Vila estavam na mesma situação.

Já o primeiro setor particular de Goiânia estava a pleno vapor, bem mais organizado. Os irmãos engenheiros Coimbra Bueno (Abelardo e Jerônimo) receberam grandes áreas como pagamento por seus serviços de construção nos anos 1940, dentre eles uma que lotearam, aproveitando o sobrenome da família: Coimbra. A Vila Coimbra (em 2023 Setor Coimbra) não tinha água, esgoto ou asfalto, mas contava com uma Comissão Pró-Melhoramentos que conseguiu do ex-governador Jerônimo Coimbra Bueno e proprietário da região, um grande valor financeiro para melhorias.

Junto à expansão urbana havia problemas jurídicos para o governo, a exemplo da Vila Operária, localizada onde em 2023 está a Avenida Bernardo Sayão

e o Setor dos Funcionários. Ocupava um terreno amplo, que ia das margens do Córrego Capim Puba até Campinas. Pensada para ser um setor de lotes baratos, as construções ali estavam fora dos mínimos padrões exigidos. Os operários até conseguiam adquirir os lotes, mas lhes faltavam condições de pagar o material de construção e os pedreiros para ter uma moradia digna e dentro do que exigia o Estado. Havia casas fechando as ruas e outras desalinhadas com as calçadas. Além disso, uma lei de 1947, sancionada pelo ex-governador Jerônimo Coimbra Bueno, doou 400 lotes na região. Até aí tudo bem, mas apareceram em seguida pessoas que diziam ter comprado anteriormente aqueles mesmos lotes.

Nesse furacão, Goiânia acumulava gente e negócios. Venerando de Freitas, em março, autorizou a abertura de ruas na Vila Moraes, onde as máquinas trabalhavam demarcando as ruas, inclusive com uma praça aberta para a construção de uma igreja e um mercado. O frisson com o crescimento levou o ex-prefeito Eurico Viana, também engenheiro, a montar um escritório na Avenida Anhanguera com a Rua 6, oferecendo serviços de engenharia, arquitetura, urbanismo e obras em geral. Abriu também uma oficina de material de construção na Avenida 24 de Outubro, em Campinas, e um escritório no Rio de Janeiro.

O mercado voltava o olhar ainda para a grande área que se abriria com a eminente construção de um novo aeroporto. O que existia funcionava desde 1933 na região Central, logo depois do Estádio Pedro Ludovico, na Avenida Tocantins com a Paranaíba. O aeroporto simplesmente foi engolido pela cidade. Tanto que o deputado José Feliciano apresentou um projeto de lei para lotear toda a região (onde em 2023 está o Setor Aeroporto), mesmo que o novo aeroporto fosse apenas uma promessa que começou no governo de Jerônimo Coimbra Bueno, no final dos anos 1940.

Em 1951 havia outros efeitos colaterais do crescimento de Goiânia, difíceis de serem resolvidos, dentre eles a invasão de lotes particulares. As famílias de baixa renda, sem opção de moradia, simplesmente construíam ranchos de madeira e capim onde achassem necessários. A situação chegou ao grau máximo na Vila Operária. No início de junho, o Estado tomou uma medida drástica, que servisse de lição a todos que tivessem a mesma ideia. Mandou força policial armada derrubar e queimar cerca de 100 residências improvisadas, o que causou, de uma hora para a outra, o aparecimento de 500 sem teto na capital. A iniciativa partiu do Departamento de Viação e Obras Públicas, comandado pelo engenheiro Eurico de Godoy, o mesmo que desenhou o Setor Sul. Ele argumentava que ficou de mãos atadas: mandara fiscais notificarem os proprietários de construções irregulares e, segundo Eurico, além de não serem atendidos, os funcionários públicos eram ameaçados e as pessoas garantiam que se manteriam no local. O engenheiro



estacionara no fogo cruzado, no meio das reclamações dos legítimos proprietários e do caos social de desalojar os invasores sem recursos.

Outra linha de defesa do Estado era a de que o mesmo cenário se repetiu no Bairro Botafogo. O governo retirou as famílias e lavrou escrituras de lotes em outros locais. As pessoas os vendiam e voltavam à invasão.

A queima dos barracos da Vila Operária chegou à imprensa e os novos sem-teto foram para a porta do Palácio das Esmeraldas protestar. Pedro Ludovico os recebeu e prometeu que em poucos dias daria uma escritura de lote a cada um no final do Setor Sul, depois transferido para o Setor Fama. Mas avisou: “quantos ranchos forem construídos na situação ilegal dos senhores, tantos serão queimados. Não podemos admitir semelhante tipo de construção em terrenos alheios”.

As novas escrituras de lotes saíram rápido, no final de junho, mas isso não salvou o governador do desgaste no seu segundo ano de administração. O Estado forneceu quatro caminhões para o transporte dos pertences e ordenou que os lotes ficassem em nome das mulheres, como uma forma de dificultar a transferência dos mesmos.

Naquela mesma semana o problema voltou: dez famílias invadiram uma área particular cercada no Bairro Botafogo e construíram rapidamente novos ranchos. O local tinha sérios problemas, pois em março as pessoas que viviam na margem do Córrego Botafogo viram suas casas desabarem pela proximidade com a água. Mais um problema para o governo do Estado resolver, realocando os desabrigados. A nuvem negra particular de Pedro Ludovico em 1952 continuava despejando raios e trovoadas sobre sua cabeça.

Estava difícil construir em Goiânia. Em março faltou cimento, em função da irregularidade do transporte de carga via trem de ferro e provavelmente por causa dos mais de 30 mil sacos enviados para a construção da Usina do Rochedo. Havia atraso de até 40 dias depois do prazo final dos pedidos e, além disso, a Estradas de Ferro Goiás só aceitava reclamações um mês depois da mercadoria não ter chegado. Não se achava nem no mercado negro para comprar e alguns serviços foram paralisados, como a construção dos meios-fios de Campinas. Tornou-se mais fácil contratar caminhões de frete de Minas Gerais e São Paulo, que enfrentavam os arremedos de estradas, para que o cimento chegasse na capital.

De toda forma, não foi motivada pela falta de cimento a proibição da construção de casas nos setores Sul e Oeste. Os ventos mudaram rapidamente e os dois bairros mais importantes que nasciam deveriam esperar porque Pedro Ludovico resolveu com seus técnicos colocar à venda os lotes do futuro Setor Aeroporto, já traçado no papel. Mesmo com o novo aeroporto ainda emperrado em problemas jurídicos e sem um local definitivo, e o antigo funcionando todos

os dias para pousos e decolagens. Ainda assim, a compra de terras no local foi liberada em 15 de março.

No final de 1952, em 14 de novembro, um outro decreto do governador Pedro Ludovico dava prazo de 18 meses para o início das construções no Setor Aeroporto e reabria as obras do Sul e Oeste. Para diminuir a pressão do mercado imobiliário e dos novos moradores, proibiu “o direito de exigir do Estado ou de empresas concessionárias, o fornecimento de água, luz e energia elétrica e esgotos”. Era como se Goiânia mandasse a população se virar apenas com um teto sobre as cabeças e nenhum serviço público. Outra medida impopular do governo do Estado.

Havia demanda gigantesca por novas residências e o preço dos aluguéis disparou. Isso quando se encontrava uma casa para alugar. Desse fato adveio a ideia da construção de edifícios verticais, destinados não apenas a minorar o problema da falta de habitação, como também de baratear os imóveis. Morar em apartamento seria a solução para a classe média, que não podia adquirir uma casa horizontal e preferia viver nas regiões mais centrais.

A pedra fundamental do primeiro prédio vertical foi instalada às 10 horas de 14 de setembro, com a presença do governador Pedro Ludovico e do prefeito Venerando de Freitas Borges. O Edifício Califórnia, projetado para ser erguido na Avenida Araguaia com a Rua 20, teria nove andares.

A cidade estendia seus tentáculos para todos os lados. O ano de 1952 foi aquele em que mais se asfaltou desde 1933. A começar pela Avenida Anhanguera, no trecho entre o Centro e Campinas, cujas obras começaram em fevereiro. A via também foi alargada para ficar do mesmo tamanho da Avenida Goiás. Em maio a obra estava pronta.

Foi aberta uma licitação para o asfaltamento de várias ruas no Centro e Bairro Popular. Em Campinas, ainda na terra e poeira, e assistindo outros bairros menores e mais recentes receberem o benefício, uma patrula aparecia em períodos chuvosos para nivelar a pista. Não raro, os motoristas desciam dos veículos para estudarem o tamanho dos buracos e analisar se arriscavam com o carro ou davam meia-volta.

A Avenida Goiás, depois da Rua 5, estava na terra vermelha, mas em fevereiro os operários nivelaram a pista para o asfalto até a Estação Ferroviária, concluído em junho. Próximo dali, na Praça do Bandeirante, uma equipe sempre estava a postos para limpar os lotes baldios das proximidades.

Outro serviço necessário era o de meios-fios. As ruas ficavam anos sem demarcação, mas quando os setores Sul e Oeste foram abertos, uma das primeiras preocupações (antes de água, energia elétrica e esgoto), foi o meio-fio.

A Rua 10 recebeu o benefício antes das outras, pois ali havia algumas construções finalizadas.

Para financiar tantas atividades, Pedro Ludovico Teixeira cumpriu o prometido em 1951 e comprou o Banco de Goiás, uma sociedade anônima com sede na Avenida Anhanguera e uma agência em Ipameri. A aquisição no futuro passaria a ser conhecida como Banco do Estado de Goiás, o Fieg. A ideia inicial previa aumentar o capital da instituição com o aporte de recursos que entrariam com a venda de lotes do futuro Setor Aeroporto (daí a pressa do governador), empreendimento que passaria a ser tratado como a joia da coroa imobiliária de Goiânia. Entretanto, a aquisição de uma instituição bancária não serviu para melhorar a imagem de Pedro Ludovico junto a população. A maioria não tinha conta em banco.

A iniciativa privada também se movimentava. Em 1º de maio, Dia do Trabalho, nasceu a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), presidida por Antônio Ferreira Pacheco e que funcionaria no mesmo espaço físico da Associação Comercial. A quarta Loja Riachuelo foi inaugurada na Avenida Anhanguera em 18 de agosto, sorteando uma enceradeira, um liquidificador e um ferro elétrico. A empresa Teatral Paulista anunciou a compra de um prédio na Rua 8 para construir um cinema com “ar refrigerado”. O nome não havia sido escolhido, mas os goianienses o conheceriam no futuro como Cine Casablanca (em 2023 funciona no local uma igreja neo pentecostal).

Estava em construção a futura Catedral Metropolitana, em um terreno da Rua 10, uma área de dois alqueires doada pelo campineiro Andreilino de Moraes para a igreja católica. Os religiosos nunca gostaram do local destinado a eles originalmente, em 2023 a região da Praça do Cruzeiro, Setor Sul. Por isso definiram que, quando Goiânia ganhasse sua catedral, deveria ser o maior templo da cidade e nasceria bem longe da futura Praça do Cruzeiro. Também se pensou que a construção pudesse ser erigida na Avenida Tocantins, entre as Ruas 3 e 29, ideia logo abandonada.

Para a construção da catedral, uma pérola da arquitetura deveria desaparecer. A igreja de Nossa Senhora, na Rua 19 (onde em 2023 está o edifício Dom Abel) seria demolida para a construção do prédio, com espaço no térreo para os religiosos. A nova catedral ficaria em frente.

Desde 18 de maio de 1947 uma comissão trabalhava na construção e arrecadação de recursos para a nova catedral. Em 1953, por exemplo, uma quermesse foi montada durante alguns dias em plena Praça do Bandeirante, para ajudar no esforço financeiro para aquisição dos materiais básicos. Quem passasse pelas obras da rua 10 podia ver as paredes levantadas. Mesmo sem estar pronta, a igreja

impressionava. Sua torre principal era uma das mais altas do Centro de Goiânia, rivalizando apenas com o Teatro Goiânia. Ocupava o meio da quadra e não suas extremidades, uma ideia do então governador e engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, para dar mais suntuosidade à catedral.

Já em 1954, o crescimento de Goiânia favorecia a impermeabilidade do solo e inundações ficariam cada vez mais comuns. Novos bairros surgiam a uma velocidade espantosa. Um deles, enorme, era o Setor Leste, uma área que começava depois do Córrego Botafogo, ao lado do Botafogo e Vila Nova, e que em 2023 inclui o Setor Universitário e outros. Ali picadas se abriam na mata e algumas casas foram construídas “no olho”, uma analogia para explicar que as residências ocupavam mais ou menos o lote comprado.

No Setor Sul, duas imensas avenidas em largura e extensão foram nominadas por números: 86 e 87. A Avenida Universitária (em 2023, Rua 10) sediava algumas das residências mais belas da cidade. Terminava às margens do Córrego Botafogo, onde estava sendo construído um aterro para a Cidade Universitária (em 2023, Setor Universitário) e que serviria também como estrada para Anápolis.

Na Vila Operária (em 2023, Setor dos Funcionários) um fenômeno chamava a atenção: as prostitutas, conhecidas como “baixo meretrício”, que faziam ponto em Campinas desde o início da construção da capital, se mudaram para o novo bairro. Ficava mais perto do Centro e era discreto. Campinas se tornara movimentada demais.

Quem já adquirira casa ou rancho em áreas não urbanizadas, geralmente recebia um lote quando chegava a demarcação do local, mas devia demolir a residência irregular por conta própria. Sabendo disso, era comum que lotes fossem invadidos e ranchos de troncos de árvores e folhas de palmeira construídos do dia para a noite, visando o benefício no futuro. Os lotes pertenciam ao Estado e não à prefeitura, e o dinheiro que entrava era tanto que supria as necessidades locais e sobrava para a Usina do Rochedo.

O crescimento às vezes atropelava os moradores. Para construir a estação de trem de ferro de Campinas, o Bairro Popular foi cortado em dois (onde em 2023 está a Avenida Leste-Oeste). Não foram previstas passagens para os pedestres e, quem desejasse atravessar de um lado a outro, devia fazer isso por sobre os trilhos.

Os lotes do Setor Aeroporto continuavam à venda pelo governo do Estado, todos comentando que o dinheiro seria usado na construção de Cachoeira Dourada ou no Rochedo. Em janeiro, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) anunciava nos jornais a venda de lotes no Setor Aeroporto para oito ruas, ao preço médio de



13 mil reais em valores de 2023. Podia-se pagar dando 20% de entrada e dividindo o restante em dois anos sem juros, com parcelas de 433 reais.

Com centenas de lotes vendidos, os proprietários do Setor Aeroporto só aguardavam a transferência dos voos ao novo local para iniciarem as construções. Alguns terrenos em regiões mais afastadas das pistas serviam de depósito de material de construção, visando as futuras obras. Alguns proprietários mais afoitos fizeram a fundação e subiram as paredes. A somatória desses dois fatores mais a falta de conservação, foi o que levou à desativação de uma das pistas do aeroporto. Abandonadas pela administração estadual, apenas uma delas continuava apta para pousos e decolagens, mesma situação vivida desde 1953.

Quem chegasse em Goiânia encontraria uma cidade pujante e próspera. Veria pelas ruas meninos de calça curta, estilingues nas mãos, caçando passarinhos. Na porta dos mercados, mendigos pedindo esmola, o que irritava as autoridades, que sempre os recolhia à prisão e os soltava depois de algumas horas. Poderia almoçar no novo restaurante do Grande Hotel na Avenida Goiás, que estreava elaborado cardápio. Se o viajante visitasse à capital em novembro, não conseguiria cortar o cabelo ou fazer a barba, pois os barbeiros entraram em greve quando os órgãos públicos exigiram que o serviço fosse tabelado. Veria que o bairro mais populoso da cidade, Campinas, parecia esquecido pela prefeitura, o lixo se acumulando pelas ruas esburacadas. Pelos bares, as pessoas jogavam snooker (sinuca), como se dizia, ou palito. Em algumas praças podia-se ver barracas de lona servindo de moradia para pessoas chamadas apenas de ciganos pelos goianienses. Deles se falavam as piores coisas: que roubavam crianças, falavam com a língua enrolada, enganavam a população com jogos e truques, como a leitura das mãos, promoviam festas regadas a sexo e bebida que duravam três dias e três noites.

Exageros ou não, o fato é que ninguém mais segurava a jovem capital de Goiás e nem o Sinduscon.



Estádio Serra Dourada, obra de construção emblemática dos anos 1970
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DE GOIÁS

CAPÍTULO 3

O SINDICATO DURANTE O REGIME MILITAR

A administração de José Alair Martins Baptista atravessou todos os anos 1950. Foi um longo período mas fundamental para que o Sinduscon tivesse estabilidade e tranquilidade para se estabelecer e crescer. Como entidade fundadora da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, José Alair Martins Baptista participou de todas as diretorias da entidade em posição de destaque.

Em 1960, o Sinduscon tinha 67 filiados e lutava principalmente contra a burocracia estatal no momento de construir ou reformar. A pujança dos anos 1950 entrou pela década seguinte por causa da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. Muitos empreendedores goianos buscaram a nova capital da República como forma de ampliar seus negócios. Apenas um exemplo, o advogado e contador Bento Odilon Moreira (que nos anos 1980 fundaria a EBM Construtora), aos poucos adquiriu vários lotes no metro quadrado mais caro da jovem capital, a W3.

O sindicato também podia contar com a força da Fieg, que crescia junto com Goiânia e estendia seus braços para a já poderosa Confederação Nacional da Indústria, a CNI, em São Paulo. Para ajudar sua primogênita, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás cedeu uma sala para o funcionamento do Sinduscon. No início dos anos 1960, já estava pronta a suntuosa sede própria da Fieg, na confluência das Avenidas Tocantins e Anhanguera. O prédio de inspiração modernista passou a servir de ponto de encontro dos empresários da construção.

A pesquisadora Luciana Gonçalves Tibiriçá, da Universidade Federal de Goiás, dá o tom exato do tamanho da indústria em Goiás naqueles anos: “A construção civil, considerada no Censo Industrial de 1940, abrigava três empresas e dez operários, enquanto no censo de 1950 foram declaradas dez empresas e 955 operários. A partir de 1960 esta informação foi distribuída nas indústrias de transformação mineral e metalurgia, dentre outras. Considerando os aspectos da construção civil ligados diretamente à mineração, estão os minerais não metálicos (com 26 empresas e 96 operários) e a indústria de transformação dos mesmos (britamento de pedras, rochas ornamentais como mármore e granitos, ardósias, cal, telhas tijolos, material cerâmico, cimento, peças e estruturas de cimento, gesso e fibrocimento/amianto), com 368 empresas e 1.789 operários, a maior parte concentrados em indústrias de telhas e tijolos (705), material cerâmico (613) e cal (176)”.

O sindicato ganhava musculatura em um momento em que, politicamente, os anos 1960 foram de intensa turbulência, culminando com o golpe militar de 1964 e ampliando a tempestade quando em 1968 foi decretado o Ato Institucional número 5, ou AI-5, como ficou conhecido. Por meio dele, as garantias individuais



de cada cidadão estavam suprimidas. A polícia podia entrar em qualquer residência e levar o cidadão para interrogatórios, mantendo-os presos por tempo indeterminado. O Congresso Nacional foi colocado em recesso sem data para retornar.

Nada disso, entretanto, abalou o mercado da construção, que seguia longe da política. Durante todo o regime militar, os empresários trabalhavam e empreendiam. Em Goiás, o governador eleito, Mauro Borges Teixeira, tomou posse em 1º de fevereiro de 1961. Sob seu governo é instituída a primeira tentativa de planificação administrativa e econômica do Estado, uma verdadeira transição para a modernidade. Extinguiu alguns e criou novos órgãos no governo, e várias sociedades de economia mista, com o objetivo de programar o desenvolvimento do Estado. Surgiu a Secretaria do Planejamento, tendo à frente o engenheiro Irineu B. do Nascimento, que fundou a Suplan, executor de obras públicas, do qual foi o primeiro presidente. Criada também a Metago, para explorar e orientar a exploração do potencial mineralógico estadual. Ainda o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago), instrumento administrativo para a colonização e recolonização goianas. Criados também o Consórcio Rodoviário Intermunicipal (Crisa), para atender às prefeituras na abertura de estradas vicinais; Dergo, para construção, pavimentação e conservação das rodovias estaduais; e outros. Em 1963, a Centrais Elétricas de Goiás (Celg), concessionária de energia, inicia a segunda etapa da Usina de Cachoeira Dourada, com a instalação de mais três turbinas de 52.000 KW cada. Tudo isso fortaleceu a indústria da construção no Estado.

Segundo o pesquisador Eliézer Cardoso de Oliveira, “entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade de Goiânia passou por uma forte mudança cultural. Nesse período, parte de seus habitantes abandona os hábitos provincianos e adota valores típicos de habitantes de grandes cidades. O fator sociológico que explica essas mudanças culturais foram o aumento demográfico, consequência do êxodo rural, que marcou a sociedade brasileira da época e da imigração impulsionada pela construção de Brasília, uma vez que muitos imigrantes optaram por morar em Goiânia. O crescimento demográfico foi vertiginoso, de 74 mil habitantes em 1955 aumentou para 251 mil em 1965; 518 mil em 1975; e 800 mil em 1980. (IBGE, p. 1981). Por um lado, esse incremento populacional foi responsável pelo crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, pelos loteamentos sem infraestrutura e inúmeras ocupações urbanas que descaracterizaram o planejamento inicial da capital, agravando os problemas de pavimentação, saneamento básico, transporte coletivo e degradação ambiental. Por outro lado, esse crescimento veio acompanhado de novidades infraestruturais importantes: a Usina Serra Dourada (1960), as Universidades Católica (1959) e Federal (1960), o Cemitério Parque (1961), o Centro Penitenciário de Goiás – Cempaigo (1964)”.



José Alair Martins Baptista permaneceu na presidência do Sinduscon até 1966 e em seguida partiu para cuidar de seus negócios pessoais, sem deixar de ocupar cargo na diretoria da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Em 1968 ele era o suplente de representantes na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Dele se sabe ainda que foi um dos proprietários nos anos 2000, da primeira rádio de Goiânia, a Clube, fundada em 1942. Também foi o responsável pelo Anúncio Divina Providência, mais tarde Casa dos Idosos de Goiás.

Foi substituído no sindicato por Geraldo Fonseca, o segundo presidente, que ficaria apenas dois anos. Goiano, natural de Itaberaí, embora formado em Direito sempre preferiu trabalhar na construção civil. Fundou a G. Fonseca e Cia Ltda, que posteriormente fundiu-se com a Constec Ltda. Foi esta empresa a responsável por erguer o prédio da Fieg. Em sua composição societária estava ainda José Aquino Porto, o presidente da Federação que sucedeu a Ferreira Pacheco, falecido precocemente em julho de 1967. Com isso, a Fieg, mais importante entidade dos industriais goianos, passava a ter na presidência um empresário oriundo da construção civil.

A administração de Geraldo Fonseca durou pouco, apenas dois anos. Em 1968 assume a entidade Afrânio Roberto de Souza, que ficaria por três mandatos, permanecendo à frente da entidade até 1974. Mineiro de Ubá mas goiano por adoção, fundou e esteve à frente da Materiais de São Pedro Ltda (Masp), sendo em 1968 apontado como Destaque Empresarial do Ano no Estado de Goiás. Em seu mandato, a entidade amadureceu e realmente iniciou sua atuação como representante legítimo dos empresários da construção. Naqueles anos foram negociadas pontualmente as convenções coletivas entre o Sinduscon e o sindicato dos trabalhadores, o que permitiu que fosse um período sem greves na construção civil.

A transposição entre os anos 1960 e 1970 não foram fáceis. O Brasil teve um presidente que morreu em pleno mandato, Castelo Branco, em 1967. Foi seguido por Costa e Silva, que governou de 1967 a 1969, sucedido por Emilio Garrastazu Médici, que ficaria por cinco anos até 1974 em uma administração marcada pelo combate aos movimentos de esquerda no país e por grandes obras de engenharia.

Em Goiás, a situação política melhorou quando em 1966 foi eleito por via direta o governador Otávio Lage. Mas haveria turbulência em 1969, quando o jovem prefeito da capital, Iris Rezende Machado, foi cassado às vésperas de inaugurar uma grande obra, o Parque Mutirama.

Apesar dos empresários da construção civil não se envolverem em política partidária, toda essa agitação influenciou nos negócios. O ano de 1969, com o AI-5 em vigência, não foi fácil e houve um período de estagnação do segmento. Apenas dois anos depois, em 1971, e já sob o governo Emilio Garrastazu

Médici, foi que o presidente Afrânio Roberto de Souza conseguiu alguma paz para trabalhar. O governo federal retomou as grandes obras, o mesmo acontecendo em Goiás. Goiânia aderiu de uma vez por todas às construções verticais, modificando o seu perfil de cidade média para o de metrópole, propiciando o surgimento de empresas de grande expressão. Também ganhou impulso o segmento de incorporações.

A pesquisadora Luciana Gonçalves Tibiriçá concorda com a pujança do período: “Entre 1964 e 1975 houve novo impulso nos loteamentos, marcado pelo crescimento populacional, chegando a ocupar 45.000 operários e mestres de obra na construção civil e 1.500 engenheiros, o que propiciou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), visando corrigir distorções urbanísticas identificadas e algumas de maneira preventiva. O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) afirma que na década de 1970 foram emitidas 466 licenças para construção e 1.432 licenças de Habite-se, destas 801 para casas e 631 para apartamentos”.

Ela também explica: “Na década de 1970, as indústrias ligadas à extração de minerais não metálicos diminuíram para 16, porém concentrando 654 operários (IBGE, 2015). Deste total de indústrias, 12 eram voltadas exclusivamente para a extração de pedras para emprego na construção civil. Já as indústrias de transformação destes minerais, diminuíram de 368 para 225 e, da mesma forma, aumentaram a quantidade de pessoal empregado (de 1.789 para 2.529). A maior parte dos indivíduos (975 operários) empregada nas indústrias de telhas e tijolos, seguidas de 515 pessoas nas empresas de material cerâmico e 359 operários nas indústrias de peças e estruturas de cimento, gesso e fibrocimento/amianto, que aumentaram de 10 para 19 nesta década”.

Disputando o título de “cidade que mais cresce no Brasil”, a capital já contava, em 1970, com 389.784 habitantes (381.055 na cidade), um incremento de 153% em relação ao censo de 1960. Em 1975, estavam envolvidos no trabalho da construção civil, 45 mil operários e mestres de obras. O número de engenheiros de todas as categorias era de cerca de 1.500. Projeções daquele ano revelam uma média de nove edificações por dia. No setor, porém, mesmo constituindo importante mercado de consumo de materiais e ocupação de mão de obra, ocorriam problemas preocupantes, como a elevada capacidade ociosa, desperdício ou não reaproveitamento de material, altos custos de produção e capital de giro ainda insatisfatório. Devido à afluência de crescentes contingentes populacionais, vindos sobretudo do meio rural do Estado e do Nordeste, Goiânia revela sérios problemas habitacionais, com o crescimento de favelas (cerca de 20 mil famílias) e invasões (em torno de 40 mil, segundo estimativa de 1975).



No lado positivo da cidade, o governador Leonino Caiado inaugurou, em 9 de março de 1974, o Estádio Serra Dourada, uma imensa obra de engenharia. Em 1975, a Centrais Elétricas de Goiás (Celg), além de ter feita várias pequenas usinas no interior tinha, em fase de obras, a usina de São Domingos e a quarta etapa de Usina de Cachoeira Dourada, bem como suas respectivas linhas e redes de transmissão e distribuição, além das subestações para atender milhares de consumidores, incluindo os beneficiados pelo programa de eletrificação rural, iniciado em 1968.

No Sinduscon, o substituto de Afrânio Roberto de Souza foi um empresário já experimentado Nabor Cordeiro do Vale. Assumiu em 1974 e um ano depois participava de uma obra emblemática para a cidade, a construção do Palácio Maçônico, localizado na Rua Um, na Fama. Projetado para acolher todas as seções administrativas do Grande Oriente do Estado de Goiás, a arquitetura possui acentuado estilo moderno-futurista, contrastando com a orientação geométrica de tradição nas edificações maçônicas. Nabor Cordeiro do Vale, na época à frente da Incorporadora Irmãos Valle, foi o administrado da obra, sem cobrar qualquer taxa de administração do Grande Oriente,

O fato de ser um incorporador dos anos 1970, prova como o segmento havia se desenvolvido desde 1948, quando a entidade foi fundada. Nabor Cordeiro do Vale estava à frente de outra grande construção, uma das maiores dos anos 1970 em Goiás: o primeiro edifício de estacionamento vertical do Estado, chamado de Parthenon Center, na Rua 4, Centro, no local onde ficava o pioneiro mercado municipal da cidade e ao lado do hotel mais importante da época, o Umuarama. O prédio teria ainda diversos andares comerciais, onde inclusive funcionou por vários anos a Câmara Municipal de Goiânia.

A construção civil, sempre grande empregadora de mão de obra, ocupava 11,4% da população economicamente ativa em Goiânia. Grandes negócios sempre geram grandes problemas e em 1979 Nabor Cordeiro do Vale teve de se empenhar para superar uma greve de trabalhadores do setor.

Os seis anos em que ficou à frente do Sinduscon podem ser considerados uma época de ouro, com a construção de grandes obras de engenharia que empregaram milhares de pessoas e dezenas de empresas do segmento. Exemplos dessas construções gigantescas foram o Autódromo Internacional de Goiânia em 1975, apenas um ano depois do Estádio Serra Dourada.

O surgimento dessa nova praça esportiva, entretanto, mostrou que o empresário goiano da construção ainda tinha um longo caminho pela frente. O procedimento licitatório para contratação foi vencido pela empresa paulista Serete S/A. Para os projetos ganhou a paulista Construtora Garantã S/A. Considerando



o porte e a complexidade da obra, a Fundação Estadual de Esportes contratou a paulista L.A. Falcão Bauer, para o gerenciamento e controle tecnológico do concreto e aço. Ou seja, nenhuma delas era goiana, embora grandes obras como a Estádio Serra Dourada impulsionassem a economia de toda a cidade.

Durante décadas o Sinduscon empenharia todos seus esforços para mudar esse quadro.





1986, Encontro Nacional da Construção em Goiânia
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS

CAPÍTULO 4

NA DÉCADA PERDIDA DE 1980, O SINDUSCON AMPLIA PODER LOCAL E NACIONALMENTE

Nabor Cordeiro do Vale ficou no Sinduscon até 1980, quando passou a presidência para o engenheiro Elmo de Castro, da Scala Engenharia e Construções. Este pode ser considerado uma legítima cria do sindicato, pois iniciou suas atividades classistas em 1971, como diretor. Quando levado à presidência para o triênio 1980 a 1983, multiplicou esforços e conseguiu dar os passos iniciais para a trajetória de independência e sucesso que a entidade viria a alcançar na década de 1980.

Durante sua gestão foi a primeira vez que se falou em adquirir uma sede própria, deixando a acanhada sala que o sindicato ocupava no Palácio da Indústria, o edifício sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). A entidade cresceu e necessitava de bem mais espaço do que apenas uma sala.

Com aquela iniciativa, o Sinduscon daria um grande salto tanto em gestão quanto em representação. Mas não seria tarefa fácil e exigiria mais de uma década até ser concretizada da maneira que estava na cabeça dos diretores. O sindicato entendia a necessidade do país nos anos 1980, uma fase de redemocratização depois de quase 20 anos de regime militar. Seria necessário mais representatividade na sociedade, mais participação política e institucional. Com o fim da censura e respirando novamente ares democráticos, chegara a hora de avançar.

Os ventos da mudança sopravam forte em meio ao constante crescimento de Goiânia. A cidade, com 703.203 habitantes em 1980, era a nona mais populosa do Brasil e com a maior taxa de crescimento anual (6,67%). Caracterizava-se como um município eminentemente urbano, pois apenas 1,9% da população se achava na zona rural (13.844 habitantes). De acordo com o Censo Demográfico de 1980, contava com 288.770 pessoas economicamente ativas, representando 40,2% de sua população residente. A maioria vinculada à prestação de serviços (28,6%), comércio de mercadorias (16,3%), indústria da construção (11,4%) e às atividades sociais (10,7%).

Quando entrava em seu terceiro ano de administração frente o Sinduscon, o presidente Elmo de Castro acompanhou, em janeiro de 1982, a visita a Goiânia do ministro do Interior, Mário Andreazza, que veio liberar verbas para obras de saneamento básico e construção de casas, além do programa Promorar, com recursos para construir cinco mil moradias, número a ser posteriormente elevado para 10 mil. O mercado civil exultou com as novidades e os negócios que poderiam advir desta ação.



Foi uma fase feliz e de esperança. As eleições diretas para governador estavam de volta. Desde 1966 os brasileiros se encontravam impedidos de escolher seus representantes estaduais. As eleições de novembro de 1982 foram o grande acontecimento da vida política nacional. O pleito implicou na renovação completa da representação estadual.

Nas eleições de 15 de novembro em Goiás saiu vitorioso Iris Rezende Machado para governador, que indicou seu antigo professor do Liceu, Nion Albernaz, para a prefeitura de Goiânia (para prefeito ainda não haveria eleições diretas). Iris Rezende tomou posse em março de 1983, preocupado com a dívida do Estado e prometendo austeridade e racionalização da administração. As obras da Usina de Corumbá, na qual já haviam sido gastos U\$ 100 milhões, foram paralisadas, bem como outras construções consideradas não prioritárias. Em 17 de outubro, o governador promoveu um mutirão que mobilizou cerca de 50 mil pessoas na construção de mil casas em um dia, dando origem à Vila Mutirão, em Goiânia. Na prefeitura, Nion Albernaz fez o prolongamento da Avenida 85 e a duplicação da Avenida T-63, no Setor Bueno, mudando o eixo do crescimento da cidade.

Toda essa movimentação foi acompanhada de perto por Elmo de Castro. Ele e a diretoria entendiam que o Sinduscon deveria passar por uma grande reestruturação para continuar a aglutinação da classe, levando a mensagem do setor aos fóruns nacionais da construção civil que se organizavam em todo o país, na esteira da redemocratização.

Os empresários de modo geral, sentindo a complexidade da economia e da legislação a que estavam sujeitos, entenderam a necessidade do trabalho em associação e aproximaram-se das entidades de classe. Com base nesta filosofia, o Sinduscon passou a ter uma estrutura mais moderna, descentralizada e setORIZADA, não existindo um assunto dentro do setor, que não lhe competisse discutir ou uma ação em que não estivesse representado.

Obedecendo esta nova realidade e para atender às empresas com a qualidade que a instituição se propunha, fez-se necessário adquirir uma sede própria e construir um prédio administrativo que atendesse os requisitos de modernidade e funcionalidade. Fazia-se indispensável preparar-se para proporcionar conforto ao crescente número de associados, tendo em vista o objetivo de promover maior participação e frequência à sede. Além disso, era premente a necessidade de espaço para instalar as várias assessorias já existentes, prevendo inclusive uma expansão futura do atendimento ao associado e do trabalho das comissões.

O presidente Elmo de Castro, então, dedicou-se como principal meta de sua administração ao recolhimento de fundos para aquisição da sede própria e a negociação da saída amigável do Sinduscon das dependências da Federação das



Indústrias. Afinal, a entidade ajudou a fundar a casa, fazia parte da base sindical e precisava da Fieg como apoio para muitas de suas realizações.

Elmo de Castro conseguiu também, apoiado por sua diretoria, enfrentar e solucionar com êxito uma fase crítica para o segmento, com greve geral dos trabalhadores. O resultado das negociações agradou ambas as partes envolvidas. Entre as concessões por parte do empresariado estava a pioneira redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, benefício que só viria a alcançar todos os brasileiros com a promulgação da nova Constituição em 1988.

Cumprido o mandato de três anos, Elmo de Castro passou a presidência para José Alves Fernandes Filho no mês de julho de 1983, diretor administrativo da Pirâmide Engenharia Ltda. Goiano de Buriti Alegre, engenheiro civil, ostentava em seu currículo uma extensa e bem sucedida história de lutas em benefício do setor da construção em Goiás e no Brasil. De aparência e modos cordatos, era idealista e persistente. Mostrou essa tenacidade quando esteve à frente da Associação Goiana de Empreiteiros (AGE) que presidiu de 1979 a 1983, numa época em que os associados enfrentavam uma das mais graves crises de desentendimento com o governo.

Terminado o mandato na AGE, José Alves Fernandes Filho aceitou a incumbência de dirigir o Sinduscon-GO, onde entrou determinado a evidenciar a importância da entidade e levá-la a ocupar seu espaço como representante maior da categoria em Goiás e fora dele. A ideia da aquisição da sede própria, já pleiteada e discutida na gestão anterior, ganharia continuidade. José Alves recebeu do caixa deixado pelo seu antecessor, Elmo de Castro, recursos com essa finalidade.

O primeiro passo do novo presidente, naturalmente e em linha com a presidência anterior, foi adquirir a sede, uma casa simples mas situada em local privilegiado, no Setor Oeste. Já se constituiu em um grande feito. Agora haveria espaço para abrigar funcionários, atender aos empresários, reunir comissões e diretores com conforto e uma região nobre de Goiânia, já que o Centro da cidade, onde estava instalado, começava a se deteriorar. A própria Federação das Indústrias sairia do prédio da Avenida Tocantins pouco depois.

Com esforço, visto que os recursos tinham se esgotado, foram feitas algumas adaptações e construído um auditório, visando dotar a sede de uma estrutura de apoio razoável para a realização de reuniões e encontros. Nesses momentos se buscava mostrar aos empresários o que era o sindicato, a sua importância para a construção civil e a necessidade da união para o fortalecimento de todos.

Ainda em 1983, o Sinduscon passou a elaborar e divulgar o Custo Unitário Básico da Construção (CUB), que logo virou uma referência de preço no merca-



do. Quando aconteceram as convenções coletiva do trabalho, houve um aumento na participação de empresários.

A sociedade civil organizada continuava avançando e novas entidades surgiam, com outras necessidades de representação. Deste modo, foi promovida também uma reestruturação do Sinduscon que, sob a denominação de Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado de Goiás, agregava várias outras categorias (mobiliário, artefatos de cimento e ceramistas). Negociou-se a saída dessas categorias para formarem sindicatos próprios, ficando no Sinduscon o segmento de construção. Ainda nesta reforma do estatuto foi criada a classificação de “sócio efetivo”, por meio da qual as empresas se associariam, comprometendo-se a uma contribuição mensal e estabelecida a taxa de convenção a ser paga anualmente por filiados e associados.

Passo importante foi a filiação do Sinduscon junto à Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), entidade que já despontava como a maior aglutinadora do setor da construção civil no país. O presidente José Alves Fernandes Filho já a conhecia desde 1981, quando exercia a presidente da Associação Goiana de Empreiteiros (AGE).

O governo democrático e saneador das finanças públicas de Iris Rezende fez bem para o Sinduscon. No início de 1984, o governador afirmou que estava em curso a recuperação econômica do Estado, o que permitia a retomada de investimentos públicos no ano seguinte. O segundo Mutirão da Moradia realizou-se em julho, em 68 cidades. Em 1985, na prefeitura de Goiânia assume Daniel Antônio de Oliveira que vencera por uma margem mínima o candidato do PT, Darci Accorsi.

O presidente José Alves Fernandes Filho chegava ao final de seu primeiro mandato, em 1986, com o Sinduscon de casa nova e cada vez mais representativo. Mas nuvens negras se amontoavam no horizonte quando em 28 de fevereiro de 1986 foi decretado, pelo então presidente José Sarney, o plano de Estabilização Econômica, ou Plano Cruzado, destinado a conter a inflação acumulada, que atingira a taxa anual de 255,16%. Com o plano foi extinta a correção monetária, instituiu-se o congelamento de preços e salários e criou-se uma nova moeda, o Cruzado. Se a inflação já era ruim para o setor da construção, um plano fracassado como o Cruzado seria pior ainda.

José Alves Fernandes Filho acompanhava de perto a tentativa governamental naufragando, com informações privilegiadas que vinham de suas reuniões na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e que ele repassava para seus colegas em Goiás. Em 1986 ele acabava de iniciar um segundo mandato no Sinduscon com uma visão de mundo e país mais ampliada e, de acordo com suas

palavras, “uma ideia mais global do trabalho que poderia e deveria ser desenvolvido”. Modestamente, observava ele que, como presidente, não possuía a devida formação sindicalista, pois tinha uma origem classista. Decidiu, então, visitar outros Sinduscon pelo Brasil afora, que fossem mais bem estruturados do que o goiano, observando experiências e buscando subsídios para novas soluções.

Ao mesmo tempo, em contato com outros dirigentes dentro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, foi absorvendo conhecimentos e trocando experiências, sempre com o intuito de melhorar a atuação do Sinduscon. Mas esse conhecimento, defendia José Alves, não poderia ficar restrito. Teria que ser difundido entre os empresários locais, motivando maior integração. “Montamos, então, a estratégia de promoção dos grandes eventos, para mostrar que o sindicato existia e para que seu alcance em nível nacional se ampliasse, despertando, assim, maior interesse no empresariado”, explicava.

A busca por maior representatividade e relevância, levou José Alves Fernandes Filho a planejar um grande e ousado evento. Atuando politicamente nos bastidores em todo o país, ele conseguiu trazer para Goiânia a realização da oitava edição do Encontro Nacional da Construção (Enco), realizado de 4 a 9 de maio de 1986. Compreendendo a importância da promoção para Goiás, José Alves teve apoio de todas as entidades do segmento em Goiás, bem como da Federação das Indústrias e do governo do Estado e da prefeitura de Goiânia.

O Enco se constituiu em grande sucesso entre os empresários, prestigiado por destacadas personalidades da engenharia nacional, representantes do segmento acadêmico, instituições financeiras e autoridades políticas, como os ex-governadores de Goiás Mauro Borges, Onofre Quinan e Irapuan Costa Júnior, além do governador Henrique Santillo.

Embalado pelo sucesso do Encontro Nacional da Construção, José Alves Fernandes Filho decidiu fechar sua segunda gestão, em 1989, com mais uma grande realização. De novo conversou com lideranças da construção civil de vários estados para conseguir que Goiânia fosse sede do Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), simplesmente o mais importante evento do setor, realizado de 20 a 22 de abril de 1989, faltando menos de três meses para José Alves Fernandes Filho terminar seu mandato.

O Enic foi realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção em Goiás (Sinduscon-GO) e promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), um claro sinal de quanto a entidade goiana avançara nacionalmente em prestígio, a ponto de realizar um evento em conjunto com a mais alta representação da construção civil no país.



Na oportunidade, houve a eleição para renovação e ampliação do quadro de dirigentes da CBIC. Luis Roberto A. Ponte, à época presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, ressaltou o momento difícil vivido pelo país, com um cenário de incertezas que desenhava um quadro de apreensão decorrente de medidas provisórias, decretos, leis, portarias e atos normativos confusos e contraditórios, que marcaram o período final da ditadura, os quais ainda penalizavam a atividade produtiva do setor.

Para correção das distorções que o mercado vivia nesse período, os construtores foram chamados no 51º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic) de Goiânia, a uma ação conjunta e consensual. O encontro propôs empreender um trabalho intenso de conscientizar a população de que a casa própria é um direito de todos. Além disso, reservou um dia para a realização de quatro painéis sobre moradia. Os temas discutidos foram a questão institucional do programa de habitação brasileiro, habitação para baixa renda e para a classe média; e a experiência chilena na extinção da sub habitação. Visando melhorias na produção do setor, foi realizado um painel sobre negociações trabalhistas, uma vez que a política salarial ainda estava indefinida quanto aos seus rumos. Por meio desse painel, o encontro possibilitou a sinalização de um novo caminho a ser percorrido no relacionamento entre patrões e empregados.

Com o sucesso desses dois eventos nacionais realizados em Goiânia, o Sinduscon-GO alcançou projeção não só regional, mas principalmente nacional. Isso projetou o presidente José Alves Fernandes Filho no cenário brasileiro, o que fez com que assumisse também em 1989 a presidência da Comissão Política de Relações Trabalhistas da CBIC (CPRT). José Alves procurou incorporar os representantes de todos os Sinduscon do Brasil, incentivando-os a participarem e a criarem CPRT's Regionais. Contando com a boa estrutura existente na Câmara Brasileira da Indústria da Construção e a colaboração dos companheiros, conseguiu em pouco tempo fazer de uma entidade até então limitada nacionalmente, em uma comissão à altura da atuação abrangente da CBIC.

O dirigente de Goiás participava de todos os encontros do segmento, buscando entrosamento, colaboração e ideias novas para efetivar o trabalho da comissão. Esta, além de cumprir sua função de fornecer subsídios e proceder as negociações nas convenções, desenvolvia um amplo trabalho de colaboração com os sindicatos laborais, visando melhorar as condições dos empregados e do setor como uma totalidade. O trabalho de José Alves Fernandes Filho também o levou a ser eleito vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o mais alto posto que algum goiano havia chegado naquela entidade.

A década de 1980, na qual José Alves Fernandes Filho presidiu o Sinduscon, é considerada perdida pelos economistas. Mesmo assim, entre 1980 e 1988 a indústria goiana cresceu 33,6%, contra 9,6% da média nacional. Se lembrarmos que foi nessa década que o Estado perdeu parte do território para o Tocantins e o acidente com o Césio-137 em 1987, o número impressiona.

Mas nada disso importava para o setor da construção civil, que continuava trabalhando nas horas boas e ruins do país. Em períodos difíceis, a entidade até crescia e se fortalecia. Durante a gestão de José Alves, o Sinduscon promoveu um amplo levantamento e constatou a existência de cerca de 400 obras de porte em andamento, inclusive obras públicas, só na Capital. Como o crescimento foi sobretudo em termos habitacionais, provocou em pouco tempo a necessidade urgente de obras de infraestrutura. Para atender essa demanda, vieram mais uma vez grandes players de fora que, de modo geral, excluíram totalmente as pequenas e médias empresas goianas da participação nas obras maiores. Esses e outros fatores, como as consequências das políticas governamentais e as mudanças nos conceitos de administração, fizeram com que um número cada vez maior de empresários percebesse no sindicato um ponto de convergência e apoio na busca de soluções para os problemas comuns, levando o Sinduscon a crescer em número e importância.

Aproveitando a oportunidade, o Sinduscon incentivava de maneira constante as novas filiações e participava das principais discussões locais e nacionais do setor. Além de dotar o Sinduscon de uma estrutura própria e independente, José Alves buscou providenciar um fluxo de recurso para que, a médio e longo prazo, a entidade tivesse condições de se sustentar.

Foi a medida mais certa a ser tomada. Entrando na sua quarta década de vida, o Sinduscon atingiria relevância nacional e sentava-se na mesa de igual para igual com Estados mais desenvolvidos economicamente.



A sede própria do Sinduscon
SINDUSCON

CAPÍTULO 5

A NOVA SEDE E O PRESIDENTE DA CNI “FILHO” DO SINDUSCON-GO

Depois da profícua gestão de José Alves Fernandes Filho, o Sinduscon-GO foi dirigido a partir de 1989 por Paulo Afonso Ferreira. Ele ficou dois mandatos, até 1995. Engenheiro por formação, trouxe consigo uma considerável experiência em militância classista. Participou da diretoria da Associação Goiana de Empreiteiros (AGE) de 1979 a 1987, entidade pela qual seu antecessor já havia também passado. Ainda em 1987 foi eleito presidente da AGE até 1989, período de mudanças em que os construtores atravessaram uma fase crítica, exigindo habilidade do dirigente classista.

Chamado pelos companheiros que conheciam sua capacidade de trabalho e liderança, candidatou-se e foi eleito presidente do Sinduscon-GO. Assumiu determinado a executar objetivos bem definidos, partindo de realizações de seus antecessores, especialmente do último presidente, engenheiro José Alves Fernandes Filho, que desenvolveu um excelente trabalho de embasamento da entidade.

Para compor sua equipe convidou novos companheiros, com espírito associativo e disposição para lutar por mudanças, visando ampliar a atuação do sindicato. Como primeiro passo, promoveu a descentralização de tarefas e decisões, criando várias Comissões de Trabalho que, ao lado das diretorias, tiveram completa autonomia, liberdade de iniciativa e ação.

Em 1989 o Brasil vivia um período de insegurança política e econômica. A prepotência dos governantes sufocava os empresários e suas entidades. Sobre essa fase inicial, Paulo Afonso comentou: “O objetivo que busco até hoje é fazer com que a entidade seja cada vez mais forte, mais independente, para estar apta a tomar posições e desenvolver ações em defesa e em benefício do setor. Sei que isso se faz lentamente, superando obstáculos, cobrindo carências, num esforço contínuo”.

Naquela época vivia-se um momento em que as poucas grandes empresas exerciam uma força política grande, pressionando as ações do governo, tanto na política habitacional, quanto na de obras públicas. Por isso era essencial que as menores se aglutinassem para defender uma gestão mais coerente e justa para com todos os players do mercado. Defendia o presidente Paulo Afonso Ferreira: “Se, até então, os fatores determinantes do sucesso eram os relacionamentos políticos e o poder do lobby, atualmente está ocorrendo uma grande mudança. O único critério justo, e que deverá prevalecer, é o da competência. Esta mudança já acontece no Brasil. A própria sociedade, num regime democrático, é mais exigen-



te. Os cidadãos desenvolvem maior consciência de seus direitos e deveres. Principalmente de seus direitos, cobrando qualidade e eficiência dos que a servem.”

É justamente aí que a entidade deve desempenhar um papel fundamental: por meio da união e colaboração, viabilizar o progresso do conjunto, argumentava Paulo Afonso Ferreira. Procurando promover esta evolução, foram criadas as comissões e subcomissões do trabalho no Sinduscon-GO. Em seu discurso de posse, Paulo Afonso já dizia que o objetivo da construção devia ser “fazer a obra de melhor qualidade pelo menor preço, de modo que o cliente, seja público ou privado, fique extremamente satisfeito.”

Para alcançar esse objetivo deviam ser observados todos os itens que compõem as várias etapas da construção. Começando pelo material, verificou-se que quase todos estavam aquém das normas técnicas estipuladas pela Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Fazia-se necessário que os construtores exigissem a qualidade devida pelos fornecedores e divulgassem ao consumidor final o que ocorria. Com esse ideal em mente foi criada a Comissão de Materiais (Comat).

Para uma obra de qualidade pelo menor preço, é preciso um trabalhador competente. Foi planejado então um treinamento do colaborador. “Mas, quando fomos fazer a capacitação, ficamos alarmados: ele estava desnutrido e doente. Em uma obra pesquisada, encontramos mais de 60% dos operários com verminoses. Em outra, casos de hipertensão e visão deficiente. Como exigir competência dessas pessoas, muitas em situação de precariedade física e dificuldades incríveis para conseguir assistência? Seria difícil. Já existia uma semente lançada nacionalmente e constatamos que também precisávamos fazer alguma coisa pela saúde do nosso trabalhador e decidimos criar o Serviço Social da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Seconci)”.

A nova entidade foi fundada em Goiânia em 2 de julho de 1991, em uma ação conjunta do presidente do Sinduscon, Paulo Afonso Ferreira, e do diretor da Comissão de Política e Relações Trabalhistas (CPRT) do sindicato e ex-presidente, José Alves Fernandes Filho. A ideia de um serviço para auxiliar na saúde do servidor teve o apoio de empresários do segmento, determinados a implantar um serviço social para melhorar a qualidade de vida não apenas do trabalhador, mas, numa visão estendida, também à sua família, alcançando mais produtividade nas empresas como resultado final. Um trailer cedido pelo Sesi-GO para tratamento odontológico em canteiro de obras no Setor Bueno foi a primeira unidade de serviços do Seconci-GO.

O primeiro presidente foi Sérgio Aparecido Bonomi, que contou desde o início com o apoio importante do Sesi, que cedeu mais equipamentos odontológi-



cos, com a instalação de uma unidade fixa nos fundos da sede do Sinduscon, na Avenida Portugal, Setor Oeste. Para se firmar como entidade jurídica independente e ampliar seus serviços, o novo serviço foi instalado na Alameda das Rosas, Goiânia, em janeiro de 1992, em um imóvel onde dividia o aluguel e alguns serviços com a construtora Encol, na ocasião a maior contribuinte do Seconci e a maior empresa do segmento no país. Nesse local iniciou-se um serviço mais estruturado, que passou a contar, além de dentistas, com médicos, assistente social e profissionais administrativos.

Enquanto fazia sucessivas reuniões para viabilizar o Seconci, Paulo Afonso Ferreira também gerenciava para melhorar e aprofundar o relacionamento com o trabalhador. Para tanto foi criada a Comissão Política de Relações Trabalhistas (CPRT). Esta, além das negociações, promovia um amplo trabalho em benefício do colaborador, beneficiando, conseqüentemente, todo o setor.

Como a construção civil detinha um alto índice de acidentes de trabalho, era imprescindível mudar este quadro. Foi criada então a subcomissão de Segurança no Trabalho. Além de preservar a saúde e a integridade física, foi necessário promover maior integração do trabalhador como cidadão, ideal posto em prática por meio do programa Alfabetizar é Construir.

Outra área em que o setor sempre se defronta com dificuldades institucionais é a de relacionamento com os agentes financeiros. Para estudar e encaminhar soluções para esse problema foi criada a Comissão da Indústria Imobiliária (CII). Ela acompanha de perto os planejamentos e as ações daqueles agentes, trabalhando em conjunto com a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-GO).

No setor de obras públicas sempre existem questões por solucionar. Grande esforço deve ser desenvolvido para manter o diálogo com os governos em todos os níveis, defendendo os direitos dos construtores. Com esse objetivo foi criada a Comissão de Obras Públicas (COP), que faz um trabalho integrado com a AGE. Para encaminhar as questões da área jurídica, foi criada a Comissão de Legislação Tributária e Comercial (CLTC). Respaldados no trabalho desta comissão, o setor passou a questionar firmemente os desmandos da legislação em níveis nacional, estadual e municipal.

Carente de dados estatísticos, a construção tem muitas perguntas sem respostas. Mas deu um primeiro e largo passo com a criação da Comissão de Economia e Estatística (CEE), também na gestão Paulo Afonso Ferreira.

Essas comissões foram criadas seguindo o modelo da entidade-mãe, a CBIC. Isto facilitou o entrosamento e o desenvolvimento de atividades em conjunto. O resultado dos trabalhos realizados por toda essa equipe não seria reconhecido sem

a divulgação feita pela Diretoria de Comunicação. Foram criadas também as Diretorias Administrativa e Financeira, tendo à frente colaboradores que cumpriram importantes tarefas, especialmente nesta fase de reestruturação administrativa. Em seguida, para coroar todo o trabalho feito ao longo desses anos com as diretorias e comissões, foi criada a Comissão de Qualidade e Produtividade.

Paulo Afonso ressalta que “outro fato importante foi o progresso da participação de Goiás em nível nacional. Antes, quando chegávamos nas reuniões nacionais, não estávamos informados e não tínhamos o que mostrar. Mas, com a ascensão de José Alves Fernandes Filho à presidência da CPRT Nacional e com todo o trabalho dos companheiros do Sinduscon-GO, criamos um espaço na CBIC e no segmento em todo país. Somos chamados a participar, levamos propostas e discutimos nossos problemas.”

Antes do final da primeira gestão dessa Diretoria comandada por Paulo Afonso Ferreira, ficou evidente que a sede da Avenida Portugal, adquirida nos anos 1980, não comportava o crescimento das atividades do sindicato. Ela ficou pequena em um tempo muito mais curto do que a anterior, na Federação das Indústrias. Discutida a questão, decidiu-se pela construção de uma nova sede, embora não houvesse recursos. Seria solicitada a colaboração de quantos pudessem e quisessem ajudar.

Para executar a árdua missão de erguer um prédio à altura da entidade, de seus representados e sem recursos disponíveis, foi escolhido um colaborador dedicado ao sindicato desde 1982, o engenheiro José Rodrigues Peixoto Neto, à época vice-presidente do Sinduscon e presidente da Comissão de Economia e Estatística (CEE). Ele empenhou o máximo esforço por mais de três anos. Inicialmente, procurou entre os companheiros projetistas e conseguiu a doação dos projetos de arquitetura, fundação, estrutural e elétrico/telefônico. Feito isso, ao sindicato só coube pagar as aprovações junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás (Crea-GO) e à prefeitura de Goiânia.

A nova sede foi construída com esforço e apoio de entidades, empresas e profissionais vinculados ao setor. A mão de obra para execução das etapas de construção foi cedida por empresas, que colocaram a serviço da entidade um ou dois operários, sem ônus. Até o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) colaborou e, considerando a obra como mutirão, pediu o recolhimento de uma taxa mínima.

O engenheiro José Rodrigues Peixoto Neto, que tomou a frente do projeto, conseguiu que algumas empresas fizessem as etapas seguintes: instalação e fundações. Nesses serviços foram gastos seis meses e mais outros seis na elaboração da estrutura com três lages: subsolo, térreo e primeiro pavimento, na Rua João de Abreu, 427, Setor Oeste, Goiânia, uma área nobre na capital. Mais quatro



meses de persuasão e insistência junto aos fornecedores e ficou pronta a fase de fechamento de alvenarias. Doados também por empresas do setor elétrico todo material para conclusão das instalações elétricas e hidráulicas. Uma empresa que fazia estudos de argamassa para comercialização doou todo material para o revestimento, executado em cerca de três meses.

Contudo, o processo de construção teve percalços. A obra esteve interrompida por algum tempo, esperando pelas doações da cobertura e piso. Este, então, foi um desafio, já que estava impossível conseguir um doador para uma área tão grande. A solução foi usar da criatividade e partiu-se para a elaboração de um pavimento em concreto polido. Novamente houve doações de cimento, brita e areia. O polimento também foi facilitado pelo fornecedor de equipamentos. Concluído o piso, vieram as etapas de pintura e detalhes finais. Aqui também o Sinduscon enfrentou dificuldades e demorou bastante até que aparecessem quem se dispusesse a fornecer esses materiais. O que é compreensível, pois o Brasil em 1994 atravessava uma conjuntura econômica complicada e os associados estavam sob a pressão de dura crise financeira. Foi nessa fase que o sindicato teve que assumir alguns gastos, viabilizando a transferência para a nova sede, mesmo que algumas etapas da construção estivessem por concluir. Ou seja, a entidade praticamente invadiu a sede inacabada, dentro da estratégia de diminuir custos e terminar a obra no tempo mais curto possível.

O início dos anos 1990 foi conturbadíssimo e um período difícilíssimo, a começar pelo confisco de todo o dinheiro dos brasileiros que estavam em bancos, em março de 1990. O presidente recém-empossado, Fernando Collor, queria dar um “tiro de morte” na inflação mas quase matou a economia nacional. Dois anos depois, perderia o mandato e o vice-presidente, Itamar Franco, assumiria. Finalmente depois de mais de uma década de escalada de preços, surge o Plano Real em 1994, que dá estabilidade à economia e que elegeria o futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1993.

Em 1990, Iris Rezende, eleito mais uma vez, retorna ao governo do Estado, quando construiu mais de 1.555 quilômetros de rodovias asfaltadas. Estas totalizaram em todo Estado, segundo o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Goiás (Dergo), 6.547 quilômetros (construídos em 1961 e 1994) e mais de 1.574 quilômetros de vias e acessos urbanos.

O PIB de Goiás registrou em 1993 crescimento de 3,85% em comparação com 1992, que foi de -1,3%. Todos os setores da atividade econômica tiveram variações positivas. O industrial cresceu 3,7% em 1993, recuperando-se de um péssimo desempenho em 1992 (-11,27%). A construção teve incremento positivo

de incríveis 11,38%, em 1993, se descolando com folga das médias da maioria dos demais segmentos.

A capital continuava seu crescimento. Segundo o Censo Demográfico de 1991, Goiânia possuía naquele ano 913.485 habitantes. Cresceu proporcionalmente mais a população dos municípios vizinhos: Aparecida, 178.483 habitantes; Trindade, 54.072; e Senador Canedo, 23.905. A renda per capita do goiano, que havia decrescido nas décadas de 70 e 80, voltava a crescer. Em 1993 chegou a US\$ 3.193,00 por ano, quase 16% superior à obtida em 1992, que foi de US\$ 2.755,00.

Na prefeitura de Goiânia, Nion Albernaz, desta vez eleito por voto direto, empreendeu um importante programa de modernização administrativa, construiu a Marginal Botafogo e continuou o prolongamento da T-63. Como trabalho mais visível, destacou-se a urbanização e embelezamento da cidade pelo cuidado com praças e avenidas. Seu programa Trabalhando com as Mãos, de assistência a menores carentes e idosos, gerou repercussão internacional.

Em janeiro de 1993, assume a prefeitura da capital o professor Darci Accorsi, do PT, propondo uma administração voltada para o atendimento da população menos favorecida e com ampla participação popular. Um exemplo é o programa Goiânia Viva, envolvendo equipes dos órgãos municipais e levando assistência aos cidadãos e melhorias aos bairros periféricos. Em dezembro de 1994 entrou em vigor a nova legislação sobre o uso do solo no município, dando um pouco mais de segurança jurídica à construção.

É este fervilhar de notícias que Paulo Afonso Ferreira vive em seu segundo mandato como presidente do Sinduscon, de 1992 a 1995. Mesmo com o trauma da perda de mandato de Fernando Collor de Melo, em 1992, seu sucessor Itamar Franco conseguiu levar o Brasil a uma transição vitoriosa da economia, que já deu bons frutos a partir de julho de 1994, um período em que o real chegou a valer mais do que o dólar. E, mais importante, a inflação parecia, pelo menos momentaneamente, derrotada.

Para a segunda gestão, o principal objetivo era a estruturação interna da entidade. Foi contratada uma assessoria especializada para realizar esse trabalho. O primeiro passo foi pesquisar entre os empresários para conhecer suas expectativas com relação ao sindicato. Com base no resultado dessa pesquisa, foi traçada uma linha de ação, cujo objetivo era atender, da melhor maneira, o maior cliente: o associado. Paulo Afonso Ferreira ressalta, mais uma vez: “O Sinduscon-GO é a casa do construtor goiano. Quero que isso seja uma marca. Nosso objetivo é que todas as empresas se associem. E que o façam porque é útil e interessante para elas. Nosso associado deve ser conquistado pelos serviços que podemos oferecer. Na medida em que as empresas forem vendo a necessidade da competência, da



qualidade, vão se dar conta do quanto é importante associar. Existem atividades difíceis de realizar isoladamente”.

Paulo Afonso defende a integração e boa vontade que existe entre os vários órgãos relacionados à indústria do Estado: Fieg, Sesi, Senai e IEL. “Trabalhamos unidos, realizando iniciativas pioneiras e muitas vezes exemplares, sempre imbuídos do mesmo propósito: beneficiar empresários e trabalhadores do setor”.

Ele lembra que, durante sua gestão, Goiás participou ativamente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção. Com o licenciamento de José Alves Fernandes Filho, o presidente Paulo Afonso Ferreira passou a acumular a presidência da CPRT Nacional com a vice-presidência Regional do Centro-Oeste. Isso exigiu dedicação e sacrifícios pessoais “Participamos de fatos históricos, como a famosa Carta de Belo Horizonte, na qual os empresários do segmento denunciaram aquele processo de corrupção da Era Collor, bem antes do escândalo provocado pelas denúncias do seu irmão Pedro Collor. É um marco na mudança de comportamento do setor e manifesta a angústia dos empreiteiros”, relembra. Outro trabalho também histórico foi a nova Lei de Licitações, discutida exaustivamente por anos, entre os empresários do segmento.

Foi elaborado o Código de Ética da Construção, na divulgação e valorização das posturas corretas no mercado de trabalho. À época o Sinduscon-GO aproximou-se das universidades, tentando questionar o currículo dos cursos de Engenharia, aproximando-os da realidade goiana da construção. Outro projeto realizado foi o acolhimento das famílias dos associados dentro da entidade, além de abrir espaço para os jovens conhecerem e vivenciarem o sindicato, que mais tarde desaguaria na criação do Sinduscon Jovem.

Entretanto, sem dúvida, a maior conquista da gestão de Paulo Afonso Ferreira foi a entrega da nova sede do sindicato. Em 12 de maio de 1995 aconteceu a solenidade de inauguração do prédio. São 1600 metros quadrados de área, oferecendo condições físicas ideais para a instalação e bom funcionamento de toda a estrutura administrativa existente, e com possibilidade de ampliação futura. Em 2023, passados 28 anos da inauguração, o prédio ainda serve perfeitamente às atividades do sindicato.

Na ocasião da inauguração foram homenageados todos os colaboradores com placas alusivas afixadas no saguão principal, registrando para a história esta conquista proporcionada pelo espírito de união e solidariedade desses profissionais, entidades e empresários.

Sobre a sua gestão, Paulo Afonso Ferreira faz a seguinte análise: “Não quero ter a vaidade de colher todos os louros, minha vaidade é a distribuição desses louros. Cada um assume sua tarefa, com total liberdade de ação e colhe os resul-



tados. Todos nós ficamos orgulhosos com os bons resultados porque é o sucesso do Sinduscon-GO”.

A projeção que alcançou na entidade credenciou-o a assumir a Federação das Indústrias do Estado de Goiás cinco anos depois de ter dirigido o Sinduscon. Na Fieg, Paulo Afonso cumpriu a mandato de 2000-2002, em substituição ao então presidente José Aquino Porto, ele também oriundo do mercado da construção. Foi eleito para o triênio 2002-2005 e reeleito até 2010. Somados os dois, os representantes do segmento ficaram por mais de 40 anos na Federação das Indústrias. Mas não parou por aí.

Paulo Afonso Ferreira foi escolhido por unanimidade como presidente interino da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 28 de fevereiro de 2019. Na ocasião ele era vice-presidente executivo da entidade para a região Centro-Oeste e presidente do Conselho de Assuntos Legislativos (CAL). Obteve votação unânime dos 25 integrantes de Federações das Indústrias estaduais presentes na reunião do Conselho de Representantes.

Assumiu o posto fazendo uma defesa enfática da união da indústria brasileira em torno da agenda de reformas estruturantes, fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O executivo também destacou o papel do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) na preparação das empresas e do trabalhador para o futuro da indústria. “O Brasil precisa recuperar o caminho do crescimento da economia e da geração de empregos. A CNI continuará na defesa da agenda de competitividade do país, que inclui as reformas tributária e da Previdência, a redução da burocracia e a maior eficiência do Estado”, afirmou.

Com a presidência da CNI, Paulo Afonso se tornou o primeiro goiano a dirigir a entidade em toda a história. Foi como se também o Sinduscon-GO chegasse ao poder na mais alta esfera dos industriais brasileiros.



Seconci em 2010

REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS

CAPÍTULO 6

TEMPOS DE QUALIDADE COM O ISO 9000

Não seria trabalho simples dirigir o Sinduscon depois da administração de Paulo Afonso Ferreira. A tarefa coube a Mário Andrade Valois, formado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília (UnB), presidente por uma gestão, de 1995 a 1998. Assumiu a entidade já com um novo panorama para o setor. Foi o início de uma época de percalços diante das dificuldades da liberação de financiamento para a habitação, mesmo em tempo de estabilidade econômica. Valois sobre este período relata que o segmento não vivia mais a prosperidade dos anos anteriores. “Foi bom, mas não era o ideal”.

Sua gestão adotou como estratégia visitas pelos diversos sindicatos da indústria da construção em todo Brasil, estratégia já adotada por diretorias anteriores, incrementando e adquirindo conhecimentos, ao absorver os projetos de sucesso de outras entidades irmãs espalhadas pelo país. Com isso, o Sinduscon conseguiu melhorar seus procedimentos, se equiparando em nível nacional a outros congêneres.

Outro ponto essencial foi a aglutinação dos diversos setores da indústria da construção no sindicato, convergindo interesses e fomentando a discussão e mobilização para o benefício do setor. O esforço era no sentido de contemplar as diversas áreas do segmento dentro do Sinduscon para ampliar o atendimento às necessidades gerais. Além desta aglutinação interna, a gestão de Mário Andrade Valois fez uma união de esforços com diversas entidades e órgãos públicos importantes para a construção civil, tornando-as não apenas entidades com fins similares, mas parceiras na luta pelo setor.

Estes movimentos resultaram em reuniões semanais abertas à participação de todos, inclusive da comunidade em geral. Uma forma de ver as necessidades dos empresários e abrir o diálogo também para além dos limites da construção, abrangendo quem tivesse interesse em debater com o grupo, visando melhorias para Goiânia e para Goiás.

No primeiro ano da gestão de Mário Andrade Valois, em 1995, cerca de 90% da população goiana já era beneficiada pela energia elétrica. A potência instalada da Celg, concessionária de energia e a maior empresa do Estado, era de 456 mil KW. Dados de fevereiro de 1995, fornecidos pela Saneago, a concessionária de água e esgoto, informavam que na Grande Goiânia existiam 156.489 ligações de água, correspondendo a 975.581 pessoas atendidas; e 129.580 ligações de esgoto, o que correspondia a 856.284 beneficiadas. As telecomunicações também evoluíram. Em dezembro de 1994 Goiânia contava com 176.878 terminais instalados, serviços de telefonia celular e uma série de projetos em andamento para ampliação e modernização do sistema, atendendo Goiânia e o interior do Estado.



O mineiro natural de Uberlândia, Sarkis Nabi Curi seria o próximo presidente, no triênio 1998 a 2001. Formado em Engenharia Civil, atuava em Goiás como empresário do setor há mais de 20 anos naquela época. Ele lembra das dificuldades e as estratégias para enfrentar uma realidade nada favorável. “Em 1998 a construção vivia uma carência de financiamentos habitacionais, as empresas buscavam soluções por meio do autofinanciamento”, relata Sarkis Nabi Curi. Isso descapitalizava e endividava os players do mercado, além de vezes encarecer para o consumidor final, que poderia conseguir financiamentos mais baratos em grandes instituições financeiras caso houvessem linhas de crédito.

A maneira encontrada para enfrentar a escassez de recursos para habitação foi incluir na empresa o papel que era dos bancos. Dessa forma, além de construir o empresário também financiava o empreendimento, não sem extrema dificuldade e risco.

Para Sarkis Nabi Curi, a presidência do Sinduscon significou uma verdadeira escola, mas não tranquila. “Foi dolorido porque tivemos que criar dentro da empresa situações que até então nunca tínhamos passado”. Esta realidade tornava a execução das obras um processo mais longo e demorado. No setor de edificações públicas a situação também não era a mais oportuna, pois havia dificuldade em receber pelas obras. Além disso, a burocracia e os jogos políticos atrasavam os trâmites legais e os pagamentos acabavam sempre adiados.

Dentro deste cenário turbulento e inseguro, a gestão de Sarkis Nabi Curi teve como objetivo e desafio programar a qualidade e produtividade por meio da norma ISO 9000. Curi usa o termo “tabu” para definir o que se passava entre os empresários: “Entendia-se ser difícil aplicar um sistema de padronização internacional numa indústria que é andante”. Sua gestão teve, dentro desta realidade, com o esforço de todo o sindicato, o mérito de conseguir número recorde de empresas certificadas pela norma ISO 9000.

Além deste esforço pela qualidade e produtividade, a gestão de Sarkis Nabi Curi foi marcada por projetos voltados aos trabalhadores nos canteiros de obras e à participação política do sindicato. Sobre o setor da indústria da construção civil, Sarkis Nabi Curi resume: “O que fizemos parece pouco, mas é muito. Devemos continuar, não parar, jamais parar. Cada nova gestão que entra no Sinduscon dá continuidade no trabalho desencadeado e essa soma de pensamentos e ações fez com que o segmento tenha uma qualidade melhor. Nossas obras dão gosto de ser visitadas”, conclui o presidente.

O Seconci demonstrava no final da década de 1990 que a aposta de Paulo Afonso Ferreira e sua diretoria foram certas, Com o crescimento da atividade de construção e o surgimento de novas demandas de medicina ocupacional, a ins-



tuição cresceu, sendo forçada a ampliar seu espaço físico. Em 1998, quando era seu presidente Eduardo Bilemjian Filho, foi adquirida a sede própria do Seconci no Jardim América, o que possibilitou um salto de qualidade no conforto dos públicos interno e externo e a ampliação da oferta de serviços.

O Sinduscon, forte e atuante, estava pronto para o novo milênio.





Governador Marconi Perillo no Enic de 2003
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS

CAPÍTULO 7

ANOS DE MUITO TRABALHO

Depois de ter trabalhado incansavelmente para dotar o Sinduscon-GO de sua sede própria, chegou a vez de José Rodrigues Peixoto dirigir a entidade. Atuante e de múltiplas funções, empresário do setor hoteleiro e da construção civil, foi ex-presidente da Cooperativa de Crédito do Setor Rural, membro da Cooperativa de Crédito da Construção Civil (Engecred), e membro fundador da Cooperativa da Construção Civil em Goiás (Coopercon-GO).

Utilizou o mandato para direcionar a gestão para a qualidade e iniciativas de responsabilidade social. Foram três anos de trabalho como presidente, de 2001 a 2004. Assumi em uma conjuntura econômica complexa para a construção e para os empresários do ramo. Realidade marcada pelo travamento de recursos pelo Banco Central, faltando, então, dinheiro no mercado para o financiamento das obras. Nada muito diferente da presidência de Sarkis Nabi Curi. Para piorar, o segmento não obtinha capital de giro suficiente para seus empreendimentos.

Essas dificuldades serviram para a união dos empresários e das entidades afins, que lutaram por uma política mais justa. Preocupado com o rumo do setor em Goiás, José Rodrigues Peixoto adotou diferentes frentes de posicionamento do sindicato visando o social e a reestruturação.

Colocou em ação projetos de responsabilidade social, iniciativa pioneira naquela época. “Acredita-se que responsabilidade social é só dar dinheiro aos mais necessitados, mas é bem mais do que isso. É cuidar da saúde, da educação, do entretenimento e da higiene”. Com esse ideal, os projetos na área foram pensados para atender o máximo possível às demandas da construção. Por um lado propiciava a educação dos trabalhadores nos canteiros de obras e por outro a segregação e direcionamento correto dos resíduos sólidos. Desta forma, José Rodrigues Peixoto continuava o trabalho das gestões anteriores (iniciada com o ex-presidente Paulo Afonso Ferreira) de melhor qualificar o colaborador.

Com uma orientação para a qualidade de vida dos trabalhadores e a consequência disso no rendimento das obras, implantou projeto de educação e bem-estar dos servidores nos canteiro de obra. Em parceria com o Sesi e Senai, foram duas ações voltadas especificamente para o trabalhador: escola de alfabetização no período da tarde e ginástica laboral pela manhã.

Pensando na sustentabilidade das obras, a gestão de José Rodrigues Peixoto foi responsável pela criação de uma cartilha com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Canteiros de Obras. A publicação teve como objetivo apresentar as principais diretrizes para as construtoras na implantação de projetos de gerenciamento de resíduos em seus canteiros, e foi elaborado em parceria



com outras entidades, empresas do setor e instituições acadêmicas. “Com isso partimos para um segundo plano, de classificar as companhias de engenharia a obterem a certificação de ISO 9000, e conscientizá-las a fazerem a segregação dos resíduos nos canteiros de obras”.

O trabalho de certificação realizado conseguiu um alcance considerável, com mais de 80 players da construção civil na ISO 9000. Naquela época, Goiás possuía mais classificadas na certificação, proporcionalmente, do que São Paulo, o maior Estado brasileiro.

Pensando na reestruturação do setor, sua gestão atuou em prol da aglutinação dos empresários do setor, por meio do Projeto Via Sacra. Era necessário realizar um trabalho de base que aglutinasse os players de mercado e os trouxesse para o convívio da entidade. Peixoto define este projeto de maneira simples e contundente: “Se as empresas não podem vir ao Sinduscon, o sindicato vai até elas”. Com isso, mais de 60 empresas foram visitadas durante sua gestão, com o intuito de promover mais aproximação entre as partes.

O presidente José Rodrigues Peixoto trabalhou para a realização em 2003, do 75º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), com o tema “Construção: Desenvolvimento do País”, numa promoção da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e realização do Sinduscon-GO. Foi a segunda vez que a entidade sediou o mais importante encontro do segmento no Brasil.

Realizado de 5 a 7 de novembro de 2003, reuniu 900 representantes do setor, além de políticos e outras autoridades, registrando o maior número de participantes na história do evento até então. Além do debate de temas de interesse não somente do setor, mas de toda a sociedade, aconteceu paralelamente a Feira da Construção, com 35 expositores, entre fornecedores, fabricantes, entidades de classe e prestadores de serviço. Por meio de quatro painéis, os construtores, juntamente com autoridades e palestrantes, trataram de política, economia, legislação e aspectos sociais, objetivando promover um intercâmbio de ideias e gerar o aprimoramento técnico e científico do processo construtivo.

A questão da moradia foi destaque devido ao crescente déficit habitacional do Brasil que já naquela época passava dos 6,6 milhões de novas unidades. Um dos pontos máximos do 75º Enic centrou-se na discussão sobre qual projeto que a construção enviaria ao então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. O presidente da CBIC, Paulo Safady Simão, explicou na ocasião que o programa “Construindo o Brasil”, com apoio de toda a cadeia produtiva, visava zerar o déficit de moradia no Brasil num prazo de 20 anos, com a construção de 608 mil habitações/ano, o que exigiria a aplicação de R\$ 10,5 bilhões/ano. O projeto foi finalizado durante o encontro e, posteriormente, enviado à presidência da Re-



pública. José Rodrigues Peixoto Neto destaca que “as diretrizes sugeridas nesse programa contribuíram de forma efetiva para o boom que o mercado imobiliário brasileiro veria no futuro próximo”.

O início do terceiro milênio no Brasil realmente apontava para um período de prosperidade. O presidente Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial a Luis Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, com a garantia de que o vitorioso das eleições de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT), continuaria com a política monetária tradicional e moderada, sem rupturas.

De maneira geral, a primeira passagem de Lula pela presidência beneficiou a construção civil porque a economia foi bem, o que levou à sua reeleição em 2006, mandato que durou de 2007 a 2010. Durante esse período o PIB cresceu em média 4% ao ano, em uma economia fortemente calçada no consumo interno. Foram criados cerca de 10 milhões de empregos formais, além do crescimento da classe C, que esteve diretamente ligado com o aumento do salário-mínimo no período em cerca de 60%.

No governo de Goiás, Marconi Perillo esteve no comando entre 1º de janeiro de 1999 a 31 de março de 2006, em dois mandatos. Destaque para a reforma administrativa que criou o modelo de agências na administração estadual (Agehag, Agetop, AGR, Aganp, Agetur, Agepel, Fomento). Repercutiu nacionalmente o Vapt Vupt, Cheque Moradia, Bolsa Universitária e Renda Cidadã.

Implantado em 1999, por meio de consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o sistema de agências possibilitou a redução drástica da burocracia estatal e a qualificação do programa de investimentos. Governadores de vários Estados visitaram Goiás na época para conhecer a experiência do Vapt Vupt, cuja filosofia foi de concentrar, num só local, todos os serviços públicos, de forma ágil e eficiente, e que persiste em 2023.

Assim que assumiu o governo pela primeira vez, Marconi lançou a ideia de estrutura um cadastro único de beneficiários dos programas sociais. A iniciativa também teve repercussão nacional. Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso baixou o decreto, nº 3.877 de 24 de julho, que instituiu o cadastro único para os programas sociais do Governo Federal. Ainda em 2001, FHC criou um grupo de trabalho com a finalidade de estruturar o cadastramento único para os programas sociais do Governo Federal.

No segundo mandato de Marconi, que iniciou-se em 2003, a Renda Cidadã lançada no mandato anterior, inspirou a criação do programa federal Bolsa Família. O então presidente Luis Inácio Lula da Silva criou o Bolsa Família Única, posteriormente chamado de Bolsa Família, inspirado no experiência de Goiás, fato que ele reconheceu publicamente em uma de suas aparições públicas.



No período destacaram-se também a Bolsa Universitária, maior experiência que se viu no país de acesso a estudantes carentes ao ensino superior, o Restaurante Cidadão, além de obras gigantescas no campo da infraestrutura: o Sistema Produtor Mauro Borges, que garantiu água tratada para Goiânia e Região Metropolitana de Goiânia por mais 50 anos e o Programa de Restauração de Rodovias Governo de Goiás/BID.

Marconi Perillo também criou o Salário Escola, que ajudava na transferência de renda para famílias que mantivessem os filhos no ensino fundamental. Em 2004, inspirado no programa Bolsa Universitária, lançado por Marconi, o presidente Lula criou o Programa Universidade para Todos, que tinha por objetivo permitir o acesso de jovens de baixa renda à educação superior, por meio da concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais. Foi substituído por Alcides Rodrigues, de 2006 a 2010.

Em Goiânia, o comando estava com o PT, já que Pedro Wilson Guimarães esteve no Executivo municipal de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004. Dentre as obras de destaque da administração estão a extensão da Marginal Botafogo, a construção da Avenida Leste-Oeste e a estruturação do Corredor Capim Puba, com aproximadamente três quilômetros, o que facilitou o acesso da região Norte aos setores Aeroporto, Oeste, Coimbra e outros.

Foi substituído pelo ex-governador Iris Rezende Machado, de 2005 a 2009, que asfaltou vários bairros da capital, pavimentando mais de mil quilômetros de novas vias. Como destaque de sua gestão, houve a inauguração do Viaduto Latif Sebba, na Praça do Ratinho, obra que se tornou ponto turístico pelo monumento criado sobre o viaduto, denominado Os Três Marcos. Em 2008 o prefeito inaugurou o Parque Falmboyant, reformou o Bosque dos Buritis e iniciou as obras de construção do viaduto na Praça Simão Carneiro (Praça do Chafariz).

Voltando ao Sinduscon-GO, José Rodrigues Peixoto, no final de sua gestão, implantou ainda a certificação das normas ISO 9001/2000, dotando o sindicato de eficácia nos processos, promovendo a satisfação de associados e filiados, garantindo a melhoria contínua dos serviços prestados. Em 2007 ele foi homenageado pelos 25 anos dedicados ao Sinduscon, com papel decisivo na idealização e construção da sede própria da entidade.

José Rodrigues Peixoto deu lugar a Joviano Teixeira Jardim, natural de Goianira, engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Goiás e empresário. Sobre sua gestão no triênio de 2004 a 2007, ele resume dessa maneira: “Assim como nas gestões anteriores, a de 2004-2007 trabalhou visando o engrandecimento do Sinduscon-GO no Estado, o reconhecimento e o desenvolvimento do setor em nosso país”.



Joviano Teixeira Jardim desde 1979 participava da administração e teve papel decisivo nas outras gestões. Como colaborador atuante, participou dos debates e reuniões na defesa dos interesses do segmento, sendo, portanto, profundo conhecedor dos temas que o afligiam. Sua gestão foi permeada pelas naturais dificuldades e mudanças na conjuntura econômica brasileira. Mesmo em um governo de economia estável e em crescimento, os anos 2004 e 2005 significaram desafio para os empresários da construção, que continuavam a sofrer com os baixos índices de financiamento no mercado. Havia exigências enormes para a liberação do crédito, problema que se arrastava nos últimos anos. Esta dificuldade atrapalhava os empreendimentos e causava desconforto no setor.

A partir de 2006 o cenário começa a se modificar, apesar de não haver muitas obras públicas, sempre grandes empregadoras de mão de obra e que auxiliam na prosperidade do segmento. O crédito começou a ser facilitado e deu início a uma realidade de explosão do setor habitacional. Havia na gestão de Joviano Teixeira Jardim o compromisso prioritário do ponto de vista dos processos internos, com significativas melhorias visando o aprimoramento dos serviços prestados aos associados por meio de cursos e treinamentos. O presidente resume o alinhamento de seus três anos de gestão da seguinte forma: “O direcionamento foi o de uma administração interna bem acordada, ajustada”.

Para isso, empenhou-se em melhorar o comportamento interno, dando suporte aos funcionários, desenvolvendo a melhoria do clima organizacional, a criação do Plano de Cargos e Salários e do Plano de Avaliação de Desempenho. Também implantou um gerenciador financeiro informatizado de cadastro e desenvolveu o novo site do Sinduscon, com administração própria. Criou o Programa Cartão Afinidade, que culminou na recertificação pelo Instituto de Certificação Qualidade (ICQ Brasil), no Sistema Gestão da Qualidade ISO 9001/2000.

Mesmo que tenha se voltado para o aspecto interno da instituição, a direção de Joviano não deixou de lado outras preocupações, mantendo o diálogo com o setor público, participando ativamente da elaboração do Plano Diretor de Goiânia em conjunto com outras entidades.

O Sinduscon havia se tornado, então, forte no seu segmento e uma voz a ser ouvida pelos entes públicos de todas as esferas e pela sociedade civil organizada.



Seminário Um Diálogo Necessário, com dois presidentes, Eduardo Bilemjian Filho (quarto a partir da esquerda) e Roberto Elias Fernandes (quinto a partir da esquerda)
REPRODUÇÃO

CAPÍTULO 8

VIVENDO TEMPOS BONS NA ECONOMIA

O próximo presidente, Roberto Elias de Fernandes, tomou posse em agosto de 2007. Participava do Sinduscon-GO desde 1995, primeiro como diretor-adjunto da Comissão de Materiais (Comat), depois como titular, logo após como realizador do 75º Enic, e em seguida vice-presidente na gestão de Joviano Jardim. Seu lema foi reunir esforços e iniciativas que priorizassem a qualidade nas obras, visando também saúde e segurança para os trabalhadores.

A gestão não se limitou a uma discussão econômica com os empresários e implantou iniciativas que democratizaram e ampliaram o debate para as diferentes esferas da sociedade, ação que já executada em administrações anteriores e expandiram o prestígio da instituição em Goiás.

A gestão de Roberto Elias teve início em uma conjuntura de economia próspera. A indústria passava por um novo patamar de crescimento sustentável após anos de estagnação. A união de fatores como estabilidade econômica, aumento da renda e expansão do crédito sustentavam o crescimento da construção civil, que fechou 2007 com o melhor desempenho desde 1986, época do Plano Cruzado. Só em Goiânia o aumento foi de aproximadamente 10%.

Dentro deste panorama, a gestão se empenhou na busca de novos resultados e soluções, inclusive por meio de parceiras da iniciativa privada com o setor público. Uma das ações práticas foi a criação do Fórum de Engenharia Goiana, em 29 de novembro de 2007. A ideia era promover mais proximidade, integração e defesa dos interesses da indústria da construção e da engenharia a partir da interação das entidades do ramo, reunindo o Sinduscon- GO, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás (Crea-GO), Sindicato dos Engenheiros do Estado de Goiás (Senge-GO), Associação Goiana das Empresas de Engenharia (AGE), Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO), Clube de Engenharia de Goiás e Cooperativa de Crédito Mútuo dos Engenheiros e Arquitetos das Micro-Regiões de Goiânia e Anápolis (Sicoob-Engecred).

O fórum discutia as possíveis intervenções e apresentava sugestões para a adoção de políticas públicas e projetos de melhorias urbanas na capital e no Estado, com ênfase no uso do solo, transporte urbano, trânsito e infraestrutura. Atentou-se também ao cumprimento do cronograma definido para pagamentos das obras públicas já contratadas e a vinculação dos novos contratos a recursos pré-estabelecidos.



A diretoria de Roberto Elias deu especial atenção à questão da sustentabilidade, orientando os empresários no cuidado que se deve dar aos resíduos sólidos, bem como a destinação deste material, por meio de ações que visaram a sustentabilidade do empreendimento, tarefa também a que outros presidentes se debruçaram anteriormente. Essa preocupação originou o Manual de Construção Sustentável, lançado em novembro de 2007 com o objetivo de disponibilizar e difundir informações sobre boas práticas para planejar e construir, observando métodos construtivos de baixo impacto sócio-ambiental (reutilização da água pluvial, correta destinação dos resíduos, aproveitamento da energia solar, etc.).

Naquele início de gestão, Roberto Elias se posicionou contra o aumento abusivo do preço do cimento, procurando mobilizar os empresários e entidades. Esse episódio dinamizou ainda mais as ações da Cooperativa da Construção Civil do Estado de Goiás (Coopercon-GO), criada em 2007 para fortalecer as empresas com o aumento do poder de negociação, proporcionando economia de escala.

Em 2007 foi também criado o Dia Nacional da Construção Social, que aconteceu simultaneamente em 16 localidades de 15 estados brasileiros em um sábado, 11 de agosto, registrando um total de 104.194 atendimentos. Em Goiás, o trabalho foi promovido pelo Sinduscon-GO, na sede do Sesi de Aparecida, com 2.826 atendimentos e 1.554 visitantes, de 8h às 13h. Baseado no conceito de construção social e seus pilares (saúde, lazer e cidadania), foi um marco nas ações de responsabilidade social do setor na região metropolitana de Goiânia. Até o final da gestão, mais duas edições seriam realizadas.

Já o Dia Solidário da Construção também incentivou o voluntariado da Grande Goiânia, envolvendo cerca de 300 pessoas, entre colaboradores, funcionários, parceiros, representantes dos trabalhadores e os próprios empresários. Os serviços prestados gratuitamente incluíram a retirada de documentos, exames médicos e atividades de esporte e lazer. Os visitantes tiveram acesso a palestras educativas, exames oftalmológicos, consultas com dentistas, corte de cabelo e informações sobre DST/AIDS, dentre outras atividades.

Buscando a melhoria dos padrões de qualidade nasceu o Manual de Referência para Padronização de Projetos em CAD/MRPP-CAD, lançado no dia 14 de agosto de 2007, na sede do Crea-GO. O manual resultou de estudo realizado pelo Grupo Técnico de Trabalho formado por profissionais de projetos e suas entidades representativas, reunidos no GP da Qualidade (Grupo Propagador da Qualidade do Sinduscon-GO).

Com o cenário de crescimento e aumento de demanda, o sindicato se confrontou com outro grande problema estrutural: a necessidade de qualificação da mão de obra. Esta questão foi pauta constante na mídia goiana, que questionou a



capacidade de crescimento do segmento no Estado, sugerindo um possível “apagação da mão de obra”. A resposta da instituição se concentrou na articulação com outras entidades, buscando a formação cada vez mais capacitada para suprir as necessidades das empresas.

Em parceria com o Senai Goiás foram articuladas estratégias para aumentar o número de trabalhadores da construção civil com acesso à alfabetização, formação e qualificação, tentando novas e criativas formas de atrair as pessoas para os cursos, por meio da ajuda e de contatos com lideranças de bairros e religiosas, além de ministrar cursos nas próprias obras. O Senai passou a oferecer novos cursos de aprendizagem, adaptando sua programação de atividades de educação profissional à demanda do setor.

Para agilizar a aprovação de projetos, o Sinduscon-GO instituiu, em parceria com a Caixa Econômica Federal, um serviço de atendimento na sede do sindicato às construtoras e demais interessadas em esclarecer dúvidas nas áreas jurídica, financeira e técnica de projetos e financiamentos. Participou da Aprovnet, sistema de computador desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento e entidades do setor, para consultas via internet à legislação urbanística, aos serviços do uso do solo digital, análise de projetos de arquitetura e engenharia, dentre outros.

Roberto Elias apresentou um dossiê à prefeitura de Goiânia propondo que as intervenções urbanas previstas para o trânsito fossem emblemáticas, transformando-se, assim, em marcos atrativos para a cidade, com ênfase em pontes, viadutos e passarelas. Propôs a informatização dos semáforos e uma sinalização mais efetiva nas ruas centrais e bairros periféricos.

Entre as principais conquistas da diretoria na gestão 2007 a 2010, Roberto Elias enumera o desafio dos preparativos para a comemoração dos 60 anos do Sinduscon-GO, ocasião em que foi publicada a primeira versão deste livro e que serviu de espinha dorsal para este novo trabalho. No campo da tecnologia, apoiou o Projeto de inovação Tecnológica (PiT) na construção e realizou três edições do concurso Falcão Bauer.

Em 30 de junho de 2010 lançou o Anuário da Indústria da Construção do Estado de Goiás, que serviu de referência para o segmento. Na área habitacional, abraçou os programas Minha Casa, Minha Vida e Moradia Digna, além do Programa Estadual de Moradia, acompanhando ainda as discussões para a elaboração dos Planos Municipal e Estadual de Habitação de Interesse Social.

Diversas outras ações foram empreendidas vitoriosamente pela diretoria, inclusive na presidência do conselho Temático de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), no Conselho de Infraestrutura da Confede-



ração Nacional da Indústria (CNI) e na vice-presidência da Câmara Brasileira da Indústria da Construção para a região Centro-Oeste.

Foi durante a gestão de Roberto Elias que o Seconci atingiu sua maioria, 18 anos, em Goiás. A aposta se mostrou certa, pois naquela época o serviço contava com cerca de 200 empresas associadas e tendo como uma de suas principais funções levar benefícios sociais para trabalhadores e seus familiares, como serviços médicos e odontológicos. Como última realização, Roberto Elias criou a revista impressa Construir Mais, que por alguns anos registrou e divulgou todas as ações do setor da construção em Goiás.

Nesse clima de realizações e bons ventos soprando na economia, tomou posse Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro, da Construtora Santa Maria, para o mandato 2010 a 2013, em 27 de agosto. No dia de sua posse ele já cobrava em entrevista ao jornal O Popular, mais infraestrutura para o setor, melhoria na gestão pública quanto ao segmento e reforço na qualificação profissional. Com o crescimento da construção em todo o país, o novo presidente queria contribuir para um debate mais profundo: não adiantava crescer sem ter bons profissionais e serviços básicos, como esgoto, água, asfalto e energia de qualidade.

Segundo ele, o Estado passava por uma industrialização acelerada, que não era acompanhada pelo crescimento correspondente da infraestrutura, causando distorções nos sistemas de transportes, suprimento de energia, saneamento, habitação e armazenamento. O descompasso entre investimentos na produção e na infraestrutura provocava reduções de produtividade das indústrias com aumento de preços, perda de competitividade e incertezas para a continuidade do desenvolvimento. “Goiás hoje é carente de ligações ferroviárias que integrem o seu território aos principais portos do país. As rodovias disponíveis são insuficientes e de baixa qualidade e estão em estado de conservação precário. O transporte hidroviário é quase inexistente e o principal aeroporto encontra-se com sua capacidade saturada”, relatava.

Segundo defendia, era preciso priorizar soluções para esses e outros importantes gargalos na estrutura produtiva goiana, buscando parceria entre governo e iniciativa privada para garantir que o crescimento econômico acontecesse de forma sustentável e beneficiando a população de forma geral, não se limitando apenas aos que investem ou trabalham diretamente na indústria. Na opinião do presidente Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro, o aquecimento do mercado de trabalho com o respectivo aumento na geração de oportunidades para os trabalhadores agravava a dificuldade das empresas no sentido de desenvolver e reter talentos.

Ele tinha razão. Verificou-se, em 2010, expansão superior a 10% sobre o ano anterior, com crescimento substancial da presença da cadeia da construção na



composição da riqueza nacional. Conforme o IBGE, o Produto Interno Bruto setorial correspondeu a 11% do PIB brasileiro. A importância do setor para a economia podia ser aferida pelos mais de 10 milhões de postos de trabalho gerados pelo segmento (contabilizando empregos formais e informais) e o volume de investimentos, da ordem de R\$ 250 bilhões, movimentados em 2010.

Somente naquele ano o Sinduscon-GO realizou mais de 50 eventos empresariais, entre seminários, palestras e fóruns, além de tantos outros ministrados em parceria com entidades. De 9 a 11 de novembro, sediou evento promovido pela Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivos e Inspeção (Abendi), para debater e compartilhar conhecimentos sobre a importância dos Ensaio Não Destrutivos na construção, os quais permitem a inspeção de elementos estruturais sem danificá-los.

Em setembro foi promovido ciclo de palestras pelo Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção em Goiás (CPR), coordenado pelo Sinduscon. A programação foi direcionada para mestres-de-obras, encarregados, almoxarifes, apontadores, operadores de máquinas, técnicos em segurança do trabalho e outros profissionais do segmento, com o objetivo de que os mesmos se tornassem multiplicadores da cultura de prevenção de acidentes e preservação da vida.

No XIV Seminário Saúde e Segurança do Trabalho, no Senai Vila Canaã, foram ministrados os cursos de Segurança em Elevadores de Obras e Toxicologia Ocupacional, além de palestras sobre Instalações Elétricas Provisórias, e Segurança e Saúde no Transporte de Material e Pessoas em Elevadores de Obras. Dentro da programação também foi realizado o XVI Encontro de Mestres de Obras, atraindo mais de uma centena de pessoas.

No dia 23 de setembro o ex-proprietário da Encol, engenheiro Pedro Paulo de Souza, um antigo colaborador do sindicato, apresentou a palestra “Situação Econômica Atual – Riscos e Perspectivas”, a um atento grupo de mais de 60 empresários, reunidos na sede do Sinduscon-GO. Pedro Paulo contou um pouco sobre sua história, as dificuldades que o fizeram se esforçar para conseguir chegar aonde chegou: ter a maior construtora da América Latina que no auge de suas atividades, antes da falência, empregou cerca de 23 mil pessoas e teve mais de 42 mil clientes.

Mais de 80 profissionais da área prestigiaram o VII Encontro de Técnicos de Segurança do Trabalho realizado dia 25 de novembro, no Sinduscon-GO. Em 18 de novembro, a Caixa Econômica Federal realizou em sua sede, em Goiânia, o Encontro Caixa e Construção Civil – Desafios da Sustentabilidade, promovido em parceria com o Sinduscon-GO e Ademi.



Em 2011, Justo de Oliveira D’Abreu Cordeiro voltava a fazer novo alerta, explicando o aumento da demanda no setor e a dificuldade de encontrar profissionais qualificados. Em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, ele explicava: “Estamos vivendo, atualmente, na construção civil, a maior demanda de oferta e procura. Precisamos de profissionais qualificados. Eles necessitam de instrução teórica, é difícil colocar pessoas nas salas de aula para tratar de construção civil”.

Naquele ano, o sindicato representava 4.150 empresas e, em parceria com o Instituto Goiano de Direito do Trabalho, promoveu curso sobre legislação trabalhista aplicada, com aulas todas as segundas-feiras, entre 19 e 22 horas, na sede da Avenida João de Abreu, em Goiânia. Organizada pela Comunidade da Construção de Goiânia e pelo ICQ Brasil, o Sinduscon-GO ainda realizou em agosto a segunda edição do Encontro sobre Construção e Sustentabilidade (Ecos). O tema central foi a aplicação de práticas sustentáveis como estratégia de negócio no segmento.

Num diagnóstico preparado em 2011 pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento do Senai Goiás, a construção era o setor da indústria que mais acomodava trabalhadores com baixa instrução. Até 2009, pouco mais de 46% dos empregados nos canteiros de obras eram analfabetos (1,4% do total) ou não tinham concluído o ensino fundamental (44,6%), relação que superava a média registrada pela indústria como um todo. Somadas, as empresas de transformação, de extração mineral e da construção registravam 29,4% dos empregados nessas mesmas condições. Segundo ainda o estudo do Senai, a construção tinha de capacitar, por ano, em média o equivalente a 11,7% de seu estoque de trabalhadores, tomando 2009 como base, o que significa treinar e qualificar 7.580 pessoas anualmente entre 2009 e 2014. Em seis anos, a demanda por capacitação corresponderia a 45.480, ao redor de 70% do número total de empregados no setor até 2009. Um desafio e tanto, reconhecia Justo Oliveira d’Abreu Cordeiro. “As empresas têm travado uma verdadeira guerra para conseguir contratar funcionários qualificados. Algumas construtoras estão importando pessoal de outros Estados, como o Maranhão, por exemplo, mas não acredito que esta seja a solução”, afirmava.

De olho na qualificação, o sindicato atuava em outras áreas. Ainda em 2011 reuniu-se com o então superintendente regional Sul de Goiás da Caixa Econômica Federal, Moacyr do Espírito Santo, para discutir as novas regras para financiamentos contratados pelo programa Minha Casa Minha Vida. Em 18 de outubro, junto com a Associação Goiana das Empresas de Engenharia (AGE) realizou o Encontro Empresarial que debateu o tema Obras Públicas – Qualidade na Execução Técnica dos Orçamentos e Projetos.



Em 2012, promoveu intensa mobilização para qualificar a mão de obra, com a realização de campanhas em rádio, televisão, jornais e revistas, numa ação conjunta com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ade-mi-GO), e de cursos de qualificação em parceria com o Senai Goiás, destinados à capacitação. Chamada de Campanha de Valorização da Mão de obra da Construção Civil, tinha o slogan Construção Civil – Aqui Tem Trabalho, Aqui tem Futuro. O objetivo foi divulgar vantagens e benefícios para quem buscava oportunidade de emprego.

Também participou de um amplo movimento nacional para estabelecer preços mais próximos da realidade do mercado para as obras públicas, com adoção de planilhas adequadas às características de cada região e o tamanho das obras, evitando a paralisação de projetos e o superfaturamento. Fechou contrato com a empresa Curriculum, para o cadastramento on-line de candidatos a uma vaga no setor. Inaugurou a nova sede do Serviço Social da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Seconci-GO) em fevereiro, com participação do vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins.

O sindicato sediou dia 21 de junho, o lançamento do Manual de Procedimentos para Implantação de Segurança e Saúde do Trabalho em Pequenas Obras. Idealizado pela entidade e elaborado em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-GO), com apoio da Fieg, Prefeitura de Goiânia e de órgãos de classe do setor, trazia informações sobre a legislação e os procedimentos nas áreas de saúde e segurança do trabalho que devem ser observados pelos construtores e proprietários de pequenas obras.

Ao concluir seu mandato, o presidente Justo Oliveira D’Abreu Cordeiro apostava alto no ano de 2013. Para ele, Goiânia desempenharia papel destacado. No interior, afirmava que o impulso maior viria do Sudoeste do Estado, principalmente da região de Rio Verde.

Previsões que, como mostrou o tempo, eram acertadas.





Em 2017, Marconi Perillo, Carlos Alberto Moura, o diretor da Toctao, Alan Menezes, a secretária de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves; e o presidente da CBIC, José Carlos Martins
A REDACAO

CAPÍTULO 9

FIM DA BONANÇA E A ADMINISTRAÇÃO SOLIDÁRIA NO SINDICATO

Nada é para sempre, ainda mais na economia com seus movimentos cíclicos. Na vida, não há bem que dure para sempre e nem mal que nunca acabe, diz a sabedoria popular. A bonança dos últimos anos estava com os dias contados.

O novo presidente, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, gestão 2013-2017, assumiu nessa fase de transição de dias bons para um período extremamente turbado da economia nacional. Em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil, a presidente era Dilma Roussef, no terceiro ano de seu mandato. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3%, a inflação ficou abaixo do teto e o desemprego também diminuiu: 7,4% contra 9,3% em 2012. Eram números bons, mas não iam durar.

O primeiro sinal veio da indústria, que teve fraco desempenho frente ao PIB, com avanço de 1,9% e 1,3% para a indústria de transformação. Isso faria com que, no início de 2014, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) previsse que o país poderia mergulhar em queda de 3,5%, arrastando junto toda a economia e, de quebra, também os investimentos.

O próprio presidente Carlos Alberto de Paula Moura Júnior explicava que a construção não esperava crescimento para 2014. Sua expectativa seguia determinada pela necessidade de ajustes na área econômica, com revisão da política macroeconômica, em busca da recuperação do equilíbrio fiscal, com correção dos gastos públicos. Nada disso aconteceria.

Mas ainda estamos em 2013 e Carlos Alberto de Paula Moura Júnior assume prometendo uma estratégia “construtiva” no relacionamento com os governos estadual, federal e prefeituras, levando propostas e ideias que contribuíssem para o desenvolvimento do Estado. “O sindicato continuará a atuar junto aos governantes para viabilizar obras importantes, como o aeroporto de Goiânia, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e duplicações de rodovias federais em Goiás”, afirmou. Em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), prosseguia Moura Júnior, “temos o papel preponderante de ajudar os órgãos públicos a viabilizar os investimentos necessários às obras estruturantes para Goiás”.

Uma de suas primeiras iniciativas já chegou com grande peso. Lançada no final de agosto pela Fieg, com a participação de 15 sindicatos ligados direta ou indiretamente ao setor, num projeto desenhado pelo Sinduscon-GO, nascia no dia 26 a Câmara Setorial da Indústria da Construção, um fórum especializado de debates e elaboração de projetos para atender às principais reivindicações da cadeia produtiva do segmento. A câmara foi comandada pelo empresário e diretor de



Materiais e Tecnologia do Sinduscon-GO, o ex-presidente Sarkis Nabi Curi. Cobia a ela estabelecer os princípios e as regras de conduta, estimulando a formação de consensos em torno de questões conflituosas. Seu objetivo foi o de estimular a competitividade e o fortalecimento de toda a cadeia industrial. Um dos primeiros temas a ocupar a agenda da câmara recém fundada foi a aplicação de normas técnicas que regulamentam a qualidade dos materiais e processos.

Provando a força da entidade, o então governador de Goiás, Marconi Perillo, participou da reunião mensal de novembro da diretoria. Acompanhado por representantes de órgãos públicos como Celg, Saneago, Secretaria de Infraestrutura, Agehab e Agetop, Perillo apresentou as perspectivas de investimentos até o final de sua gestão, destacando a aplicação de R\$ 3 bilhões em obras de saneamento, para expansão da rede de esgotos e a instalação de novas estações de tratamento.

A principal realização do Sinduscon no ano seguinte, 2014, foi a realização em Goiânia, da 86ª edição do Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que permitiu ao setor formular propostas de políticas aos candidatos à presidência da República para as eleições gerais daquele ano. O encontro contribuiu tratando não apenas de assuntos do setor, mas também sobre desburocratização e eficiência na gestão pública. Um documento com as principais reivindicações e os pontos mais debatidos foi encaminhado aos candidatos. “Como contribuição para seus respectivos programas de governo”, destacou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, em Goiânia. “São pontos maduros que mostram para a sociedade que o segmento está preocupado com o país e não apenas com a construção. Queremos um Brasil melhor, um Estado melhor e uma cidade melhor”, afirmou o presidente do Sinduscon-GO, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior.

Realizado em maio, o evento ultrapassou o aspecto técnico e trouxe à tona discussões de temas relevantes e estratégicos relacionados ao futuro da atividade no País. Foi a terceira vez que Goiânia sediou o Enic.

A continuidade do Minha Casa Minha Vida (MCMV), reivindicação do segmento desde 2009, quando o governo criou o programa habitacional, foi prometida pela presidente Dilma Rousseff, presente ao Enic. Foi a primeira vez que um chefe do Executivo nacional esteve em um evento organizado pelo Sinduscon-GO. Ela ainda defendeu a manutenção da política de subsídios aos moradores de renda mais baixa.

Durante o encontro, um dos destaques foi o lançamento do Guia Contrate Certo, que trazia orientações de como uma construtora pode contratar outra empresa para executar determinados serviços numa obra, sem que isso seja

interpretado como terceirização da atividade fim da empreiteira e respeitando as regras da lei trabalhista.

Outra realização importante de 2014 aconteceu em outubro, quando o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás sediou a segunda reunião de trabalho para debate do projeto O Futuro da Minha Cidade, desenvolvido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e lançado no dia 13 de maio pelo Fórum Goiano da Habitação (composto por Sinduscon-GO, Secovi-GO e Ademi-GO naquela época). Na reunião, o presidente Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, propôs a união e o comprometimento dos simpatizantes com a causa pelo bem da cidade da capital.

Compareceram à convocação aproximadamente 70 participantes, definidos pelo palestrante da noite, o ex-prefeito de Maringá (PR), Silvio Barros, como “apaixonados por Goiânia”. Na oportunidade, foram montados grupos de trabalho e passou-se à discussão de ideias para subsidiar as políticas públicas de planejamento urbano contínuo, na busca de uma cidade nova e sustentável. Chamado anteriormente de Cidades Sustentáveis, o projeto visava mobilizar a sociedade para ser protagonista no futuro de seu município, criando soluções para a sustentabilidade urbana.

No final de 2014, com a presidente da República, Dilma Roussef, reeleita para um segundo mandato, os prognósticos não eram bons. Ela venceu uma eleição apertadíssima e os primeiros sinais em relação ao desempenho da indústria goiana já no início de 2015 não eram favoráveis, segundo a Fieg, embora sugerissem desaquecimento menos drástico do que na média do restante do setor no país. As perspectivas pareciam mais inamistosas do que em 2014, ano em que a produção industrial registrou avanço de apenas 1,7% no Estado, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), saindo de um crescimento de 5% em 2013. Empregos, salários, horas trabalhadas na produção e o nível de utilização da capacidade instalada ficaram no negativo, com recuos de 1,19%, 0,98%, 0,48% e de 0,34 pontos de porcentagem, pela ordem.

Tudo isso teve reflexo. Em março de 2015, o Índice de Confiança do Empresário Industrial Goiano (ICEI), pesquisado mensalmente pela Fieg, atingiu a pior marca de toda sua série histórica, iniciada em 2009, marcando 39,1 pontos.

Nem o anúncio, pelo governo estadual de Marconi Perillo, do Programa de Inovação e Tecnologia do Estado de Goiás (Inova Goiás), iniciativa que prometia colocar o Estado entre os três que mais inovam no país, animou. Pelo contrário, foi recebido com críticas pelo setor empresarial. O ceticismo não era por outro motivo senão a própria crise na economia e as incertezas em relação



à fonte de recursos do ambicioso programa, estimados em pouco mais de R\$ 1,174 bilhão até 2018.

Ao Sinduscon restava o trabalho e ele foi intenso. Em março realizou uma jornada de reuniões em Goiânia e Brasília para divulgar as possibilidades de utilização das Unidades de Crédito de Sustentabilidade (UCS), originárias do Programa Brasil Mata Viva (BMV), e propor parceria a entidades como a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Sinduscon-DF, Governo do Estado de Goiás e do Paraná. Em 28 de maio, junto com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) foi lançado o projeto O Futuro da Minha Cidade, desta vez em Aparecida, oitavo município brasileiro a aderir à iniciativa, instituída em Goiânia em 2013. Ao mesmo tempo, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior apelava para que a presidente Dilma Rousseff respeitasse o equilíbrio dos gastos públicos e trabalhasse com planejamento, enxugando a máquina pública.

No Dia Nacional da Construção Social (22 de agosto), a entidade mobilizou centenas de famílias de trabalhadores do setor, que compareceram à Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia. Ao todo, foram registradas 1.555 presentes e houve um total de 4.715 atendimentos gratuitos nas áreas de saúde, cidadania, educação e lazer. O presidente explicou que o tema da nona edição do evento (Quer Mudar o Mundo? Mãos à Obra) era uma referência à possibilidade de mudança por meio da atitude pessoal, e que o indivíduo fosse proativo, protagonista de sua própria história.

O Dia Nacional de 2015 teve como um dos destaques o torneio inicial dos Jogos da Construção. Houve participação de 15 times formados por jogadores de empresas do segmento, incluindo um time formado por colaboradores do Sinduscon-GO. A entidade teve entre sua equipe de atletas a participação de convidados ilustres: o prefeito de Aparecida, Maguito Vilela; o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira; e o presidente da entidade, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior. A primeira colocação do torneio ficou com a Telemont Engenharia. A promoção se repetiria com sucesso em 2016.

Encerrando 2015, uma das principais características da gestão: a solidariedade. O presidente deu ênfase à parte social da entidade para além dos canteiros de obras, buscando abranger diversas áreas da sociedade em que houvesse necessidade de auxílio. A promoção do Natal Solidário, com renda para o Núcleo de Proteção aos Queimados, seria uma marca de seu triênio à frente da entidade.

Quando começou 2016, mais nuvens negras se formavam nos céus do Brasil. A imprensa nacional registrava que várias obras espalhadas pelo país sentiam os reflexos da falta de dinheiro do governo federal, pois as empresas não con-



seguiram absorver esses atrasos. Como no caso do Minha Casa Minha Vida, em que milhares de unidades habitacionais estavam paradas por causa de atraso no pagamento às construtoras, embora o Ministério de Cidades não admitisse.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, calculava que o governo virou o ano devendo R\$ 1 bilhão ao programa, dos R\$ 17,4 bilhões aplicados. Segundo a entidade, até a primeira quinzena de maio foram repassados R\$ 4,8 bilhões para quitar débito antigo e o corrente (do ano), e a expectativa era de que os desembolsos fossem menores nos próximos quadrimestres, diante do corte orçamentário previsto.

Tudo pioraria com a degradação do cenário político nacional. A presidente Dilma Roussef sofreu um impeachment e o vice-presidente Michel Temer assumiu o posto em 31 de agosto de 2016. No embate, o país praticamente parou e a economia, que já não vinha bem, piorou mais ainda.

Em Goiás, Marconi Perillo estava em seu quarto mandato como governador. No terceiro (2011 a 2014), criou o programa Bolsa Futuro, que permitiu a capacitação profissional de jovens goianos, mediante uma ajuda de custo. Na época também estruturou o Fundo de Transportes, fundamental para a reconstrução da malha rodoviária do Estado, naquele período em péssimas condições de trafegabilidade. Também estruturou um modelo de gestão da Saúde estadual por meio de Organizações Sociais, cuja repercussão trouxe a Goiás governadores de vários Estados.

O governador fechou 2016 emplacando mais um programa social em nível nacional. Criado em 2000, o Cheque Mais Moradia foi adotado em diversos Estados — dentre eles São Paulo, pelo governador Geraldo Alckmin — e implantado em todo o país pela gestão do presidente Michel Temer.

Tendo em vista o momento de baixa capacidade de investimento do poder público brasileiro, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em parceria com os Sinduscons, iniciou um ciclo de Seminários Regionais sobre Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), tendo começado na Região Sul (Curitiba), passando pelo Nordeste (Fortaleza) e em 2016 na Região Centro-Oeste (Goiânia). No dia 28 de outubro, o sindicato sediou a terceira edição do Seminário Regional sobre Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), com o tema Ampliação das Oportunidades de Negócios.

Durante a administração de Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, uma iniciativa surgida há pouco tempo, o Sinduscon Jovem, floresceu. Criado para ser a porta de entrada das novas gerações no sindicato, promoveu diversas reuniões, fazendo a ponte entre os profissionais mais experiente do mercado com os que estavam ingressando naquele momento.



Normalmente neste livro, por questão de espaço, não se colocou todos os eventos dos quais o Sinduscon participava ou promovia. Por isso focamos abaixo nos meses de maio e junho de 2016 em detalhes para dar uma ideia da abrangência do trabalho do sindicato.

Dando prosseguimento ao caráter solidário da instituição, a equipe de colaboradores do Sinduscon participou do Sábado da Fraternidade, evento de integração promovido pela entidade em maio, em benefício da Casa de Retiros e Eventos dos Frades Menores Capuchinhos, em Hidrolândia. Em 11 de junho aconteceu o 4º Encontro sobre Construção e Sustentabilidade (Ecos), que se repetiria nos anos seguintes. Segundo Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, a entidade se preocupava com a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento econômico da cidade. Para ele, os negócios têm que ser sustentáveis, porque “isso é que faz e sempre continuará fazendo a diferença, cooperando decisivamente para a continuidade dos projetos”.

Junho ainda teria a participação do Sinduscon na 11ª edição do Feirão Caixa da Casa Própria e o apoio à 13ª edição da Festa Junina Sem Queimaduras, promovida anualmente pelo Núcleo de Proteção aos Queimados (NPQ), realizada nos dias 12 e 13 de junho, com arrecadação de recursos destinados ao atendimento às vítimas de queimaduras. No dia 17, com a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), realizou o oitavo módulo da Oficina da Norma de Desempenho sob o tema Segurança Contra Incêndio.

O trabalho não parava. Em 2016 o Sinduscon criou diretoria específica para tratar de assuntos relativos à Segurança e Saúde do Trabalho. Ela ficou a cargo da engenheira Selma Regina Nassar de Miranda, que destacava a importância de se ter na entidade uma área especializada para debater sobre este tema. Segundo ela, as legislações que versam sobre o assunto estão aprofundadas, cada vez mais detalhadas e têm sido modificadas e atualizadas em uma frequência muito grande e, assim, a necessidade de acompanhamento é cada vez maior. Fechando o período, o Sinduscon criou o 1º Prêmio Sinduscon de Boas Práticas (Construir Mais), realizado também em 2017.

Apesar de toda confusão política de 2016, o balanço do presidente Carlos Alberto de Paula Moura Júnior não foi dos piores. “Tivemos um desempenho médio estável, com saldo positivo de empregos, registrando no acumulado do ano (de janeiro a outubro) com 1.421 novos postos de trabalho. Também houve leve retomada dos lançamentos imobiliários. Nosso crescimento não foi vertiginoso, mas Goiás se manteve em posição melhor do que a média do país”, defendia.

Após alguns meses sem lançamentos, dados da Pesquisa Mercado Imobiliário de Goiânia, realizada pelo Instituto Grupom para a Associação das Empresas do



Mercado Imobiliário (Ademi-GO), registravam o lançamento de 968 unidades em outubro, a melhor marca do ano, à frente do mês de junho, quando foram lançadas 845 unidades. Para Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, as empresas do segmento mantiveram seus estoques equilibrados, planejando os lançamentos estrategicamente.

Ainda segundo ele, houve investimentos em infraestrutura em Goiás, em obras como das ferrovias Leste-Oeste e Norte-Sul, e no aeroporto de cargas, que geraram investimentos periféricos. Como medidas de ajuste, as empresas apenas postergaram investimentos, adequando-se às demandas do momento e em relação à mão de obra.

Destinado a promover diálogo, estreitar relacionamento e facilitar a busca conjunta de soluções para destravar obras e processos, o Encontro Empresarial mobilizou o Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás durante os meses de março e abril. Audiências individuais na sede do Sinduscon, com horário agendado previamente, colocaram frente a frente, de forma individualizada, empresários associados e representantes de órgãos que se relacionam com o segmento. O Encontro Empresarial levou à instituição os presidentes da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), Jalles Fontoura, e da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), Gilberto Marques Neto.

Em 9 de maio de 2016, qualidade, profissionalização, inovação tecnológica, união e valorização do mercado produtor de insumos em Goiás compuseram a tônica do 1º Encontro da Cadeia da Construção, realizado pela Câmara da Indústria da Construção (CIC) da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). O evento reuniu construtoras, incorporadoras e fabricantes de materiais para discutir a qualidade nas edificações e gerar oportunidades de negócios. A CIC contava com participação ativa de 15 sindicatos representativos de setores industriais integrantes do segmento. Durante o evento, o presidente Carlos Alberto de Paula Moura Júnior defendeu que a cadeia da construção precisava mudar o conceito de compra de insumos pelo menor preço, passando a optar por qualidade que atendessem aos requisitos especificados em projeto.

Em agosto foi a vez do curso Como Atender à Fiscalização do Trabalho?, parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fieg e Sebrae-GO. José Eduardo Gibello Pastore, consultor da CNI para o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), apresentou os procedimentos legais e as principais recomendações a fim de evitar autuações e multas.

Perguntado sobre as principais ações realizadas no período em que foi presidente, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior destacou investimentos em tecnologia da informação e implantação do sistema para informatização dos prontuários,

início do Projeto Saúde Mental na Construção; implantação de Usina de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica para produção de energia limpa para o próprio consumo da entidade, o que gera economia e sustentabilidade; implantação do Sistema de Gestão da Qualidade NBR ISO 9001:2015; e o desenvolvimento de ações do Programa em Ética & Compliance. O Seconci Goiás também recebeu o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social – Edição 2017 pelo Projeto de Combate ao Tabagismo na Construção implementado em Goiânia.

No meio da tempestade da política e da economia nacional, o Sinduscon provava ser um grande navio que sabia como navegar em mares revoltos.





Presidente Eduardo Bilemjian Filho (primeiro à direita), em reunião
REPRODUÇÃO

CAPÍTULO 10

A MAIS COMPLICADA DAS GESTÕES: REFORMA TRABALHISTA SEGUIDA DE PANDEMIA

O ano de 2018 foi o último de Michel Temer na presidência. De maneira lenta a economia ia melhorando, voltando a funcionar depois do impeachment de Dilma Roussef. Menos para a construção.

O crescimento do PIB naquele ano foi de 1,8%, com destaque para o grupo serviços, que cresceu 2,1%. Em 2018, 11 dos 12 grupos de atividades econômicas registraram aumento ou estabilidade, sendo a única queda registrada na atividade construção. O segmento amargou mais um ano no negativo, dessa vez -3.

Mas havia um complicador para dificultar a situação dos Sindicatos, inclusive os patronais. A reforma trabalhista aprovada em 2017 e vigorando no ano seguinte, tornava opcional o pagamento da contribuição aos sindicatos. Isso, temiam muitos analistas, seria um tiro de morte na sociedade civil organizada. Sem a obrigatoriedade, a arrecadação anual das contribuições sindicais ao Sinduscon caiu de maneira abrupta, obrigando a uma profunda e dolorosa adequação da equipe e consequentemente dos serviços até então ofertados.

Foi esse o cenário que Eduardo Bilemjian Filho, carinhosamente chamado pelos amigos de Bilé, encontrou quando assumiu a entidade, em janeiro de 2018. O principal desafio era atrair e fidelizar associados de forma espontânea, vez que não existia mais a compulsoriedade da contribuição, para evitar que a instituição não sucumbisse à falta de recursos financeiros.

Para enfrentar essa nova realidade, o novo presidente incluiu entre suas “metas e desafios” o incremento na prestação de serviços de assistência jurídica, fiscal e trabalhista, assim como a oferta de cursos e palestras para aprimoramento empresarial. As metas contemplavam também o trabalho ainda mais focado na valorização sindical e na expansão da base de atuação, capacitação empresarial e desenvolvimento de políticas que permitissem enfrentar o novo momento criado a partir da reforma trabalhista.

“Discutimos internamente essa questão e chegamos a um consenso segundo o qual a única forma de atrair empresas e ampliar a nossa base é tornando o sindicato mais atrativo e demonstrando sua importância para o setor”, afirmava Eduardo Bilemjian Filho. A proposta, acrescentou ele, era sensibilizar as empresas da construção (estimadas naquele ano em quase cinco mil em todo o Estado) com a prestação de serviços diferenciados e trabalho consistente. “Essa é nossa esperança e esse é nosso foco”, sustentava.

Com esse propósito, inspirado nos aspectos positivos da nova lei trabalhista que permitiu a terceirização na construção e também com as diretrizes do gover-

no Federal que fomentava o empreendedorismo com simplificação dos processos burocráticos, foi desenhado o programa Prestador Legal.

Sob coordenação do Sinduscon, seria fomentada a criação de empresas prestadoras de serviços, especializadas nas várias disciplinas demandadas pelo segmento. O objetivo era treinar e capacitar os profissionais para constituírem suas empresas, e, aqueles já operantes no mercado, aprimorar a prestação de serviços com conceitos de qualidade, sustentabilidade e gestão. Segue um resumo apresentado à época do que seria o programa.

Paralelamente, no início de abril de 2018 o Sinduscon se dedicou a elevar o patamar das empresas do segmento, filadas ou não. Realizou um seminário, em parceria com a CBIC, abordando o tema compliance, visando primeiramente implantar internamente um sistema rigoroso de normas de conduta.

Em seguida, o sindicato incrementou o estímulo às empresas para que adotassem sistemas de compliance e desenvolvessem alguma forma de certificação nesta área. “Precisamos criar um diferencial que traga reconhecimento público para as empresas”, afirmou o presidente. Nesse sentido, “as entidades de classe têm papel importante a desempenhar neste momento, na propagação de normas de conduta e para estimular o engajamento de toda a sociedade nesse processo”. O presidente do Sinduscon Goiás classificava este ponto como um “item de importância fundamental” e defendia a ampliação desse movimento. “Precisamos acabar com o jeitinho brasileiro”, pontifica. Sempre atuando e estimulando a difusão das condutas de integridade e ética em todos os níveis do ordenamento social, participou a convite do deputado estadual Francisco Junior, de audiência pública, contribuindo para a implantação do compliance no serviço público.

A partir de 22 de março, Eduardo Bilemjian Filho acumulou a administração do sindicato com o comando do Conselho Temático de Relações do Trabalho (CTRT) da Fieg. “Soldado não pode fugir da guerra”, disse ao assumir a missão, durante reunião da diretoria da federação, prometendo lutar pela consolidação de parcerias entre as categorias, combatendo “hábitos culturais arraigados”.

Em meio à aproximação de nova crise de abastecimento de energia, o sindicato passou a atuar fortemente no Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg. Até como forma de prevenir novas dificuldades na área, a federação lançou, em julho, o trabalho Preservação da Água e do Solo. O estudo estratégico com propostas para enfrentar um cenário de escassez hídrica, sobretudo na Região Metropolitana de Goiânia teve a participação do Sinduscon e de outras entidades.

Ainda se recompondo do baque da reforma trabalhista, o ano de 2019 foi marcado pelo sucesso de público da última edição regional do ciclo do Seminário Judiciário e o Mercado Imobiliário – Um Diálogo Necessário, dia 31 de



maio, do qual o Sinduscon foi co-realizador. O objetivo era abrir um canal de diálogo entre o Judiciário e a sociedade civil para assuntos como incorporação imobiliária, distrato e multipropriedade. Em 13 de novembro foi a vez da parceria com o Centro Brasileiro da Construção em Aço no Road Show da Concepção à Construção em Aço.

Parecia que 2020 seria o ano em que o sindicato conseguiria se reestabilizar, prestando serviços, aprimorando o trabalho e lançando o Programa Prestador Legal, tratado como a grande novidade na instituição, estimulando os associados e mercado para esse novo modelo de negócio.

Mas havia uma pandemia no meio do caminho. Foi um ano árduo e que exigiu muito do sindicato. O setor registrava aceleração, com otimismo, novos projetos em elaboração e muitos lançamentos previstos. Isso foi interrompido de forma bem abrupta em março com a expansão da Covid em todo o mundo.

Quando todas as empresas fecharam no lockdown do primeiro semestre de 2020, o Sinduscon foi o farol que guiou e orientou o segmento. Todas as obras pararam e a entidade orientou para que toda a cadeia produtiva seguisse rigorosamente as instruções governamentais e das autoridades da saúde.

Agindo de forma rápida, em março de 2020 os sindicatos da construção e dos funcionários no setor firmaram termo aditivo à convenção coletiva, autorizando as empresas a concederem férias coletivas por 30 dias, afastarem os empregados enquadrados nos grupos de risco e recorrerem ao banco de horas, após comunicação prévia e formal ao Sinduscon e ao Sintracom, representante dos trabalhadores. O aditivo firmou ainda as condições para o trabalho a distância (home office) e já antecipava a adequação a novas medidas a serem eventualmente baixadas pelo governo Federal.

Na primeira semana de abril outro aditivo foi assinado entre as partes, adequando a convenção coletiva aos termos da Medida Provisória 936, editada em 1º de abril pelo governo Federal, criando o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Com ele as empresas podiam suspender a vigência do contrato de trabalho temporariamente ou reduzir a jornada e os rendimentos em 25%, 50% e 70%.

O Tesouro compensava os cortes nos salários parcialmente, destinando 70% do valor do seguro-desemprego, cabendo às empresas complementarem os 30% restantes. Na hipótese da suspensão dos contratos, o Tesouro destinava o valor integral do seguro aos trabalhadores afetados.

O sindicato desenvolveu um plano de contingência adequado a cada tipo de canteiro de obras, para quando o retorno às atividades viesse a ser autorizado pelo governo Estadual. “Cada empresa será responsável por criar as condições



necessárias para operacionalizar o retorno, com segurança e proteção à saúde dos trabalhadores”, observou Eduardo Bilemjian Filho. Isso significava garantir o distanciamento entre os funcionários, a instalação de maior número de lavatórios para assegurar a correta higienização e evitar o contágio nos canteiros, dentre outras providências.

No final de março, o Sinduscon-GO recomendou às construtoras fornecerem kits de higiene aos trabalhadores, incluindo cartilha de orientação de conduta, sabonete ou sabão de coco, máscara para ser usada exclusivamente em parentes do grupo de risco, dentre outros que a empresa julgasse necessários. O sindicato iniciou conversações com as construtoras para organizar um esquema próprio de transporte dos funcionários, fora do sistema convencional de transporte coletivo, seguindo protocolos de segurança sanitária.

Com o apoio do Sinduscon, a indústria adotou o protocolo de segurança sanitária, fazendo leitura de temperatura, usando máscaras e todas as medidas recomendadas. “As obras têm técnicos de segurança preparados para, nas suas palestras, orientar todos os procedimentos, inclusive na na residência desse operário”, definia o presidente.

Eduardo Bilemjian Filho buscou estabelecer parceria com a indústria de confecções para a produção de máscaras para o pessoal do segmento. Segundo o presidente, a Caixa Econômica Federal colocou à disposição um canal de atendimento por meio da Superintendência Executiva de Habitação. A oferta de crédito, em condições adequadas, ajudaria o setor a atravessar esse período. “O governo Federal decidiu criar linhas de financiamento, mas a questão é fazer esses recursos chegarem até a ponta, nas empresas. O quadro é complexo e vivemos uma economia de guerra”, sustentava Eduardo Bilemjian Filho na época.

Após discussões com as demais entidades do setor, inclusive o sindicato Laboral, o presidente emitiu em 18 de março de 2020 uma Nota Conjunta com orientações gerais. Sensível à angústia que toda a população e empresas do setor demonstravam, Eduardo Bilemjian Filho prosseguia em suas pesquisas sobre a evolução e descobertas relativas ao vírus. Assim, divulgou o 1º Comunicado da Presidência, em 19 de março de 2020, seguido de mais oito similares com o objetivo de orientar e acalmar, dentro do possível, os dirigentes das empresas e demais que tivessem acesso.

Frente ao caos que se instalou no país, com os governantes emitindo decretos, normas e outros, os comunicados comentavam e sugeriam condutas relativas às orientações governamentais que, em alguns casos, deixavam a população mais confusa. Vários desses comunicados circularam nas redes sociais e serviram de orientação a outras entidades não apenas em Goiás, mas também em outros Esta-

dos. Eduardo Bilemjian Filho chegou a receber por WhatsApp um de seus comunicados, mas vindos de um grupo de Maringá, no Paraná.

Chegou abril de 2020 e a classe médica/científica sem conseguir identificar como combater o vírus. Ninguém sabia o que poderia acontecer. Sem vacina no horizonte e com o número de casos e de mortes aumentando, a situação permanecia crítica. “Apenas as obras de infraestrutura continuam sendo tocadas normalmente”, comentava Eduardo Bilemjian Filho. Restava apenas administrar a incerteza, o que foi feito pelas entidades do setor e, diuturnamente pelo presidente.

Entre maio e junho de 2020 começou uma lenta retomada. As obras iniciadas continuaram de maneira lenta. Entretanto, houve o adiamento de início de muitas outras construções. “O empresário observa para ver qual seria o desdobramento para possíveis novos lançamentos”, analisava o presidente. Em junho de 2020 o Sinduscon respondeu à Recomendação MPT/GO-CODMAT nº 029/2020 do Ministério Público do Trabalho, tendo a entidade cumprido todas as recomendações ali indicadas

Eduardo Bilemjian Filho admitia que a injeção de dinheiro na economia com o programa emergencial do Governo Federal, que disponibilizou perto de R\$ 150 bilhões, de certa forma ajudou a girar a economia, deu um fôlego maior e não permitiu que o segmento popular fosse afetado de maneira dramática. “Esse socorro tem sido importante, revela uma preocupação e a economia percebe isso positivamente”, analisava o presidente.

Em junho de 2020, a Sondagem Indústria da Construção, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostrava que o pessimismo começava a se dissipar no setor, mas que persistia o impacto da crise. A intenção de investir, segundo a pesquisa, ainda era baixa e os empresários projetavam queda da atividade em novos empreendimentos e serviços, em compras de matérias-primas e no número de empregados. Negócios e emprego continuavam em queda. “A construção civil, como os demais setores produtivos e de serviços, depende do vigor da economia”, afirmava o presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás.

Eduardo Bilemjian Filho e toda a diretoria passaram a usar as vídeo-conferências para tratar dos problemas. Em julho, com participação de cerca de 40 lideranças de sindicatos das indústrias e instituições representativas do segmento, a Câmara da Indústria da Construção (CIC) da Fieg lançou um projeto para apresentar os serviços ofertados pelo Sistema Indústria dedicados ao setor. A apresentação, realizada via vídeo-conferência em 9 de julho, mostrou em linhas gerais, a cesta de produtos e serviços disponibilizada pelo Sistema Fieg com foco nas indústrias do setor.



Em meio à pandemia, agosto chegou novamente com a ameaça da falta de água, como no ano anterior. O Sinduscon participou do debate, que propôs estratégias e ações, a exemplo de obras de infraestrutura para retenção, acumulação e escoamento das águas pluviais, como galerias, bueiros, jardins de chuva e bacias de contenção. Outra questão abordada no estudo foi a necessidade urgente de desenvolver ações para recuperação e conservação do solo, das áreas de preservação permanente, de reserva legal, construção de terraços e bacias de retenção, construção de curva de nível e readequação de estradas vicinais. Um ponto apontado por unanimidade foi a construção de barragens e poços tubulares, visando garantir oferta dos recursos hídricos em um cenário de crise.

Quando entrou setembro de 2020, o Sinduscon já olhava para a frente, prevendo um cenário pós-pandemia e analisando as mudanças que surgiram depois do coronavírus. Segundo Eduardo Bilemjian Filho, o ano de 2020 acelerou as transformações que já aconteciam e mostrou que o home office era possível. A entidade previa uma nova modalidade de trabalho, que inclusive exigiria regulamentação legal. “Há uma série de consequências trabalhistas e em outras áreas que deverão ser consideradas. É uma coisa nova que precisará ainda ser definida, como isso vai se estabilizar e como irá ocorrer. Mas não existe dúvida de que vai ocorrer”, analisava o presidente de maneira certa.

Em meio a muitas reuniões por vídeo, em novembro aconteceu virtualmente um workshop do Building Information Modeling (BIM), Modelagem da Informação da Construção. O BIM é um conjunto de informações geradas durante a obra e pós-obra (gestão da manutenção). O modelo permite simular a edificação e entender seu comportamento antes da construção ter sido iniciada, auxiliando nas decisões de projeto. A ferramenta permite o gerenciamento de todos os dados da obra, documentando o projeto de forma mais rápida e proporcionando mais segurança e qualidade, sobretudo na compatibilização dos projetos complementares.

Eduardo Bilemjian Filho argumentava que a questão da evolução tecnológica é cultural, sendo necessário provocar a discussão e essa transformação. “É um movimento que não acontece do dia para noite. Agora, como fazer isso? Esse é o grande desafio que temos pela frente”, analisou.



Presidente Cezar Valmor Mortari em 2023, quando o Sinduscon completou 75 anos
REPRODUÇÃO

CAPÍTULO 11

A ADMINISTRAÇÃO CEZAR VALMOR MORTARI

Passado o pior da pandemia, o Sinduscon-GO entrou em 2021 ainda pleno de incertezas. Entretanto, os dados de 2020 surpreenderam. O efeito do Covid-19 obrigou a população a ficar em casa, e, mais do que isso, a perceber e entender a própria residência e melhorá-la. Em uma palavra: reformar.

No segundo semestre de 2020 aumentaram as pequenas melhorias nas residências, turbinadas pelo auxílio emergencial. Houve ainda a aquisição de imóveis, principalmente em empreendimentos verticais, da parcela da sociedade que tinha economias e desejava investir em algo seguro em tempos de incertezas mundial. Nesse cenário, a engenharia da construção, em particular a civil, assumiu papel de protagonismo. Com essas nuâncias inesperadas e desafiadoras, assumiu o Sinduscon Cezar Valmor Mortari, presidente em 2023 quando este livro foi escrito.

Engenheiro civil graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1984, iniciou carreira na construção dos terminais graneleiros dos portos de Rio Grande, São Francisco do Sul e Paranaguá, pelas empresas Craidy e Kepler Weber. Foi responsável técnico por mais de um milhão de metros quadrados construídos, entre as quais agroindústrias, shopping centers, prédios multi-pavimentos, graneleiros, equipamentos urbanos e centros de distribuição.

Executou as obras metálicas de empreendimentos importantes, como o Flamboyant Shopping Center, em Goiânia, a sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Torre da TV Digital em Brasília, projeto de Oscar Niemeyer. Palestrante e articulista, é diretor técnico da Irontec Construção em Aço, em Goiânia. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2021 (aos 62 anos), é detentor de três prêmios nacionais de melhores obras em aço, pela Associação Brasileira da Construção Metálica (ABCCEM).

O sindicato precisava mesmo de alguém preparado. Os anos de 2020 e 2021, com o advento da pandemia, podiam levar a distorções da realidade. Se o momento parecia favorável no momento, não se sustentava no passado recente. Entre 2011 e 2020, o segmento em Goiás registrou queda no número de empresas (9%) e emprego (33%). A partir de 2019, observou-se uma recuperação do saldo de empregos, mas insuficiente para suprir a perda de mais de 20 mil postos de trabalho no período. Somando-se a essa perda de profissionais, está o cenário de aquecimento do mercado, que provocou aumento considerável no número de registro de obras de 2019 a 2022, um total de 1.787 registros, três vezes maior que o período de 2011 a 2018 (522).

A resposta para a escassez de mão de obra estava no baixo número de novos entrantes no mercado, a migração para a informalidade e a ampliação dos regis-



tros de Micro Empreendedor Individual (MEI), que segundo a Receita Federal teve crescimento médio anual de 35% entre 2011 e 2021 (dados levantados somente com os CNAES que atendem diretamente ao segmento). Entre os colaboradores, 87% disseram ser melhor atuar na informalidade, enquanto para 13% o trabalho registrado é melhor. Outros problema estavam relacionados aos baixos salários e à falta de mecanização nas obras, levando muitos a reclamarem da rotina pesada nos canteiros de obra.

Para o presidente Cezar Valmor Mortari, considerando esse cenário, havia muito o que fazer, em especial na infraestrutura. “Os administradores públicos terão que dar mais voz aos técnicos, em particular aos engenheiros”, defende. A tarefa no saneamento, por exemplo, é hercúlea: universalizar o sistema até 2033, segundo o Marco Legal. O fornecimento de água potável terá que passar de 85% hoje para 98%. O tratamento de esgotos de 43% para 90%.

Cezar Valmor Mortari passou todo o ano de 2021 em reuniões presenciais e virtuais, discutindo o futuro da construção. Conversou, por exemplo, com a diretoria regional da Caixa Econômica Federal e com Max Menezes, secretário de Desenvolvimento Urbano de Aparecida de Goiânia. Participou de reuniões online com a CBIC e presenciais na Fieg. Mais do que isso, investiu boa parte de 2021 observando o cenário de pós-pandemia e de retomada das atividades presenciais. Em meio aos vários decretos governamentais de todos os níveis que foram emitidos, o Sinduscon se reunia para se adaptar a cada um deles.

De acordo com Cezar Valmor Mortari, o segmento sofria com as obras públicas paralisadas, desequilíbrio nos contratos e imóveis com valores altos. Os insumos utilizados na construção civil e demais obras, sofriam aumentos consecutivos. “Não foi só aço ou metais. Outros materiais também subiram além da inflação. Por exemplo: cimento, materiais ligados ao plástico e ao papel, brita, areia, tijolo”, exemplificava. Cezar Valmor Mortari explicava ainda que um dos maiores vilões do aumento de preços era o aço. Em um ano, valorou cerca de 150%, em média. De acordo com o presidente, tal cenário refletia a oferta de material, que se aproximava da normalidade depois da pandemia. “Foi o desabastecimento causado pela Covid-19 que jogou os preços na lua”, disse. Por outro lado, ele já previa que “os valores vão se estabilizar e o mercado normalizará o abastecimento”, o que acabou acontecendo.

Ainda em 2021, o Sinduscon participou do Living Lab C, o primeiro laboratório vivo do Centro-Oeste com foco em inovação e sustentabilidade. O projeto, com promoção da Universidade Federal de Goiás (UFG) e desenvolvimento das atividades pelo programa Comunidade da Construção de Goiânia, teve início em 19 de maio, com a primeira edição do Pitch Day Living Lab C. “Não há como



progredir com o governo, universidades e outras instituições seguindo caminhos diferentes. É preciso percorrer o mesmo caminho do ecossistema de inovação, a partir de interesses comuns, em que cada um ofereça sua parcela de contribuição”, disse Cezar Valmor Mortari na abertura do evento. Junto com a CBIC e com o Sinduscon de Minas Gerais, organizou a 6ª edição do Roadshow, sobre formação de preços e relações contratuais, evento online.

A partir do segundo semestre de 2021, a normalidade começou a voltar, em um momento em que a vacinação (iniciada em fevereiro de 2021) atingiu a maioria da população e a pandemia de Covid-19 perdeu força. Naquele ano o mercado da construção alcançou forte alta, de 10%.

Com a volta da normalidade a partir de 2022, o Sinduscon cumpre a sua função, sendo uma entidade que pode ser chamada de multi-tarefa. As iniciativas desenvolvidas são diversificadas e transversais. Pode-se pontuar a atuação em intervenções externas e internas. Internamente, a boa relação com o sindicato laboral, conduzindo as convenções coletivas de trabalho equilibradas e produtivas, aliado a atividades de responsabilidade social, com destaque para o Seconci, oferecendo condições de trabalho cada dia melhores aos colaboradores.

A entidade segue na busca incessante de alternativas tecnológicas para a melhoria do processo construtivo, como industrialização, mecanização, pré-fabricação, construção 4.0, Lean Construction, Plataforma Building Information Modeling (BIM) e inteligência artificial, com aproximação constante das boas práticas de Environmental, Social and Governance (ESG), certificação das empresas em LEED, AQUA, Empresa B, EDGE e resolução das gestões de resíduos sólidos.

O Sinduscon aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, na busca da sustentabilidade socioambiental e da descarbonização da construção. Oferece consultoria jurídica em alto nível, melhorando a competitividade, a segurança e a longevidade das empresas.

No campo externo, faz parte do Fórum Goiano da Habitação, junto à Ademi, Associação dos Desenvolvedores Urbanos (ADU) e Secovi-GO, realizando encontros com autoridades de todos os níveis dos poderes constituídos, discutindo e sugerindo ações, leis e regulações junto às autoridades. O Sinduscon se reuniu em 2022 com o prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, ocasião em que foi solicitada atenção especial à aprovação da nova lei de Habitação de Interesse Social (HIS) e foco na mobilidade urbana da capital, com ênfase na finalização do BRT. Na reunião de agosto de 2022 do Fórum, participaram o governador Ronaldo Caiado e o vice-governador Lincoln Tejota.

O prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, e vários secretários participaram da reunião ordinária da entidade em fevereiro de 2022. Nas discussões do Plano Diretor

de Goiânia, o Sinduscon trabalhou diuturnamente nos últimos anos, culminando na aprovação das 14 leis complementares. Ainda faz a gestão do arcabouço legal para viabilidade dos reequilíbrios de contratos desestabilizados durante a pandemia e se atenta à nova Lei de Licitações, em especial no que se refere à exigência de projetos e licença ambiental para licitar novas obras.

Sob a gestão de Cezar Valmor Mortari, o sindicato se aproximou das autoridades para tornar o licenciamento ambiental mais célere. Juntamente com Agência do Meio Ambiente de Goiânia (Amma) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semad), elaborou e disponibilizou um Manual de Licenciamento Ambiental de Obras Civas. Trabalha ainda na resolução das Análises de Viabilidade Técnica e Operacional (AVTOs) junto à Saneago e à Equatorial, concessionárias respectivamente de saneamento e energia em Goiás, e nos novos planos de Mobilidade e de Drenagem de Goiânia. Atua também na melhoria do ambiente para obras do programa Minha Casa, Minha Vida e de infraestrutura, tanto públicas como privadas.

Sobre o futuro Anel Viário de Goiânia, o presidente do Sinduscon-GO propôs ao secretário da Supersecretaria da Infraestrutura do Estado de Goiás, Pedro Salles, que o governo estabeleça um “pai da criança” para as tratativas do tema, avaliando que o assunto está pulverizado entre várias autoridades públicas e entidades.

Preocupado com a escassez da mão de obra, que se agravou durante a após a pandemia, o Sinduscon realizou no dia 22 de março de 2022, um workshop com as empresas associadas para avaliação da pesquisa sobre o tema. Algumas sugestões foram elencadas, como a mecanização, pré-fabricação, digitalização, aumento da produtividade, aumento salarial, combate à informalidade, treinamento intensivo e endomarketing com uma melhor comunicação com os colaboradores e atuação com o marketing externo, melhorando a imagem do setor junto à sociedade.

O ano de 2022 se encerrou com a reunião Construção e Parlamentares Federais de Goiás. A iniciativa teve como objetivo de promover o diálogo entre parlamentares federais eleitos e reeleitos com representantes de entidades do segmento sobre as pautas e demandas, visando a melhoria do ambiente de negócios e o avanço socioeconômico do Brasil. Liderada pelo presidente Cezar Valmor Mortari, contou com a presença do vice-governador Lincoln Tejeta, e dos deputados federais Adriano do Baldy, Flávia Moraes, Gustavo Gayer e Marussa Boldrin.

Na mesma data aconteceu o Prêmio Mérito da Construção, instituído para homenagear personalidades e instituições que, por meio do trabalho e comprometimento, contribuíram para a história e conquistas do setor em Goiás, gerando



impactos econômicos e sociais positivos e promovendo o desenvolvimento do segmento e da sociedade goiana.

Em 2023, ano de seu 75º aniversário, o Sinduscon reafirma sua vocação para ser o farol da construção no Estado. Mesmo que a conjuntura econômica seja daqui para a frente boa ou ruim, a entidade é sólida o suficiente para enfrentar as batalhas. Nunca foi fácil e nunca será. As taxas de juros Selic em 2023, e, por conseguinte, os juros imobiliários, estão estratosféricos e impeditivos do desenvolvimento. A escassez de mão de obra bateu à porta de todas as construtoras e incorporadoras. Os poucos recursos para infraestrutura pública e para habitação de interesse social são inadmissíveis para um país que pretenda atacar as desigualdades e manter um crescimento sustentável. O excesso de burocracia permanece como um freio de mão puxado e, segundo dados da CBIC, é responsável direto por 15% do preço dos imóveis. No Congresso Nacional há centenas de projetos danosos tramitando, seja liberando o FGTS para consumo, seja criando aumento de custos.

Mas esta e qualquer outra conjuntura não interromperão o trabalho da entidade. Reproduzimos abaixo um pequeno balanço do presidente Cezar Valmor Mortari, da atuação em 2023, publicado no boletim digital Construir Mais, de novembro de 2023. Ele dá bem a dimensão do trabalho realizado quando este livro estava sendo finalizado:

“Contratação e retenção de Mão de Obra – Estamos em francas tratativas com o Sesi e Senai, com UFG e Secretaria da Retomada para aumentar drasticamente a oferta de cursos de aperfeiçoamento profissional.

Agenda Legislativa – Atento aos projetos que tramitam nas casas legislativas, o Sinduscon atua no sentido da aprovação das matérias aderentes e desaprova as que se apresentem danosas ao bom ambiente necessário ao nosso setor.

Nova Lei de Licitações – Conseguimos que fossem aprovados dois pontos importantes: concorrência somente com projetos executivos e com licença ambiental já obtida.

Atuação - As diretorias estão atuantes, seguindo o planejamento estratégico estabelecido no início de nosso mandato.

Finanças - Estamos conseguindo um equilíbrio financeiro, em função dos grandes esforços das diretorias administrativa e financeira e, naturalmente, da excelente adesão das empresas associadas no sentido de manter a adimplência.

Reequilíbrio de Contratos – Participamos de várias incursões para o convencimento dos órgãos públicos da urgência e da necessidade indiscutível dos realinhamentos. Obtivemos junto à Fundação Getúlio Vargas a fundamentação dos sucessivos aumentos de materiais, dando base jurídica aos pleitos. Recentemente



disponibilizamos um robusto manual de como conduzir com sucesso os pleitos por reequilíbrio.

Leis Complementares do Plano Diretor de Goiânia – Trabalhamos junto com o Fórum Goiano da Habitação para que o plano fosse produtor e trouxesse benefícios a todos, em especial ao bem estar do goianiense.

Novo Marco do Saneamento – Estamos acompanhando os passos da implantação deste importante instrumento que possibilitará a universalização do saneamento em Goiás até 2033. São estimados 24 bilhões de investimentos, grande parte deles em construção civil.

Implantação do BIM – Várias ações estão sendo desenvolvidas para a efetiva implantação. Uma das principais vertentes é a implantação do BIM para aprovação dos projetos na prefeitura de Goiânia e em todas as cidades do Estado.

Agências Ambientais – Aproximação do sindicato com as autoridades do setor para tornar o licenciamento ambiental mais célere. Juntamente com Amma e Semad, o Sinduscon elaborou e disponibilizou um Manual de Licenciamento Ambiental de Obras Civas.

Saneamento – Estamos tendo uma boa progressão em nossas tratativas no sentido de resolver as AVTOs necessárias e a licitação de obras com preços exequíveis.

Caixa Econômica Federal – A interlocução que sempre foi profícua está mantida e resultará em melhorias nos processos de aprovação e celeridade.

Enel/Equatorial – Estamos atuando com apoio da Fieg e do Fórum da Habitação, com o intuito da empresa cumprir os prazos preconizados pela Aneel.

Crea – Conduzimos várias tratativas conjuntas, com boa interlocução, em especial em ações para a valorização da engenharia, realização de eventos e de compartilhamento do Business Intelligence e da busca de soluções para a inserção dos engenheiros civis entrantes no mercado.

Implantação da Universidade da Construção – Será um portal na internet com todos os materiais de aprendizagem de nível superior disponíveis, com materiais gratuitos e taxas reduzidas aos associados.

Área restrita a associados no site – Ambiente reservado aos associados com informações de alta relevância e materiais disponíveis para download.

Novos benefícios – O sindicato se dedica a encontrar formas de trazer benefícios importantes a seus associados. Ultimamente adicionamos: convênio com a 6ª Corte de Conciliação e Arbitragem e com a Certificadora Digital Soluti, por meio da Fieg.

Acreditação dos Laboratórios – O Sinduscon-GO tem mantido encontros entre associados e laboratórios para incentivar o processo da acreditação dos labo-



ratórios da região metropolitana e no estado, no sentido de atender às normativas do PBQP-H.

Novos Planos de Mobilidade e de Drenagem de Goiânia – Vamos atuar fortemente neste ano, participando juntamente com as secretarias e demais membros da sociedade civil organizada, para que a cidade tenha um novo planejamento de sua infraestrutura.

Tecnologia – Temos feito eventos virtuais para trazer as melhores práticas e tecnologias disponíveis. Um destes instrumentos está sendo o Living Lab C, juntamente com a Universidade Federal de Goiás.

Também a Comunidade da Construção – Grupo que reúne dezenas de construtoras e entidades buscando melhorias tecnológicas. Ainda apoiamos o desenvolvimento do ecossistema de inovação com apoio a Startups, em especial as Construtechs, juntamente com o Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg, o Gyntec, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da UFG e muitos outros.

Campanha de valorização da engenharia – Por proposta do Sinduscon-GO, a CBIC organiza uma grande campanha nacional de valorização da engenharia e, em particular, da construção civil”.

A importância do Sinduscon vai bem além deste relato de Cezar Valmor Mortari. Ela pode ser medida pela posse em agosto de 2023 do engenheiro civil e 1º vice-presidente da entidade, Renato de Sousa Correia, que assumiu a mais importante instituição do segmento no Brasil, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), para o triênio 2023-2026. Com mais de 30 anos de experiência no setor imobiliário, Correia pretende conduzir sua gestão com foco no planejamento estratégico adotado nos últimos anos pela entidade. O trabalho busca melhorar o ambiente de negócio e ampliar o mercado, atuar para agregar mais parcerias com os demais atores da cadeia produtiva e seguir o papel de trabalhar para o bem-estar da população. “Somos instrumento da sociedade brasileira para resolver grandes problemas complexos. Habitação e saneamento não se resolvem sem uma indústria da construção adequada. O mesmo acontece com as rodovias, pavimentações, hospitais e creches. Queremos ajudar a sociedade com nosso trabalho. Estudamos e nos organizamos para isso”, afirmou Correia.

Antes de ocupar a vice-presidência do Centro-Oeste da CBIC, Renato Correia, 57 anos, foi vice-presidente e presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO) e presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (Codese) de Goiânia, quando implantou o programa O Futuro da Minha Cidade, da CBIC.



O momento parece mesmo favorável a Goiás. De janeiro a julho de 2023, o Estado foi o sexto com o maior número de empregos criados na construção civil. O saldo é de mais de 9,5 mil vagas no período, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Já Goiânia foi o quinto município brasileiro com o maior número de vagas criadas na construção no mesmo período. Foram mais de 4,5 mil postos gerados.

Considerando apenas Centro-Oeste, Goiás é o segundo com maior saldo positivo de novos empregos com carteira assinada gerados. Os dados são da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). As informações de 2021 da Pesquisa Anual da Indústria da Construção, a mais recente do IBGE, revelam que em Goiás são 2.172 CNPJs ativos no setor. Isto representa 43% das empresas de construção só no Centro-Oeste.

Setenta e cinco anos depois de sua fundação, tudo mudou. O mundo, as relações de trabalho, as técnicas construtivas e os materiais. Mudou também o Sinduscon-GO e, como prova este livro, para muito melhor.



FONTES DE CONSULTA

BIBLIOGRAFIA

- ALVARES, Geraldo Teixeira. A Luta na Epopeia de Goiânia - Uma Obra da Engenharia Nacional, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1942, Rio de Janeiro
- BORGES, Venerando de Freitas. Samburá, Edição do Autor, 1987, Goiânia
- CABRAL, Maria Madalena Roberto (organizadora). Documentação Histórica e Fotográfica do Acervo Artístico no Município de Goiânia, Prefeitura de Goiânia, 2008, Goiânia
- CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás – da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade, Editora UFG, 2ª edição, 2001
- CHAUL, Nasr Fayad. A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital, Editora UFG, 1999
- COSTA, Castro. Goiânia, A Metrópole do Oeste, Academia Goiana de Letras, 1947, Goiânia
- DAHER, Tania. Goiânia, um Utopia Europeia no Brasil. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003, Goiânia
- DIAS, Luisa e OLIVEIRA, Carla. A Criação da Fieg e a História de Gilson Alves de Souza, Fieg, Goiânia, 2016
- FERREIRA, Dilmar. Goiânia e Sua Vida, Edição do Autor, 1969, Goiânia
- GALLI, Ubirajara. A História do Comércio Varejista em Goiás, Contato Comunicação, 2007, Goiânia
- GALLI, Ubirajara. Historiografia Goiana, Contato Comunicação, 2012, Goiânia
- GODINHO, Iúri Rincon. A Construção, Contato Comunicação, 2013, Goiânia
- JÚNIOR, Oscar Sabino. Goiânia Documentada, Cannes Publicidade, 1958, Goiânia
- JÚNIOR, Oscar Sabino. Goiânia Global, Editora Oriente, 1980, Goiânia
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia - Uma Concepção Moderna e Contemporânea – Um Certo Olhar, Edição do Autor, 2001, Goiânia
- MOYSÉS, Aristides. Goiânia – Metrópole Não Planejada, Editora da UCG, 2004, Goiânia
- PALACIN, Luiz. Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás, Editora Oriente, 1976, Goiânia
- RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Goiânia: os Planos, a Cidade e o Sistema de Áreas Verdes, Editora da UCG, 2004, Goiânia
- ROCHA, Hélio. Sete Décadas de Goiânia, Contato Comunicação, 2003, Goiânia
- ROCHA, Hélio. Goiânia 75, Editora da UCG, 2009, Goiânia
- ROCHA, Hélio. Memória da Energia em Goiás, Edição do autor, 2005, Goiânia

JORNAIS

- Diário da Manhã
Folha de Goiás
Jornal Opção
O Popular



REVISTAS

Construir Mais - Sinduscon
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Revista Goiás Industrial - Fieg
Revista da UFG

INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Academia Goiana de Letras
Biblioteca Nacional (RJ)
Fundação Getúlio Vargas (SP)
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

ESTUDOS

A Construção Civil em Goiás e o Emprego de Recursos Minerais. Luciana Gonçalves Tibiriçá, Universidade Federal de Goiás - Goiânia – GO – Brasil, 2015
A Formação do Espaço Urbano x Mobilidade da População, professor Edgar A. Graeff, PUC-Goiás
Armando de Godoy e Sua Atuação no Planejamento Urbano de Goiânia - O Caso do Setor Sul: Concepção Urbanística Versus Apropriação do Espaço, Estudo
Atílio Corrêa Lima – o “Inventor” de Goiânia, The Urban Earth - Reflexões para um Mundo Urbanizado, Maria Cecilia Luchese (artigo)
Atílio Corrêa Lima (1901/1943): Uma Produção Moderna em Diferentes Escalas – do Objeto à Cidade, Marlice Nazareth Soares de Azevedo (estudo)
Cadernos de Fotografia do MIS 2 – O Fotógrafo Sílvio Berto, Agepel
Cadernos de Fotografia do MIS 3 – Pioneiros da Fotografia em Goiânia, Agepel
Goiania – La Ciudad Premoderna del “Cerrado” 1922-1938 - Modernidad y Ciudad
Jardín en la urbanística de la nueva capital del Estado de Goiás, Jacira Rosa Pires, Tesis doctoral, Universitat Politecnica de Catalunya
Goiânia, Anos de 1960: Construções de Sentidos de Tempo e Lugar, Wilton de Araujo Medeiros, trabalho apresentado no I Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, SC
Goiânia, Seu Primeiro Plano Diretor e Aspectos Atuais da Realidade da Cidade: uma Leitura Ambiental, Kléber Adorno publicado na Revista Anhanguera, Goiânia v.3 n.1 jan./dez
Monumentalidade, Linhagem e Estrutura Narrativa: o Horizonte de Expectativa do Projeto Urbanístico de Goiânia, Cristiano Alencar Arrais
Sinduscon 60 Anos, Sinduscon

INTERNET

<https://cbic.org.br/obras-industriais/2021/12/07/mg-e-go-discutem-relevancia-da-inovacao-na-implantacao-de-projetos/>
<https://www.linkedin.com/in/cezar-valmor-mortari-66b71953/?originalSubdomain=br>
<https://cbic.org.br/juridico/poder-judiciario-e-mercado-imobiliario-abrem-dialogo-so->



bre-incorporacao-imobiliaria-e-distrato-em-goiania/
<https://www.otempo.com.br/economia/economia-do-brasil-desandou-apos-atos-de-2013-entenda-o-que-mudou-em-4-pontos-1.2884165>
<https://portal.al.go.leg.br/noticias/45526/presidente-do-sinduscon-destaca-aumento-da-demanda-na-construcao-civil>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Brasil
<https://empreenderemgoias.com.br/2020/11/11/fig-quer-aumentar-de-9-para-50-uso-do-bim-pelas-empresas/>
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29375-em-2018-pib-cresce-1-8-e-chega-a-r-7-0-trilhoes#:~:text=O%20crescimento%20do%20PIB%20em,queda%20registrada%20na%20atividade%20Constru%C3%A7%C3%A3o.>
<https://gecon.eeca.ufg.br/n/141890-materia-sobre-o-1-pitch-day-living-lab-c>
<https://empreenderemgoias.com.br/2021/08/26/material-de-construcao-precos-caem-na-industria-mas-sobem-no-varejo/>
<https://www1.sfioc.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=122085>
<https://fiege.com.br/sobre/historia>
<https://www1.sfioc.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=122085>
<https://cbic.org.br/sinduscon-e-seconci-goias-empossam-novas-diretorias-nesta-sexta-feira/>
<https://www.aredacao.com.br/noticias/79476/programas-e-obras-de-marconi-em-goias-sao-replicados-na-uniao-e-nos-estados>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Brasil
<https://opopular.com.br/economia/construc-o-civil-cobra-melhor-infraestrutura-1.66424>
<http://seconci.com.br/site/2019/12/12/seconci-goias-inaugura-galeria-artistica-de-retratos-com-homenagem-a-benemeritos/>
<https://www.masonic.com.br/historia/03.html>
<https://masonic.com.br/historia/Pacheco.html>
<https://www.curtamais.com.br/goiania/conheca-o-predio-na-avenida-anhanguera-que-preserva-a-historia-da-industria-goiana>
<https://obrasconstrucaoocivil.com/sem-insumos-na-construcao-civil-e-aumento-nos-valores-obras-podem-ser-paralisadas/>
<https://cbic.org.br/cbic-sob-nova-direcao-conheca-o-perfil-do-novo-presidente/>
<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-luis-inacio-lula-da-silva.htm#:~:text=Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,tropas%20de%20paz%20no%20Haiti.>
<https://cbic.org.br/obras-industriais/2021/12/07/mg-e-go-discutem-relevancia-da-inovacao-na-implantacao-de-projetos/>

ENTREVISTAS BÁSICAS

Cezar Valmor Mortari
Eduardo Bilemjian Filho
Geraldo Coelho Vaz
Jalles Guedes
Ubirajara Galli



O AUTOR

IÚRI RINCON GODINHO

Jornalista formado pela Universidade Federal de Goiás em 1985. Fundador da Contato Comunicação (1986), onde edita mais de 40 jornais e revistas.

Ex-presidente da União Brasileira de Escritores-Goiás, ex-vice-presidente da Associação Goiana de Imprensa. Membro das academias Goiana, Goianiense e Espírita de Letras, além do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Curador de exposições e fundador de entidades, colecionador de camisas de futebol, pai da Diana.

LIVROS PUBLICADOS

POESIA

Uma luz no fim do mundo (poemas), 1989

Poemas de Amor, Adrenalina e Testosterona, 2014

Amor em Dose Dupla, 2016

HISTÓRIA

Médicos e Medicina em Goiás, 2004 (em 3ª edição)

História da Propaganda em Goiás, 2006 (em 3ª edição)

Colunistas Sociais Goianos (organizador), 2007

História da TV em Goiás, 2008 (em 2ª edição)

História da Oftalmologia em Goiás, 2009

Departamento de Sonhos (12 anos de entrevistas para a revista Marketing em Goiás), 2009

Imune a Tempestades - A conturbada vida do 1º prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, 2010

Memória Visual da Medicina Goiana, 2010

Memória Visual da Ginecologia Goiana, 2011

Memória Visual da Oftalmologia Goiana, 2012

Memória Visual da Ortopedia Goiana, 2012

Memória Visual de Goiânia – 1945 – O Álbum Perdido do Primeiro Prefeito, 2012

A Construção - Cimento, Ciúme e Caos nos Primeiros Anos de Goiânia - 2013

Memória Visual da Neurologia Goiana, 2014

Memória Visual da Cardiologia Goiana, 2015

Eldorado: Primeiro Bairro Vertical Planejado de Goiânia (com Paulo Roberto da Costa), 2015

Memória Visual da Radiologia Goiana, 2016

100 Grandes Capas de Livros Goianos, 2016

Histórias e Conquistas - SIHGO 20 anos, 2017

Diretas Já em Goiânia - Brigas, prisões e esperança na maior festa cívica goiana, 2017

O Estudo que Construiu Goiânia, 2018

Goiânia em Guerra – Sangue, Sede e Escuridão nos Anos 40, 2018

Amados Mortos, 2019

Fernando, João, Marcelo e a Geração que Fez da Música Goiana Sucesso Nacional, 2021



DNA de Luta – História da Regulamentação da Biomedicina, 2022

De um Jeito ou de Outro – A Vida de Helenir Queiroz, 2022

Grão de Sonho – A Vida de Evaristo Lira Baraúna, 2022

Como Goiânia Construiu Brasília, 2023

Sinduscon 75 Anos, 2023

OUTROS

Nossos Mais Fortes Sentimentos (discurso de posse na Academia Goiana de Letras), 2010

Canções de Amor, Adrenalina e Testosterona - CD - 2014

MEMORIAL FOTOGRAFICO

Materiais para construção

<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>FORRO DE PINHO DE 1"</td> <td>M2</td> <td>CR\$ 22,00</td> </tr> <tr> <td>TABOAS DE PINHO APARELHADAS 1" x 12"</td> <td>M1</td> <td>CR\$ 14,00</td> </tr> <tr> <td>" " " 3/4" x 12"</td> <td>M1</td> <td>CR\$ 12,00</td> </tr> <tr> <td>" " " 1/2" x 12"</td> <td>M1</td> <td>CR\$ 8,50</td> </tr> <tr> <td>" " " " com calhe 1" x 12"</td> <td>M1</td> <td>CR\$ 15,00</td> </tr> </table>	FORRO DE PINHO DE 1"	M2	CR\$ 22,00	TABOAS DE PINHO APARELHADAS 1" x 12"	M1	CR\$ 14,00	" " " 3/4" x 12"	M1	CR\$ 12,00	" " " 1/2" x 12"	M1	CR\$ 8,50	" " " " com calhe 1" x 12"	M1	CR\$ 15,00	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>CAIXA D'AGUA DE CIMENTO DE 500 LITROS</td> <td>CR\$ 290,00</td> </tr> <tr> <td>CAIXA D'AGUA DE CIMENTO DE 150 LITROS</td> <td>CR\$ 120,00</td> </tr> <tr> <td>GRANITINA PARA SOLEIRAS, PEITORIS, ESCADAS, PISOS, ETC.</td> <td>M2 CR\$ 145,00</td> </tr> <tr> <td>PEDRAS PARA PIAS DE 1,20 x 0,55</td> <td>CR\$ 85,00</td> </tr> <tr> <td>CANTONEIRAS PARA FILTROS</td> <td>CR\$ 45,00</td> </tr> <tr> <td>MARMORITE PARA REVESTIMENTOS</td> <td>M2 CR\$ 190,00</td> </tr> </table>	CAIXA D'AGUA DE CIMENTO DE 500 LITROS	CR\$ 290,00	CAIXA D'AGUA DE CIMENTO DE 150 LITROS	CR\$ 120,00	GRANITINA PARA SOLEIRAS, PEITORIS, ESCADAS, PISOS, ETC.	M2 CR\$ 145,00	PEDRAS PARA PIAS DE 1,20 x 0,55	CR\$ 85,00	CANTONEIRAS PARA FILTROS	CR\$ 45,00	MARMORITE PARA REVESTIMENTOS	M2 CR\$ 190,00
FORRO DE PINHO DE 1"	M2	CR\$ 22,00																										
TABOAS DE PINHO APARELHADAS 1" x 12"	M1	CR\$ 14,00																										
" " " 3/4" x 12"	M1	CR\$ 12,00																										
" " " 1/2" x 12"	M1	CR\$ 8,50																										
" " " " com calhe 1" x 12"	M1	CR\$ 15,00																										
CAIXA D'AGUA DE CIMENTO DE 500 LITROS	CR\$ 290,00																											
CAIXA D'AGUA DE CIMENTO DE 150 LITROS	CR\$ 120,00																											
GRANITINA PARA SOLEIRAS, PEITORIS, ESCADAS, PISOS, ETC.	M2 CR\$ 145,00																											
PEDRAS PARA PIAS DE 1,20 x 0,55	CR\$ 85,00																											
CANTONEIRAS PARA FILTROS	CR\$ 45,00																											
MARMORITE PARA REVESTIMENTOS	M2 CR\$ 190,00																											

Grande estoque de vigas, caibros, ripas, taboas brutas, etc.

OBSERVAÇÃO: - A nossa fabrica está aparelhada para atender a qualquer serviço no genero - Aceitamos encomendas para o interior

G. FONSECA & CIA.

RUA 7 Nº. 23 — CAIXA POSTAL 28 — FONE 10-68

ESCRITORIO:

DEPOSITO:

Goiania

RUA 58 Nº. 5 — FONE 12-25

*Anúncio de 1948, quando o Sinduscon nasceu
REPRODUÇÃO GOIÂNIA EM GUERRA*

Caixas d'agua

Retangulares e Redondas

Eternit

DURÁVEIS — ESTÉNICAS —
LIGERAS — PREÇO BARATO
ISOLANTES — PARA ÁGUA
QUENTE E FRIA — NÃO
INFECTAM — HIGIÊNICAS
— BACTERICIDAS — À
PROVA DE INSETOS

Chapas onduladas para telhados e paredes.
Chapas lisas para fôrros, paredes, etc.
Tubos e calhas — Tubos sanitários.

ETERNIT DO BRASIL CIMENTO AMIANTO S. A.
SÃO PAULO

DISTRIBUIDOR

Casa Zupelli

AVENIDA ANHANGUERA, 70/72 — C. POSTAL 53 TELEF.
10-87 — ENDEREÇO TELEGRÁFICO "ZUPELLI"
GOIÂNIA — GOIÁS

*Em 1948, Goiânia já
tinha um mercado
formado da construção
REPRODUÇÃO GOIÂNIA
EM GUERRA*





Final da década de 1940

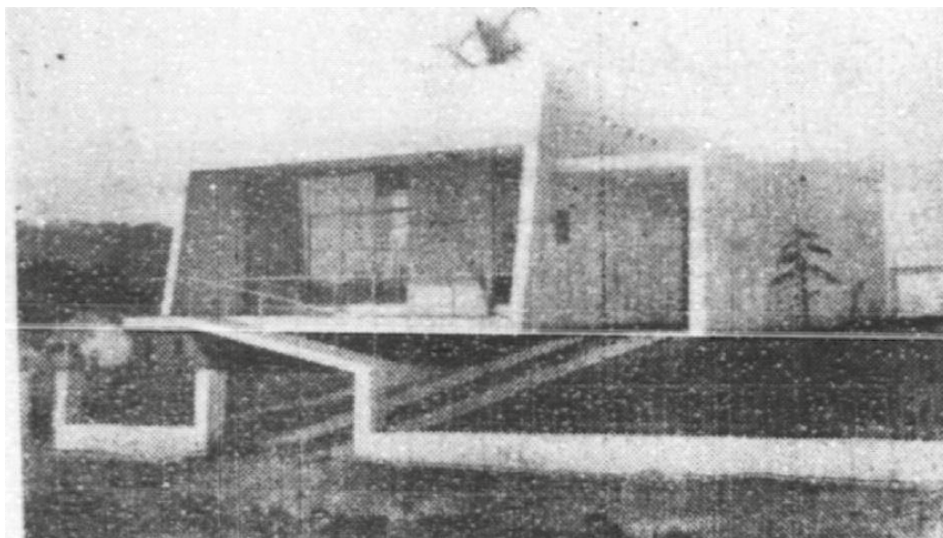
Praça Cívica, Goiânia, na época da criação do Sinduscon

REPRODUÇÃO GOIÂNIA EM GUERRA

Setor Campinas de Goiania!
VILA COIMBRA
Lotes mais baratos e de maior valorização
Vendas a prestações - Coimbra Bueno & Cia.
"CONSTRUTORES DE GOIANIA"
Rua Dois n. 10

Quando o sindicato nasceu, Goiânia estava em pleno crescimento

REPRODUÇÃO GOIÂNIA EM GUERRA



Casa modernista em Goiânia nos anos 1950
REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA

42
16

Lotes no aeroporto

A Legião Brasileira de Assistência está vendendo 22 lotes da Quadra 70-B, do Aeroporto atual.

Os lotes que dão para a rua 67 têm preço entre Cr\$ 38.000,00 e Cr\$ 48.000,00; os de frente para a rua 15 oscilam entre Cr\$ 35.000,00 e Cr\$ 44.000,00.

Vendas com entrada de 20% e o restante em 24 prestações.

Mais informações na sede da Comissão Estadual, à Av. Araguaia, esquina de Avenida Anhanguera, no Edifício "Cidade de Goiás".

Construção do Setor Aeroporto na primeira metade dos anos 1950,
quando o aeroporto da Avenida Paranaíba se mudou para o Santa Geneveva
REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA



Diretoria da Federação das Indústrias em evento na cidade de Anápolis nos anos 1950
REPRODUÇÃO



Inauguração do prédio da Federação das Indústrias, que sediará o sindicato por vários anos
REVISTA MANCHETE



VEJAM, NUM ATO OFICIAL, A COMPROVAÇÃO
DA EXCELENTE SITUAÇÃO DO SETOR

Jardim Goiaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANIA

DECRETO N. 18

APROVA O LOTEAMENTO DO SETOR "JARDIM GOIAZ" DE
PROPRIEDADE DO SR. LOURIVAL LOUZA.

O Prefeito Municipal de Goiânia, no uso de suas atribuições e
tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º 1.º, do decreto-lei n. 573,
de 12 de maio de 1947

DECRETA

Art. unico — Fica aprovado o loteamento do Setor "Jardim Goi-
az" de propriedade do sr. Lourival Louza, situado entre os Seto-
res Sul e Leste de Goiânia, de acordo com o projeto elaborado
pelo Engenheiro Urbanista Francisco Prestes Maia, e plantas e me-
morial do Engenheiro Roberto Magno Ribeiro.

EURICO VIANA

CLEONE RIZZO ESSELIN

Prefeito

Secretario

Aproveite as excepcionais condições de vendas do mês
de outubro. Vá hoje mesmo ao Escritorio "Jardim
Goiaz", à rua "Um", n. 13 (sobrado) e
escolha os seus lotes

Início das vendas do Jardim Goiás

REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA

A primeira fábrica de fios e de tecidos de Goiás está
localizada na

Vila Jaiára

la também deve ser construída a sua residência ou indus-
tria. LOTES DESDE Cr\$ 2.000,00, em 21 pagamentos sem
juros, com energia elétrica e água encanada.

CIA GOIANA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE
ALGODÃO

Rua Gal. Xavier Curado, 136 — Anápolis

Não só Goiânia crescia, mas as cidades do interior também

REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA





Nesta casa da Rua 4, Centro de Goiânia, os empresários do Sinduscon discutiram a fundação da Fieg
REPRODUÇÃO

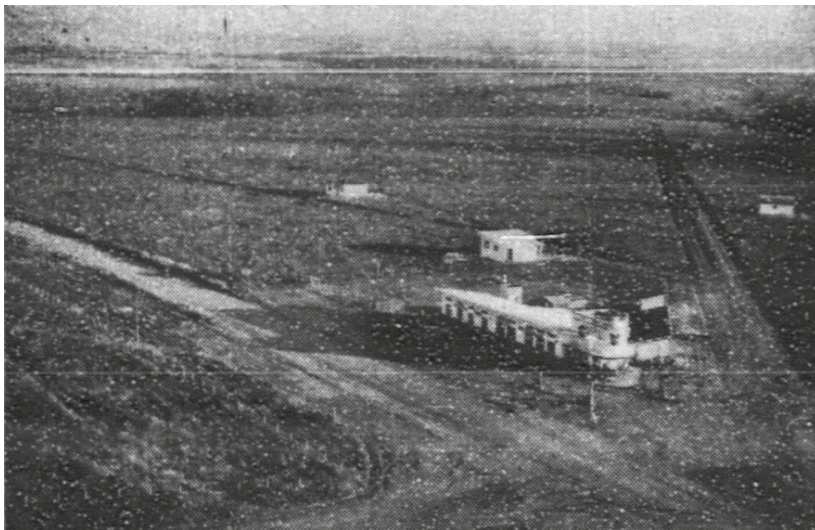


Por muitos anos o Sinduscon ficou sediado neste prédio da Fieg
REPRODUÇÃO





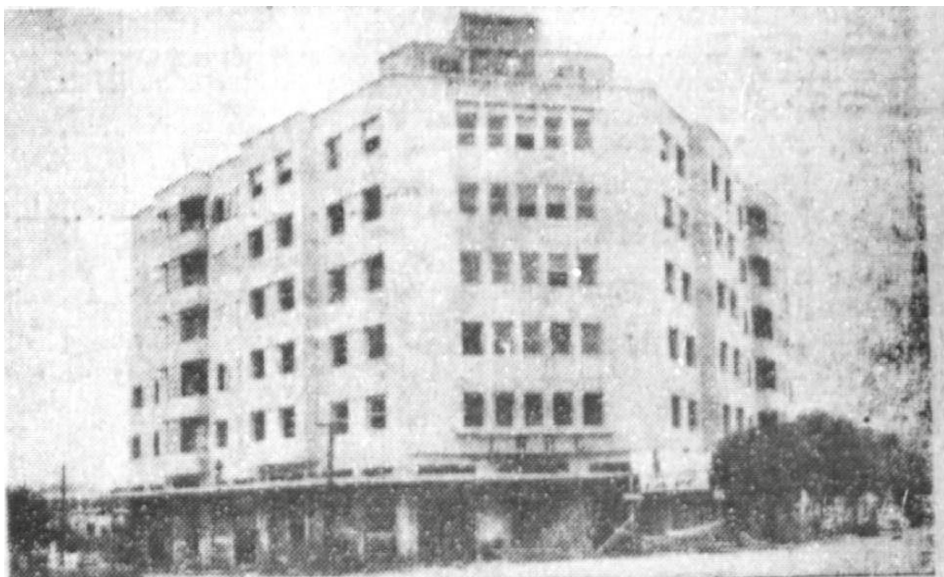
Uma das primeiras diretorias da Federação das Indústrias
REPRODUÇÃO



Primeiras edificações na Vila Brasília
REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA



*Reunião de Diretoria da Fieg, da qual
José Alair Martins Baptista sempre participou*
REPRODUÇÃO

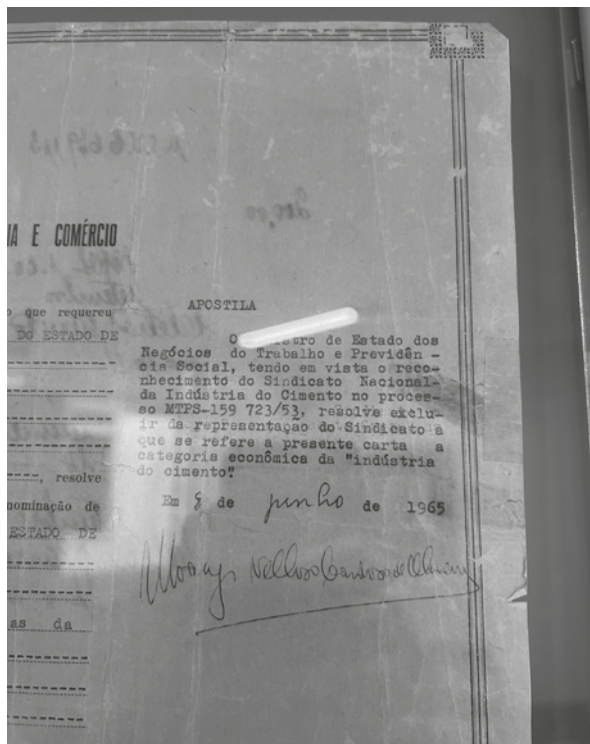


Sede do IAPC (atual INSS), prédio que ficava em frente à sede do Sinduscon
REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA

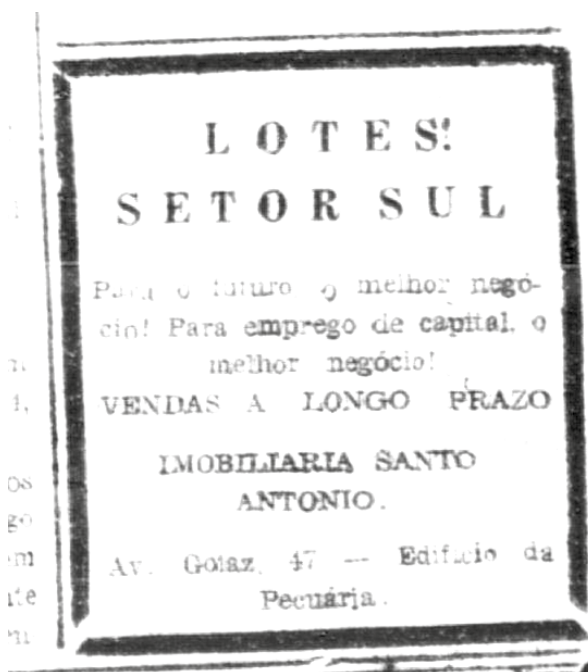




*Senador Canedo, anos 1950
REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA
CONSTRUIU BRASÍLIA*



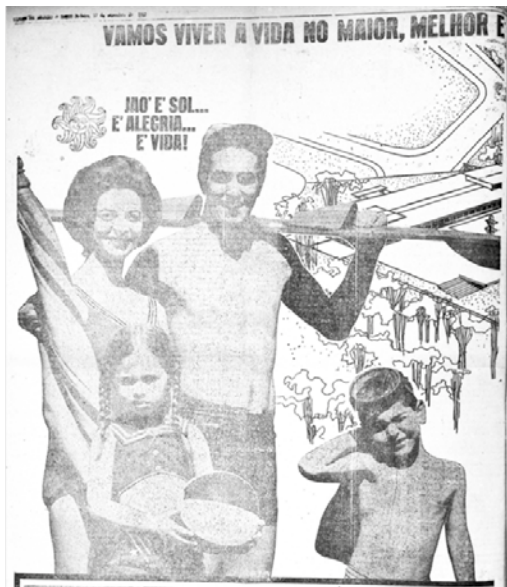
*No correr dos anos, a carta
sindical passou por várias
atualizações
ÍURI RINCON GODINHO*



*Venda de lote Setor Sul,
anos 1950
REPRODUÇÃO COMO
GOIÂNIA CONSTRUIU
BRASÍLIA*



*Vila Operária, em Goiânia, atual Setor dos Funcionários nos anos 1950
REPRODUÇÃO COMO GOIÂNIA CONSTRUIU BRASÍLIA*



Construção do Clube Jaó
REVISTA MANCHETE



Goiânia durante o regime militar, 1966
REPRODUÇÃO



Goiânia em 1967
REVISTA MANCHETE



*Governador Mauro Borges volta para
o Palácio depois da missa de domingo,
tendo ao fundo os prédios de Goiânia*
REVISTA MANCHETE





Manifestação popular em Goiânia, 1968
REPRODUÇÃO

*Nos conturbados anos 1960,
o manifesto do governador
Mauro Borges. O setor da
construção não se envolvia
em questões políticas*

ACERVO
ÍURI RINCON GODINHO

Manifesto ao Povo Brasileiro

construam a democracia, real e efetiva, e não vaga e formal.

Exigimos as reformas já devido da lei, ao lado da iniciativa privada, socialmente justa, para que se atenuem a produção e se distribua com equidade os seus frutos.

Exigimos do Congresso o cumprimento de sua obrigação de votar a Lei que encaminhou ao referendo. Exigimos de todos os brasileiros, cujas responsabilidades inconstitucionalmente foram atribuídas ao Congresso Nacional, que o grande instrumento do desenvolvimento econômico e da justiça social, para a mobilização planejada de todos os poderes de trabalho e de riqueza.

Instigamos já o presidente Castello Branco a adotar medidas que não sejam apenas palavras, mas sim, reformas reais e concretas, visando ao bem-estar do povo brasileiro. O problema brasileiro é um problema constitucionalmente, pelo Congresso Nacional, inclusive a sua da República, travando pelas águas de uma unidade, força, tranqüila e corresponsável, orientada a fim de que não se agite movimento contra as esperanças e o direito do povo.

Concluímos e mudamos todos os brasileiros pela fé de que a República, Política oferecida ao mundo, incluindo sua independência, planejando o seu espírito certo, é um trabalho árduo, sem o derramamento de sangue e sem violência física, desarmado a força do homem e a ciência da vida.

Buscamos ao povo goiano a decisão e a verdade, o bem-estar e o alívio de todos os nossos compatriotas.

Agradecemos e louvamos o patriotismo e a coragem de todos os brasileiros e da mobilidade de voluntários que se inscreveram para o voto das listas pela Democracia e pela Liberdade.

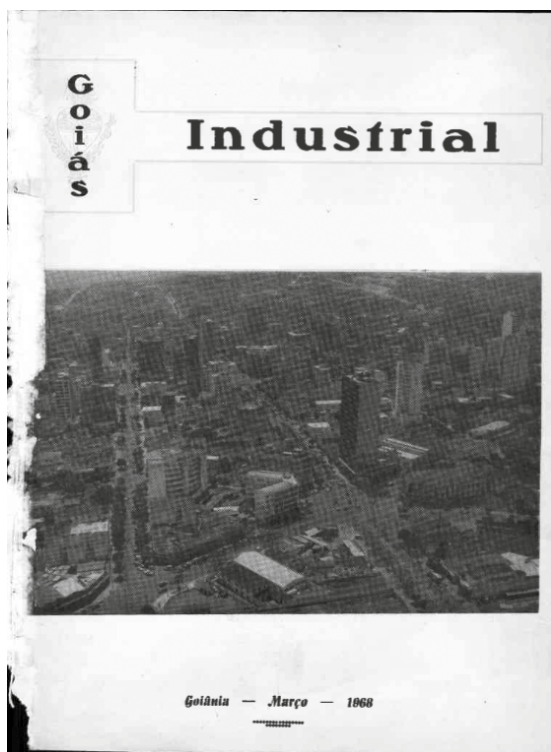
Buscamos particularmente as Filhas Arcadas e concluímos que o espírito de Castor, não a Política, tornou fútil ao povo, porque na sua mente na luta, levando a a lutar imediatamente que um ao outro, organizando, orientando e vivo todos os que esqueceram a mesma, feita e que juraram a mesma Bandeira. Diriam ao Brasil, mas, uma vez, o elemento de dependência do poder, de serviço, de dívida ao regime, a que se voltaram virulência com novo. Entendemos que nossa esperança que renovará o qual de nosso patriotismo não admitindo vendição ou traição, mas sim, reformas reais e concretas.

Buscamos a Política que busca os caminhos de sua realização e de suas doutrinas em todos os episódios de sua vida e particularmente no desenvolvimento e no trabalho político de seus filhos.

Mauro Borges Teixeira
Governador do Estado de Goiás



Praça do Bandeirante em Goiânia, nos anos 1960
REPRODUÇÃO



Revista Goiás Industrial, da Fieg, que guarda boa parte da história do Sinduscon
REPRODUÇÃO





Cartão do Hotel Presidente, um dos mais luxuosos da década de 1970
 CAIXA GOIÂNIA 90 ANOS



*Estádio Serra Dourada
 em construção, 1973*
 ACERVO
 IÚRI RINCON GODINHO



Estádio Serra Dourada
REPRODUÇÃO



Governador Leonino Caido,
autor de duas grandes
construções, o Estádio Serra
Dourada e o Autódromo
Internacional de Goiânia
REVISTA MANCHETE





Piloto Emerson Fittipaldi (de terno branco) conversa com o governador Leonino Caiado na época da construção do autódromo

REVISTA MANCHETE

**PROVALLE ENTREGA
A MAIOR OBRA
ARQUITETONICA
DO ESTADO DE GOIÁS**

PARTHENON CENTER

A Provalle Incorporadora Ltda. entrega à Coslenda o Parthenon Center, localizado no centro da cidade, com 46.088,10 m² de área construída; 22 pavimentos térreos, com 3 elevadores e contendo em sua base 100 vagas para carros.

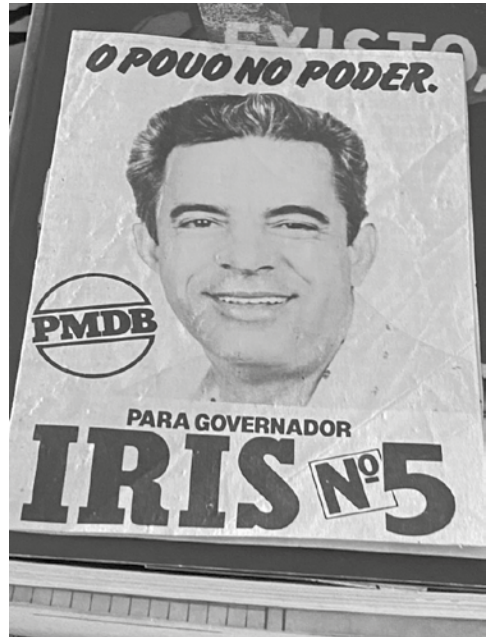
250/15/100: 980 copas em 7 pavimentos superiores com acesso através de rampas circulares; terraço ajardinado e estacionamento para 300 carros; comércio 127622,65m² templo de vidro de 2000m² para 4 ruas e o primeiro hotel de Goiânia.

A PROVALLE SE ORGULHA DE ENTREGAR O PARTHENON CENTER, OBRA QUE ATESTA SUA CAPACIDADE EMPREENDEDORA E VALORIZA A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO.

ProValle
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Provalle, empresa que pertencia ao presidente do Sinduscon Nabor Cordeiro do Vale

REPRODUÇÃO



*A democracia de volta com a eleição
de Iris Rezende Machado, 1982
REPRODUÇÃO*



*Construção da Vila Mutirão, com mil casas em um dia
PROGRAMA GOLÁS DE NORTE A SUL*



Campanha das Diretas Já em Goiânia, 1984

LIVRO DIRETAS JÁ



Goiânia em 1980

REPRODUÇÃO



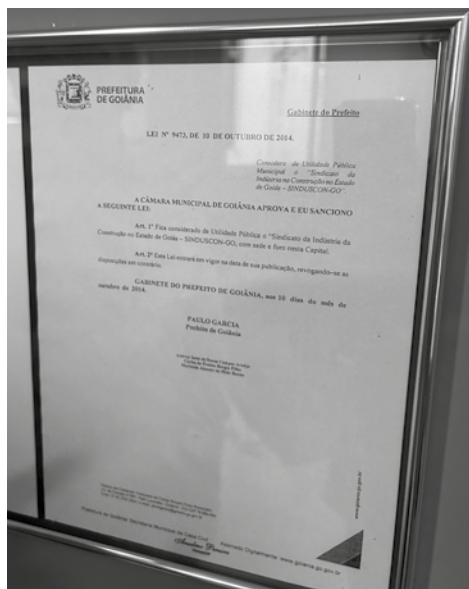
Desinfecção do Césio-137, 1987
CAIXA GOIÂNIA 90 ANOS



Parque Vaca Brava, o cartão postal do desenvolvimento vertical de
Goiânia nos anos 1990
CAIXA GOIÂNIA 90 ANOS



Primeiro shopping de bairro de Goiânia, Bougainville, anos 2000
 CAIXA GOIÂNIA 90 ANOS



**Em 2014 o município de Goiânia
 reconheceu o sindicato como de
 utilidade pública**
 REPRODUÇÃO





*Presidentes José Alves e Paulo Afonso Ferreira no Enic de 1989
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS*



*Evento da gestão de Sarkis Nabi Curi, no final dos anos 1990
SINDUSCON*





Atendimento no Seconci, primeira metade dos anos 2000
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS



Presidente Justo Cordeiro (à esquerda) em reunião com o governador
Marconi Perillo nos anos 2000
ACERVO MARCONI PERILLO



*Governador Marconi Perillo no Enic de 2003
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS*



*Dia Nacional da Construção Social, 2007
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS*



*Manual lançado em 2007
REPRODUÇÃO SINDUSCON
60 ANOS*



*Encontro de Mestres de Obras, 2010
REPRODUÇÃO*



Presidente Justo Oliveira (à esquerda) e Roberto Elias (à direita)
REPRODUÇÃO



Seconci em 2010
REPRODUÇÃO SINDUSCON 60 ANOS



Presidente Dilma Rousseff participa do Enic em Goiânia, em 2014
REPRODUÇÃO



Governador Marconi Perillo e presidente
Dilma Rousseff no Enic de 2014, coordenado pelo Sinduscon
FIEG



Presidente Carlos Alberto, presidente da CBIC, Roberto Correa, e presidente do Sinduscon, Roberto Elias Fernandes SINDUSCON



Presidente Carlos Alberto no Dia da Construção Social, em 2015 REPRODUÇÃO



Uma das marcas da gestão de Carlos Alberto foi a solidariedade, como nos natais SINDUSCON



Evento da gestão de Carlos ALberto em 2015, com participação do ex-governador MAGUITO VILELA



Evento de compliance em 2018, na gestão de Eduardo Bilemjian Filho
REPRODUÇÃO



*Eduardo Bilemjian na Feira do Imóvel,
com o presidente da Fecomércio-GO, Marcelo Baiocchi*
REPRODUÇÃO



Reunião da Confederação Nacional da Indústria que elegeu Paulo Afonso Ferreira (à direita na foto) como presidente da instituição, em 2019
PORTAL DA INDÚSTRIA



Tempos de pandemia em 2021 com o presidente Cezar Valmor Mortari de máscara (segundo a partir da esquerda)
REPRODUÇÃO



Presidente da Fieg, Sandro Mabel, presidentes do Sinduscon Eduardo Bilemjian e Cezar Valmor Mortari FIEG



O presidente Eduardo Bilemjian Filho (à direita) enfrentou dias difíceis na pandemia e conduziu a entidade com orientações ao setor SINDUSCON



Prêmio Mérito da Construção, 2022
SINDUSCON



Fórum da Habitação com o governador Ronaldo Caiado, 2022
REPRODUÇÃO



*Cezar Valmor Mortari na
reunião com a bancada federal de Goiás
SINDUSCON*



*Casa lotada no Sinduscon
REPRODUÇÃO*



*Da mesma maneira que era desde os anos 1950,
o Sinduscon continua participando das reuniões de Diretoria da Fieg
FIEG*



*Presidente Cezar Valmor
Mortari em reunião na CBIC, em 2023
SINDUSCON*



Auditório do Sinduscon, 2023
SINDUSCON



Sala de eventos do Sinduscon, 2023
SINDUSCON



Posse do vice-presidente Renato Correa como presidente da CBIC em 2023
CBIC



Presidente Cezar Valmor Mortari recebe o prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, 2023
REPRODUÇÃO

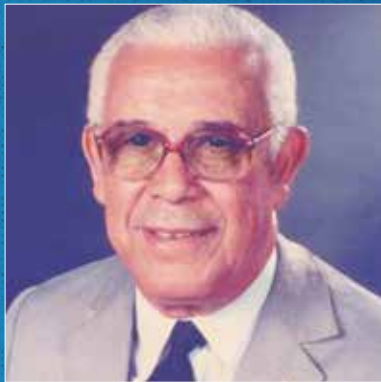


Senador Vanderlan Cardoso, presidente da CBIC, Renato Correa, e o presidente do Sinduscon, Cezar Valmor Mortari, discutindo reforma tributária SINDUSCON

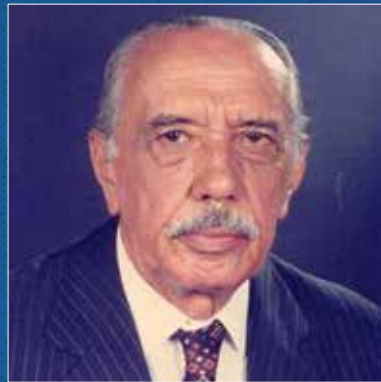


*Renato Correa na posse da CBIC, 2023
REPRODUÇÃO*

PRESIDÊNCIAS



1° - José Alair Martins Baptista
1948/52 - 1966



2° - Geraldo Fonseca
1966 - 1968



3° - Afrânio Roberto de Souza
1968 - 1974



4° - Nabor Cordeiro do Vale
1974 - 1980

PRESIDÊNCIAS



5° - Elmo de Castro
1980 - 1983



6° - José Alves Fernandes Filho
1983 - 1989



7° - Paulo Afonso Ferreira
1989 - 1995



8° - Mário Andrade Valois
1995 - 1998

PRESIDÊNCIAS



9° - Sarkis Nabi Curi
1998 - 2001



10° - José Rodrigues Peixoto Neto
2001 - 2004



11° - Joviano Teixeira Jardim
2004 - 2007



12° - Roberto Elias de Lima
Fernandes
2007 - 2010

PRESIDÊNCIAS



13° - Justo Oliveira D'Abreu
Cordeiro
2010 - 2013



14° - Carlos Alberto de Paula
Moura Júnior
2013 - 2017



15° - Eduardo Bilemjian Filho
2018 - 2020



16° - Cezar Valmor Mortari
2021 - 2024

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Cezar Valmor Mortari
PRESIDENTE



Renato de Souza Correia
1º VICE-PRESIDENTE



Bruno Alvarenga de Menezes
2º VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Manoel Garcia Filho
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Hidebrair Henrique de Freitas
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



José Rodrigues Peixoto
**DIRETORIA FINANCEIRA
E PATRIMONIAL**



Ibsen Rosa
**DIRETORIA FINANCEIRA
E PATRIMONIAL**

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Lucas Jeremias de Araújo
**DIRETORIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**



Eduardo Bilemjian Neto
**DIRETORIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**



Sarkis Nabi Curi
DIRETORIA DA COMAT



Moacir Benedito Ferreira
DIRETORIA DA COMAT

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Marco Aurélio Moreira
DIRETORIA DA CII



Diogo Lopes Maldi
DIRETORIA DA CII



Yuri Vaz de Paula
DIRETORIA DA CPRT



Jorge Tadeu Abrão
DIRETORIA DA CPRT

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Humberto Vasconcellos França
DIRETORIA DA COINFRA



Jadir Matsuy
DIRETORIA DA COINFRA



Cinthia Martins Peixoto
DIRETORIA DA CMA



Camila Abigail Storti
DIRETORIA DA CMA

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Marcelo Luís da Silva
DIRETORIA DA COIC



Flávio Guimarães Rocha
DIRETORIA DA COIC



Felipe Inácio Alvarenga
DIRETORIA DA CRS



Wladislenny Amorin Silveira
DIRETORIA DA CRS

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Vitor Almeida
DIRETORIA DA CHIS



Rodrigo Calil
DIRETORIA DA CHIS



Maria Amélia Silva
DIRETORIA DA CHIS



Romeu Neto
DIRETORIA DE INOVAÇÃO

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Vinicius Montrezol
DIRETORIA DE INOVAÇÃO



Marco Antônio da Cunha
DIRETORIA DE PROJETOS



Ricardo Veiga
DIRETORIA DE PROJETOS



Eduardo Bilemjian Filho
DIRETORIA DE
TERCEIRIZAÇÃO

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Gustavo Veras Pinto Cordeiro
DIRETORIA DE
TERCEIRIZAÇÃO



Joaquim Amazay Júnior
DIRETORIA DE ESTRUTURAS
METÁLICAS E INDUSTRIALIZADA



Glauco Santos Sousa
DIRETORIA DE ESTRUTURAS
METÁLICAS E INDUSTRIALIZADA



Pedro Toledo França
DIRETORIA DE
INSTALAÇÕES E
AUTOMATIZAÇÃO

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Rodrigo da Rocha Pinto
DIRETORIA DE
INSTALAÇÕES E
AUTOMATIZAÇÃO



Sara Brandão e Silva
DIRETORIA DE RELAÇÕES
COM O ENSINO



Rafael Fleury Gondim
DIRETORIA DE RELAÇÕES
COM O ENSINO



Ibsen Rosa
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA

DIRETORIA

GESTÃO 2020-2023



Gabriela Justiniano
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA



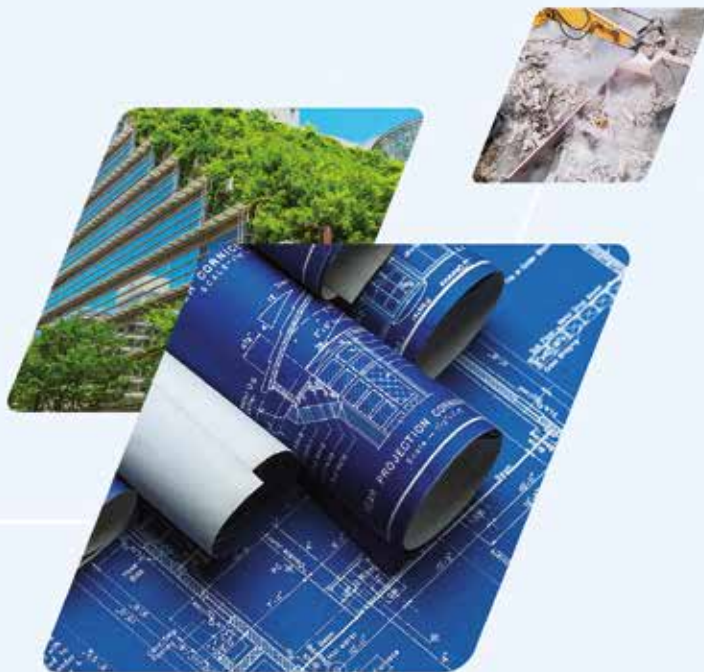
João Paulo Marques
**COORDENADOR
SINDUSCON JOVEM**

CONSELHO FISCAL

- José Carlos Gilberti- Célio Eustáquio de Moura- Luciano Fonseca -
Luis Alberto Pereira - Joaquim Amazay Jr

CONSELHO CONSULTIVO

- Eduardo Bilemjian Filho- Carlos Alberto Moura Júnior- Justo Oliveira
D'Abreu Cordeiro- Roberto Elias de Lima Fernandes- José Rodrigues
Peixoto Neto- Sarkis Nabi Curi- Mário Andrade Valois
- Paulo Afonso Ferreira- Alan Alvarenga de Menezes- Guilherme
Pinheiro- Moacyr Soares Moreira- Célio Oliveira - Ilézio Inácio Ferreira
- Marcelo Ferreira de Souza



A **ADEMI-GO** SE ESFORÇA PARA CAUSAR UM IMPACTO SIGNIFICATIVO

Por meio de nossas ações e construções, trabalhamos para gerar qualidade de vida para toda a população. Estamos comprometidos com o desenvolvimento da nossa cidade e temos nossa gestão baseada no tripé da sustentabilidade, promovendo práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Além disso, promovemos a qualificação constante e o fortalecimento do nosso mercado, por meio de palestras que instruem os profissionais a buscarem cada vez mais a excelência. Faça parte conosco!



L A N Ç A M E N T O

A
L
T
A
R
Q
U
I
T
E
T
U
R
A

Artesano
reserva MARISTA



FACHADA

É TEMPO DE ELEVAR SUAS
EXPECTATIVAS EM GOIÂNIA:
**CHEGOU A NOVA GRIFE
DA SOFISTICAÇÃO.**



153

A

217

M²

3 e 4 suítes
3 e 4 vagas

2

POR
ANDAR

LIVING DO APTO. DE 217 M²

VISITE O DECORADO

Al. Ricardo Paranhos, 1.262 - Setor Marista

artesanomarista.com.br

SINUS CONG 36 ANOS - 177

INCORPORAÇÃO E VENDAS:



GARANTIA DE **SUCESSO** NO RESULTADO?



SÓ CONTRATANDO UM(A) PROFISSIONAL REGISTRADO NO Crea-GO

Apenas um profissional registrado(a) no Conselho
pode garantir um bom resultado.

Vai projetar ou executar? Contrate um profissional
das Engenharias, Agronomia e Geociências!

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
& Agronomia



CREA-GO
Conselho Regional de Engenharia
& Agronomia de Goiás



MUTUA
Mutua de Engenharia e Agronomia de Goiás

IRONBUILD

sonhos se moldam

Engenharia de Ponta nas Edificações em Aço

Construindo Obras Metálicas de Excelência, a Iron Build já superou a marca de 1.000.000m² em áreas construídas e mais de 30.000 toneladas já produzidas. Comprometidos com a precisão técnica, cumprimento de prazos e estrita adesão às especificações.

Segmentos de Atuação:

- Prédios Metálicos de Andares Múltiplos com lajes em Steel Deck
- Obras Industriais
- Galpões de grandes vãos para os setores Atacadistas, Transportes e Supermercadista
- Shopping Centers, Pavilhões para Convenções, Eventos e Hangares
- Terminais Graneleiros Multimodais e Portuários
- Usinas de Álcool e Açúcar e demais Biocombustíveis

A Iron Build está instalada em uma moderna fábrica localizada no Polo Empresarial Goiás em Aparecida de Goiânia - GO, o maior e mais estratégico cluster industrial da Região Metropolitana de Goiânia: importante intermodal com logística privilegiada por ferrovia, várias rodovias free ways, novo aeroporto, tudo isso a 200 km da capital federal.

 www.ironbuild.com.br  (62) 3040-6301

 @ironbuildengenharia

Rua 09 S/N Quadra 31 Lote 04 Polo Empresarial Goiás
Etapa XI - Aparecida de Goiânia - Goiás CEP 74985- 130



Venda e locação

Locagyn, ponha essa marca na sua obra!

Locação de Máquinas



Manipuladores Telescópicos | Minis Retroescavadeiras | Retroescavadeiras | Teletruk | Carregadeiras Compactas

Escoramentos e Sistema para Lajes



Andaimés | Formas | Escoras | Perfis Metálicos e de Madeira

Equipamentos para Compactação



Rolos Compactadores | Placas Vibratórias
Compactadores de Solo

Equipamentos para Elevação



Balancins Elétricos | Mini Gruas | Guinchos de Coluna | Elevadores de Cremalheira

ORÇAMENTOS



GO: (62) 3546-4600 DF: (61) 3901-1430

Nossos números são de Telefone e WhatsApp



LOCAGYN



www.locagyn.com.br

UMA NOVIDADE JÁ É BOA, DUAS ENTÃO... ...SÓ PODIA SER SAGA RAM

A PRIMEIRA LOJA CONCEITO RAM DO CENTRO-OESTE
te apresenta todo poder que só a **NOVA RAMPAGE** tem.



Conheça a **EXPERIÊNCIA
RAM HOUSE** de perto e faça
test-drive na melhor picape
do segmento.



Avenida Castelo Branco, 358
Setor Bueno - Goiânia - GO



RAM

saga



JUNTOS CELEBRANDO 75 ANOS DE HISTÓRIA

E FORTALECIMENTO DO SETOR!

A **SANTA TEREZA** É REFERÊNCIA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, JUNTO A QUALIDADE DOS NOSSOS SERVIÇOS, SOMOS HÁ QUASE TRÊS DÉCADAS REFERÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, SEGURANÇA E CONFIANÇA.

**POR ISSO, ESTAMOS HOJE CELEBRANDO OS
75 ANOS DO SINDUSCON-GO,
MOSTRANDO QUE A COLABORAÇÃO FAZ A DIFERENÇA.**

CUIDAR


do trabalhador da
construção é o nosso
COMPROMISSO



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

GOIÁS

Há 32 anos o Seconci Goiás é a organização responsável pela **promoção da saúde, prevenção de doenças e assistência social** aos trabalhadores da indústria da construção, constituindo-se em uma poderosa ferramenta de **Responsabilidade Social Empresarial** para o setor. O Seconci Goiás presta ainda serviços nas áreas de **Saúde Ocupacional** e **Segurança do Trabalho**, oferecendo um suporte técnico altamente qualificado na **Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho** para as empresas do setor.

 (62) 3250-7500

 contato@seconcigoias.com.br

 www.seconcigoias.com.br

Rua C-136, No 681, Qd. 307, Lts. 20/21, Jardim América, Goiânia-GO

PARCERIA:



SINDUSCON-GO, 75 ANOS - 183





PARABÉNS, SINDUSCON, PELOS 75 ANOS!

CONTE SEMPRE COM FIEG, SESI, IEL E SENAI NESSA TRAJETÓRIA DE SUCESSO!

- ➔ **Laboratório de Construção Civil acreditado pelo INMETRO**
Credibilidade e confiança de que sua obra precisa
- ➔ **Formação profissional sob medida**
Formação profissional nos mais diferentes níveis conforme demanda do mercado
- ➔ **Saúde Ocupacional e Gestão SST**
Consultas, exames, laudos e programas de SST
- ➔ **Capacitação em Normas Regulamentadoras**
Cursos EaD e presenciais
- ➔ **Treinamentos Especializados**
Trabalho em altura, espaço confinado, operação de equipamentos, incluindo centros móveis
- ➔ **Laboratórios de Segurança Elétrica**
Segurança em eletricidade e sistema elétrico de potência
- ➔ **Segurança em Máquinas e Equipamentos**
Opções in company ou em unidades SESI
- ➔ **Formação de CIPA**
Capacitação para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- ➔ **Consultoria e Assessoria em SST**
Equipe qualificada, gestão pelo SESI, prevenção de questões trabalhistas
- ➔ **Programas de Prevenção e Educação**
SIPAT, palestras, jogos, teatro, customização, com equipe multidisciplinar
- ➔ **Atendimentos conforme demanda**
Atendimentos personalizados conforme demanda das indústrias

E muito mais!

Leia o QR Code e saiba mais!



Great
Place
To

W
W
W

3.667

UNIDADES HORIZONTAIS
EM ANDAMENTO

4.025

UNIDADES VERTICAIS
ENTREGUES/LANÇADAS

 SOUSA
ANDRADE

DESDE
1997

FAZENDO HISTÓRIA

+DE
720 MIL

M² CONSTRUÍDOS
EM GOIÂNIA

33

EMPREENDIMENTOS
VERTICAIS

4.752

CLIENTES
ATENDIDOS

Great
Place

CONSTRUIR É O NOSSO NEGÓCIO.

FOTO EUROPARK



MAIS DE
9.207
UNIDADES ENTREGUES



MAIS DE
3.770.000 M²
CONSTRUÍDOS



MAIS DE
26 ANOS
DE EXPERIÊNCIA

gms
SOLUÇÕES DE ENGENHARIA

TOCTAO
SOLUÇÕES DE ENGENHARIA

Empresas do Grupo:

GRUPO
MAUA

Av. Dep. Jamel Cecílio, Quadra B-27, Lote 17
Ed. Brookfield Tower, Sala 401 B, Torre B Corporate
Jardim Goiás, Goiânia-GO, 74810-100

62 **3255-5100**  **@toctao**  **@toctao**
www.toctao.com.br